QUASE 200

A imprensa na história capixaba

QUASE 200

A imprensa na história capixaba

José Antonio Martinuzzo
(Organizador)

Aidê Malanquini . Aline Dias . Amanda Tito . Anna Beatriz Britto . Ariani Caetano . Augusto Debbané Brunella França . Carla Sá . Cristiane Britto . Darshany Vieira . Elton Morati Erica Vaz . Flávia Rangel .Gabriela Leal . Gabriela Zorzal . Gabriel Herkenhoff . Giselle Pereira . Glacieri Carraretto . Janaina Silva Jananda Soares . Jaqueline Borchardt . João Cláudio de Santana João Tarcísio . Joyce Meriguetti . Katilaine Chagas . Lara Abib Lygia Bellotti . Lunélia Lima . Manoela Pagotto . Mariana Batista Monique Tassar . Roberta Duarte . Shamylle Alves . Simone Azevedo . Simone Resende . Sylvia Ruth . Rafael Scandian

Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Artes
Departamento de Comunicação Social

Projeto Comunicação Capixaba – CoCa
Editor e organizador – Professor Dr. José Antonio Martinuzzo
Editora – Ariani Caetano
Revisão – Lygia Bellotti, Marcos Alves
Projeto Gráfico e Editoração – Leticia Orlandi
Impressão – Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo
Edições anteriores: Rádio Club Espírito Santo – Memórias da Voz de Canaã; Balzaquiano – Trinta anos do Curso de Comunicação Social da Ufes; Diário Capixaba – 115 anos da Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo; Impressões Capixabas – 165 anos de jornalismo no Espírito Santo; Roda VT – A televisão capixaba em panorâmica; Comunicação Organizacional – Um século de história no mundo e 50 anos no Espírito Santo.

Q1 **Quase 200: a imprensa na história capixaba**
José Antonio Martinuzzo, organizador. -
Vitória: DIO, 2008.

265p; il.; 15cmx22cm.

1. Jornalismo - Espírito Santo (Estado).
2. Economia – Espírito Santo (Estado). 3. Política - Espírito Santo (Estado). 4. História - Espírito Santo (Estado). I. Martinuzzo, José Antonio. II. Título.

CDD 686.2098152

Sumário

11 Apresentação

15 Prefácio

17 Introdução

23 A Capitania do Espírito Santo

37 A trajetória dos meios de comunicação capixabas

55 Espírito Santo de 1808 a 1849: os primeiros jornais

63 Os pretos, os brancos e a imprensa mulata

87 Imprensa republicana

103 Imprensa e política nos governos de Muniz Freire e Jerônimo Monteiro

121 Era Vargas: o Espírito Santo nas mãos de um interventor mineiro

139 Pós-guerra, pré-golpe: a mídia capixaba de 1945 a 1964

155 A Imprensa e os anos de chumbo

175 Os grandes projetos no desenvolvimento do Estado

223 Uma década de crise: de Albuíno a José Ignácio

Homenagem

Dedicamos esta edição do Projeto CoCa à Professora Tânia Mara Corrêa Ferreira, que trabalhou por quase trinta anos no Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo, inscrevendo seu nome na história do jornalismo e da publicidade capixabas

APRESENTAÇÃO

A imprensa na história capixaba

Sem dúvida alguma, a chegada da imprensa ao cotidiano brasileiro merece registro e comemoração. Há 200 anos, a simples circulação de informação, mesmo que de cunho oficial e sem espaços múltiplos para debate de idéias, representou um avanço no processo de nossa construção histórica.

O acesso a informações é uma conquista inegável, por mais complexo e restritivo que seja o contexto em que esse fluxo se estabelece. Em verdade, o início da circulação de notícias, naquele longínquo tempo, teve o mérito de somar-se a outros movimentos, abrindo precedentes e inaugurando costumes que são caros à vida de base democrática e participativa. Nesse sentido, ao longo dos últimos séculos, a imprensa tem contribuído para o aperfeiçoamento dos paradigmas que fundamentam a vida nacional.

Como se verá ao longo deste livro, aqui no Espírito Santo, a imprensa chegou um pouco mais tarde, 32 anos depois de seu advento oficial no Brasil. Um reflexo ou um sintoma da condição de isolamento e atraso que foi imposta ao Estado em tempos coloniais. Por esse mesmo período, também iniciávamos o primeiro ciclo ordenado de nossa economia, fundado no café.

Mas, se nesse tempo de dominação e de imposição de atraso socioeconômico a imprensa praticamente inexistiu por aqui, o mesmo não se pode dizer da fase republicana. Deve-se registrar, logo de começo, que o próprio movimento pró-República teve na imprensa um de seus campos de batalha mais produtivos e vitoriosos.

Os ideais republicanos foram propagados entre

nossos antepassados também por intermédio de uma ação centrada em jornais na capital e no interior do Estado. A causa republicana configurou-se como um dos grandes motores do jornalismo capixaba na segunda metade do século XIX.

Muniz Freire, o primeiro presidente eleito do Espírito Santo, foi um desbravador do jornalismo. Tendo acumulado experiência na imprensa em Recife e São Paulo, onde foi estudar Direito, Freire, aos 21 anos, em 1882, fundava juntamente com Cleto Nunes e Afonso Cláudio o jornal *A Provincia do Espírito Santo*, em defesa da causa republicana e dos interesses capixabas.

Ao longo do século XX, a imprensa não deixou de participar e influir na vida dos capixabas. Muito pelo contrário, ampliou suas contribuições à transformação de nossa condição política, social, econômica e cultural, iIncluindo veículos de oposição ao sistema, como o *Folha Capixaba* e o *Posição*.

Cito especialmente este último, que teve papel importante na mobilização política nos tempos da ditadura. Juntamente com os companheiros do movimento estudantil, montamos um sebo no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas em que também distribuíamos o jornal, que é um capítulo à parte na história da luta capixaba pela reconstrução da democracia em nosso país.

Ganhando espaço em outras plataformas (rádio, TV e internet), a imprensa deixou de ser sinônimo do precursor jornalismo impresso para ser genericamente batizada de mídia. E nesse novo cenário tecnológico de produção e de consumo de informações e notícias, a imprensa manteve relevante papel na constituição e crítica do nosso cotidiano.

No início deste século, por exemplo, nosso jornalismo impresso e televisivo fez importantes e corajosas coberturas que muito contribuíram para que se virasse a página de corrupção e assalto da máquina pública pelo crime organizado, àquela época, reinante no âmbito dos poderes públicos capixabas.

A imprensa – o jornalismo ou a mídia, como se queira chamar – é um fenômeno das sociedades modernas, em que se estabelecem os

poderes institucionais e organizam-se os movimentos sociais, funcionando a comunicação como um importante elo entre as esferas de poder e decisão política.

E parece que no futuro não será diferente. Numa era de relações sociais articuladas e mobilizadas por mensagens midiatizadas, o jornalismo não só mantêm seu papel de informar e formar opinião, como também se coloca como lugar privilegiado de debate e diálogo de idéias e projetos de vida coletiva.

Mais que isso: o jornalismo passa a contar com a participação ativa de cidadãos que, tecnologicamente equipados e com acesso à internet, dispõem-se a observar, registrar imagens, escrever, narrar e publicar conteúdos sobre a vida socioeconômica e política na contemporaneidade. A imprensa está vivendo – nós estamos vivendo – um momento de incisiva transformação de seu *modus operandi* e também de sua inserção social.

Resta dizer que a recuperação da história e a elaboração de uma memória da imprensa no Espírito Santo, objetivos desta publicação, contribuem para o processo de formação da identidade capixaba – afinal, falamos e nos enxergamos de forma privilegiada nos conteúdos jornalísticos. Esse resgate também nos ajuda a entender nossa trajetória até aqui, fornecendo-nos, dessa forma, elementos importantes para projetarmos o futuro.

Para finalizar, conforme afirmamos inicialmente, os ideais que ajudaram a constituir o Espírito Santo moderno obtiveram na imprensa espaço privilegiado, tendo na figura do jornalista Muniz Freire um grande repórter das potencialidades capixabas.

Que a imprensa de hoje possa continuar somando para um futuro digno para todos os capixabas, problematizando o presente, discutindo alternativas futuras e apontando possibilidades na construção de um tempo com oportunidades para todos – o nosso maior objetivo.

Paulo Hartung
Governador do Estado do Espírito Santo

PREFÁCIO

O projeto de extensão universitária Comunicação Capixaba (CoCa), coordenado pelo professor José Antonio Martinuzzo, do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), nos apresenta mais um consistente trabalho de pesquisa acadêmica e jornalística. O resultado disto é mais um livro do projeto CoCa, que desta vez trata de recuperar a história da mídia no Espírito Santo, oportunamente contextualizada no ano em que o País comemora os 200 anos da imprensa no Brasil.

Na presente edição da coleção do projeto CoCa, a pesquisa percorre o trajeto da imprensa regional, mais precisamente a partir de 1840, quando surge o jornal *O Estafeta*, o pioneiro dos veículos jornalísticos regionais. Assim, com este jornal, os capixabas passaram a produzir e ter contato com a mídia quase 70 anos depois que a imprensa já estava instalada no Brasil, coincidindo com a mudança da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro. É em 1808 que é impresso o primeiro jornal no Brasil, o *Gazeta do Rio de Janeiro*, e o *Correio Braziliense*, impresso em Londres. Estamos, pois, diante de um momento histórico, no qual podemos conhecer e refletir sobre o desenvolvimento da imprensa, e os seus reflexos no Estado e na sociedade.

É nesse contexto histórico que recebemos o trabalho do professor Martinuzzo e sua equipe, que nos conduz aos ambientes do Espírito Santo há dois séculos, revelando a presença da mídia – jornal, rádio e TV – nos principais acontecimentos da nossa história recente. O presente livro aborda o tratamento da mídia em relação a fatos marcantes, como a escravidão; a instauração da República; as ditaduras de Vargas e a militar; os grandes projetos industriais instalados no Estado; a crise político-institucional nos anos 90; a reconstrução política e econômica do Espírito Santo; entre outros momentos decisivos.

Com efeito, é um trabalho indispensável de resgate histórico, pois nos permite conhecer o nosso passado recente em suas mais diferentes facetas, sempre relacionadas à atuação da imprensa regional, e o seu modo de lidar com os fatos. Outra importância fundamental desta obra é a demonstração da capacidade dos pesquisadores da Ufes, materializada no trabalho do professor José Antonio Martinuzzo, com o seu encantamento pela pesquisa, sua acuidade na produção dos textos e o seu zelo no acabamento da obra; além, é claro, da participação vibrante dos seus alunos.

Em diversas partes do País, inúmeras comemorações justificadamente marcam os 200 anos da imprensa no Brasil. E, para quem deseja um País com liberdade e desenvolvimento humano, há que se reconhecer o papel fundamental da mídia brasileira nos avanços alcançados em nosso País; e, em particular, a forte contribuição da imprensa regional para o Espírito Santo, como a presente obra nos apresenta. Este livro, certamente, é uma contribuição valiosa às comemorações pelos dois séculos de imprensa. E, ao pesquisador José Antonio Martinuzzo, manifesto o meu reconhecimento, em nome da comunidade acadêmica, por mais um brilhante trabalho concretizado por meio do projeto CoCa.

Rubens Rasseli
Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo

INTRODUÇÃO

Quase! O Brasil já comemora os 200 anos de imprensa no País. Mas aqui no Espírito Santo ainda não podemos fazer festa. Estamos quase lá. Faltam 32 anos para somarmos dois séculos de imprensa no Estado.

Nas terras capixabas, a imprensa escreve uma história de 168 anos. O surgimento do primeiro jornal ocorre somente em 1840. Trata-se de *O Estafeta*, publicação que teve um único número. Alguma regularidade só mesmo em 1849, com *O Correio da Vitória*.

Mas como acreditamos que a comemoração dos 200 anos deva valer antes por ser uma oportunidade de reflexão e não apenas um tempo de convescotes e celebrações, eis aqui uma perfeita ocasião para refletirmos sobre qual o papel da imprensa em passagens decisivas de nossa história nesses quase dois séculos.

Esse é exatamente o propósito da sétima edição do Projeto CoCa – Comunicação Capixaba, que visa a produzir uma memória das atividades comunicacionais no Espírito Santo.

Uma primeira constatação, já explicitada no título do livro, é que por aqui a imprensa chegou atrasada em relação a grande parte do Brasil. Na cronologia dos periódicos pioneiros em todo o País, só ficamos na frente de Amazonas e Paraná, que se tornaram províncias do Império somente em 1850 e 1853, respectivamente.

Este é mais um capítulo da história capixaba a comprovar que o Estado vivia em profundo atraso com relação às demais províncias brasileiras. Atualmente, não é muito diferente, pelo menos em alguns aspectos no campo da comunicação. Quando uma outra revolução, a TV Digital, tiver celebrações Brasil afora, aqui estaremos de novo com déficit de velinhas.

Afinal, nenhum sinal ainda de transmissão digital por aqui, apesar de o Brasil ter inaugurado essa fase de sua história em 2007. Talvez em 2009, os sinais cheguem. Menos mal, um atraso de apenas dois anos, se comparado com os 32 de espera pelas primeiras impressões capixabas.

Antes de seguirmos, é preciso salientar que, nesta publicação, imprensa e jornalismo são vistos como sinônimos, uma vez que o ofício de produzir e publicar notícias e fatos de interesse coletivo ganhou, ao longo do século XX, outras plataformas para além do papel e da tinta de jornais e revistas. Rádio, TV e internet ampliaram o alcance e a difusão do jornalismo, oriundo das prensas.

Antes de entrarmos especificamente na história da interface imprensa/produção de sociabilidade, escrevemos dois capítulos para contextualizar a trajetória sociopolítica e econômica do Espírito Santo e fazer o mapeamento dos principais veículos de comunicação estaduais, a partir de 1840. Essas são informações essenciais para caminharmos rumo ao mundo complexo que interliga jornalismo e movimentos históricos.

Nesse sentido, o terceiro capítulo trata da realidade capixaba a partir de 1808 até a publicação dos primeiros jornais, na década de 1840. A idéia é falar do cotidiano capixaba no momento em que o Brasil já experimentava o convívio com os jornais e por aqui ainda vivíamos segundo paradigmas coloniais, sem imprensa, entre outros.

Em seguida, analisamos a relação da imprensa com a questão da escravidão e o movimento abolicionista. O quinto capítulo aborda a ligação do movimento republicano com os jornalistas de então – uma interface muito próxima, adianta-se.

O capítulo seis dedica-se a verificar a relação de dois presidentes de Estado de fundamental importância para a vida moderna do Espírito Santo, Muniz Freire e Jerônimo Monteiro. A seguir, vem a relação da imprensa com a Ditadura Vargas, representada aqui no Estado pelo interventor João Punaro Bley.

O período do pós-Segunda Guerra e do pré-golpe militar de 64 é analisado no capítulo oito. O cotidiano da imprensa em tempos de ditadura vem descrito na nona parte. No capítulo 10, são verificadas as posições da imprensa acerca dos Grandes Projetos no desenvolvimento do Estado, implementados nas décadas de 60 e 70. Por fim, estudamos a cobertura da mídia em tempos de crise político-institucional no Estado, no final do século XX e na virada do milênio.

Esta edição, que acabamos de apresentar, soma-se a outras seis, dedicadas à Rádio Espírito Santo, aos 30 anos do curso de Comunicação Social da Ufes, aos 115 anos da Imprensa Oficial, aos 165 anos do jornalismo impresso capixaba, à trajetória da televisão no Espírito Santo, e ao registro das atividades de comunicação organizacional em nosso Estado.

Seguindo a metodologia implantada no semestre letivo de 2004/1, da pauta à edição final, no Projeto CoCa, tudo é feito pelos estudantes, com nossa orientação. A partir de uma diretriz editorial e temática, discutida com todo o grupo, os alunos-autores têm autonomia para definir enfoques, entrevistados, estilo de texto, dentre outros elementos de cada capítulo.

Desde a última edição, há uma mudança nos moldes iniciais de produção dos livros. Com o fim da disciplina Técnicas de Administração e Mercadologia em Jornalismo, que, pelo currículo antigo do Curso de Comunicação Social da Ufes, era oferecida no sexto período, as edições passaram a ser produzidas em uma disciplina optativa. Dessa forma, este livro-reportagem laboratório reúne veteranos e novatos.

Outra mudança: pela natureza da disciplina optativa, os alunos de publicidade também puderam se aventurar no exercício de escrever o livro – antes a matéria era obrigatória e restrita aos estudantes de jornalismo. Nada mais eloqüente da busca por formação multidisciplinar numa área que, pelas características da contemporaneidade, não suporta ou convive muito bem com divisões

acerca de atribuições e competências.

Como vem ocorrendo desde a edição inaugural, e como é de se prever a um projeto que avança sobre território praticamente inexplorado, como é a memória da comunicação capixaba, a base fundamental para a elaboração dos textos foram entrevistas. Estiveram conosco historiadores, cientistas sociais e políticos, além de jornalistas.

Como sempre fazemos, é importante ressaltar que este projeto não pretende nem jamais conseguiria produzir livros completos ou perfeitos. Como obra humana, executada por estudantes, no tempo de um semestre letivo, ele porta as marcas das condições de sua consecução. É vívido e experimental – laboratorial. Resultado do processo de aprendizagem.

Nem todos os personagens e fatos importantes dessa trajetória puderam marcar presença aqui. A memória é produto de lembranças e esquecimentos, da seleção de fontes e, neste caso, da narrativa peculiar de autores influenciados por uma base cognitiva e cultural específica. Falar de tudo ou reproduzir fielmente o passado é algo impossível, até porque, voluntária ou involuntariamente, memória não é passado, mas leitura presente do que passou.

Cumpridos os momentos de apresentações e esclarecimentos, chega a hora de agradecer. Primeiramente, ao Governo do Estado do Espírito Santo, que patrocina a publicação e o seu lançamento, por meio do Departamento de Imprensa Oficial e Superintendência de Comunicação. Também registramos o apoio e o interesse de Marcus Vinícius Paiva, que montou um site específico para o projeto e disponibiliza arquivos digitais de todas as obras da coleção no endereço www.comunicacaocapixaba.com.br. E, claro, aos nossos entrevistados – a todos os que dedicaram tempo e paciência ao projeto, nossos agradecimentos.

Por fim, ressaltamos que a produção de memória é um imperativo da sabedoria coletiva, é sinal de amadurecimento político e da vontade de um outro futuro, enriquecido com as lições do passado e potencializado pelo fundamental ato da reflexão no presente. Nesse sentido é que o Projeto CoCa foi criado e se mantém, como um projeto de consecução coletiva pela emancipação coletiva dos capixabas.

Boa viagem nestes quase 200 anos de história de imprensa no Espírito Santo!

Professor Dr. José Antonio Martinuzzo
Editor e organizador do Projeto CoCa

I

A capitania do Espírito Santo

Lygia Bellotti

Como um fenômeno histórico, a mídia não pode ser entendida de forma descolada do seu contexto socioeconômico e político. Nesse sentido, para uma melhor compreensão da inserção e da ação da imprensa na história capixaba, relata-se, a seguir, resumidamente, a trajetória histórica do Espírito Santo. Essa introdução é importante para acompanharmos os caminhos e descaminhos que a imprensa percorreu desde sua fase inicial até os dias atuais. Conhecer a história e o contexto sociopolítico do Espírito Santo de 1808 até 2008 é determinante para a compreensão dos processos e fenômenos que ajudaram a escrever o capítulo capixaba dos 200 anos de imprensa no País.

Os primeiros 30 anos após a descoberta do Brasil constituíram um período em que o Espírito Santo sofreu um relativo abandono por parte da Coroa Portuguesa devido ao grande interesse do governo pelo comércio de especiarias e à falta de minerais no solo da colônia. A queda do comércio de especiarias e o não-reconhecimento do Tratado de Tordesilhas por alguns países fizeram com que o governo português, para garantir a posse do território, dividisse o Brasil em capitanias hereditárias e as doasse para alguns nobres portugueses.

Em 1534, as terras do Espírito Santo foram entregues a Vas-

co Fernandes Coutinho. O donatário, junto com mais 60 pessoas, chegou à Prainha, em Vila Velha, no dia 23 de maio de 1535 e pretendia explorar as riquezas que o solo capixaba oferecia. Para isso, era necessário combater os indígenas que já viviam no local. Por causa dos inúmeros conflitos, a base da capitania teve que ser transferida de Vila Velha para Vila Nova da Vitória. Simão relata que "para alguns historiadores, o nome está ligado a uma provável vitória dos colonos sobre os índios" (2002, p. 16).

Durante o ciclo da cana, nos séculos XVI e XVII, colonos europeus fixaram-se principalmente no litoral da colônia, o que viabilizava o escoamento da produção da maior riqueza do Brasil na época, a cana-de-açúcar. Já no ciclo do ouro, que ocorreu no século seguinte, a população passou a se instalar no interior do País em busca de metais preciosos. Porém, no Espírito Santo, o povoamento ainda ficou restrito ao litoral.

Para evitar novas invasões estrangeiras na região mineradora do Brasil por meio de terras capixabas, que eram pouco habitadas, a Coroa Portuguesa decretou as seguintes medidas:

> proibiu a construção de estradas que ligassem o litoral do Espírito Santo ao interior, proibiu a navegação no Rio Doce, ordenou que fossem reformados os fortes já existentes e que outros fossem construídos e o contingente militar fosse aumentado (SIMÃO, 2002, p. 32).

O progresso econômico do Espírito Santo foi prejudicado por essas decisões e o Estado só passa a se desenvolver a partir do ciclo do café, no século XIX, quando os governantes começaram a se preocupar com a infra-estrutura e com a economia local. É também no início desse século, mais precisamente no ano de 1808, que a Corte Portuguesa se instala no Brasil, fugindo de conflitos com Napoleão Bonaparte. A vinda da família real proporcionou alguns progressos para o País e para o Espírito Santo, como a abertura de estradas e o fim da proibição do exercício da imprensa.

O ciclo do café representou para o Espírito Santo o desenvolvimento da economia por "promover o desbravamento da floresta [...], a construção de estradas, a navegação a vapor e a implantação de ferrovias na província", como afirma Bittencourt (1987, p. 48).

A economia cafeeira também intensificou o comércio de escravos, comprados para trabalhar nas lavouras, e, após a abolição da escravatura, favoreceu a vinda de imigrantes assalariados, que substituíram a mão-de-obra dos negros.

A chegada dos europeus ao Brasil teve efeitos importantes na economia capixaba, já que criava, ao mesmo tempo, um mercado interno consumidor e um mercado de trabalho, que foram importantes para promover a industrialização tardiamente no século XX.

Período republicano

A partir de 1870, com o fim da Guerra do Paraguai e o fortalecimento da campanha abolicionista, o Império começa a entrar em crise, e em 1889 é proclamada a República no Brasil. Segundo Simão, não houve nenhum tipo de manifestação popular na capital do Espírito Santo com a chegada na notícia. Somente em Cachoeiro de Itapemirim, onde o movimento republicano teve mais força, a vitória foi comemorada.

Os primeiros anos da República no Espírito Santo, de 1889 a 1891, foram marcados por intensas lutas políticas devido às disputas entre os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Durante esse período, 12 pessoas governaram o Espírito Santo, entre elas Afonso Cláudio. Muniz Freire, eleito dois anos após a Proclamação da República, teve dois mandatos, de 1892 a 1896 e de 1900 a 1904, e as prioridades de seu governo eram dinamizar a economia cafeeira e desenvolver a infra-estrutura do Espírito Santo.

O estímulo ao escoamento da produção de café pelos portos

de Vitória, e não pelos do Rio de Janeiro, e o início da construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas foram algumas das principais medidas tomadas durante a gestão de Muniz Freire. Além disso, seu projeto de povoamento trouxe mais de 20 mil colonos italianos para o Estado.

Em 1908, Jerônimo Monteiro venceu as eleições para presidente do Estado, porém, apenas a elite capixaba, que representava 3% da população, participou da votação. De acordo com Schayder (2002), antes de tomar posse, o presidente visitou as principais capitais da República do café-com-leite e de lá trouxe novas idéias e contatos. Nesse período, o café estava sendo novamente valorizado no mercado externo, o que propiciou o início ou a execução de grandes projetos que favoreceriam a industrialização do Estado.

A administração de Jerônimo Monteiro é percebida como a responsável por favorecer a industrialização capixaba no período entre 1908 e 1912. Como afirma Bittencourt (1987),

> ao assumir a presidência do governo Estadual, Monteiro argumentara que havia um movimento geral de progresso no país do qual o Espírito Santo ainda não participava e, por isso, embora professasse o liberalismo político, decidira intervir diretamente na economia local. Para isso, celebrara inúmeros contratos para a construção de fábricas: para produção de tecidos, material sílico-calcáreo, aproveitamento de fibras têxteis, produção de cimento, açúcar, óleos vegetais, madeira industrializada e uma montadora de máquinas agrícolas (p. 127).

A urbanização de Vitória também teve destaque nesse período. Entre as principais obras, podem ser citadas a instalação de serviços de água, esgoto e luz; a implantação do sistema de bondes; além da construção do Parque Moscoso e da reforma da Santa Casa de Misericórdia.

Da cafeicultura à industrialização

A Primeira Guerra Mundial, que durou de 1914 a 1918, foi um acontecimento que teve conseqüências diretas nas finanças do Brasil, cuja economia era voltada, principalmente, para o mercado externo, do qual dependia para se desenvolver. No Espírito Santo não foi diferente: havia dificuldade para exportar, deficiência no sistema de transportes, desvalorização monetária, entre outros problemas.

A República do café-com-leite começara a perder força devido a algumas divergências entre as principais oligarquias do País: a gaúcha, a mineira e a paulista. Os conflitos culminaram com a derrubada do então presidente Washington Luís e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

A Revolução de 1930 provocou mudanças na conjuntura política dos Estados. De 1931 a 1932, Vargas indicou interventores para cada unidade da Federação. O escolhido para o Espírito Santo foi João Punaro Bley, que, antes de ser nomeado, nem sequer conhecia o Estado. Sua função, segundo fora decretado por Vargas, era a de "garantir a ordem e a segurança pública".

Punaro Bley governou o Estado de 1930 a 1943, durante a primeira interventoria, a fase constitucional, e a segunda interventoria. Inicialmente, sua administração esteve focada na quitação das dívidas contraídas em gestões anteriores e na redução de gastos de alguns setores públicos. O corte, segundo Simão, chegou a 67%. Nesse período, houve investimentos em setores como educação e saúde e também na infra-estrutura capixaba, por meio de obras realizadas em estradas de rodagem e no Porto de Vitória.

Durante sua administração constitucional, de 1935 a 1937, quando foi eleito pela Assembléia Legislativa, Punaro Bley apostou na diversificação da agricultura capixaba por meio do Instituto de Crédito Agrícola do Espírito Santo – que, posteriormente, se transformaria no Banco do Estado do Espírito Santo, o Banestes.

Além do café, tiveram estímulo, ainda, lavouras de milho, cacau, mandioca, feijão, entre outras.

Punaro Bley governou novamente como interventor de 1937 a 1943, sendo sucedido por Jones dos Santos Neves, que esteve à frente do Estado, por nomeação de Vargas, até 1945.

O fim da era Vargas

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, Vargas começa a ser pressionado acerca da redemocratização do Brasil. Com isso, inicia-se uma nova fase no País, marcada pela luta democrática e liberal, pela elaboração de uma nova Constituição e pelo surgimento de diversos partidos políticos.

Com a saída de Vargas do poder, ocorreu também a queda de Jones dos Santos Neves. As eleições para o Governo do Estado foram marcadas para 1947, quando a nova Constituição já estivesse pronta. Dessa forma, após a saída de Jones, quatro interventores administraram o Espírito Santo. E devido à instabilidade política não foram registradas realizações de vulto durante esses dois anos.

O primeiro governador do Espírito Santo após a Constituição de 1946 foi Carlos Monteiro Lindenberg, que buscou equilibrar as finanças do Estado. Entre as principais medidas de seu primeiro mandato, que durou de 1947 a 1950, estão a conclusão da ligação rodoviária entre Vitória e Rio de Janeiro e entre cidades do interior e a capital e a criação da Faculdade de Medicina do Espírito Santo.

Nessa época, o governador Lindenberg passou a ser o dono da maior parte das ações do jornal *A Gazeta*, que foram adquiridas de seu opositor político Eleosipo Cunha, no final dos anos 40. No segundo período em que administrou o Estado, de 1959 a 1961, Lindenberg implantou serviços de energia elétrica, água e esgoto. Além disso, ampliou a rede escolar e investiu na expansão das indústrias já instaladas no Espírito Santo.

Quem governou novamente o Estado, entre 1951 e 1954, foi Jones dos Santos Neves. O governador priorizou o investimento no setor industrial em detrimento da cultura do café. Dessa época, também fazem parte a implantação do Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo, responsável por importantes obras, como a construção de usinas hidrelétricas, a realização de obras portuárias e investimentos no setor rodoviário. Nas áreas de saúde e educação, destacaram-se a criação do hospital Adalto Botelho e da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Apesar de fazerem parte da elite econômica capixaba e do mesmo partido político, o PSD, Jones e Lindenberg adotavam diferentes métodos administrativos. Conforme destaca Schayder:

> Lindenberg exercia uma liderança coronelista, personalista e autoritária, e sua principal preocupação era incrementar o setor agropecuário. Jones Neves era um líder aberto e moderno, voltando sua administração para o incentivo ao processo de industrialização do Estado (p. 107).

A partir de 1954, ocorreu no Espírito Santo o fenômeno político conhecido como populismo. O grande apoio das camadas populares, obtido por meio de promessas feitas durante a campanha, foi responsável pela eleição de Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho, para governador.

Na época em que Chiquinho administrou o Estado pela primeira vez, de 1955 a 1958, o presidente do Brasil era Juscelino Kubitschek, que tinha entre suas prioridades a industrialização do País. Porém, o governador dedicou sua administração para o desenvolvimento do setor agropecuário.

Francisco Lacerda de Aguiar voltou ao Governo do Estado em 1963 e continuou incentivando o setor rural. "Afinado [...] com o plano trienal do presidente João Goulart [...], as obras da BR-101 (Vitória-Rio de Janeiro) e da BR-262 (Vitória-Belo Horizonte),

iniciadas em seu mandato anterior foram concluídas", ressalta Schayder (p. 109).

O Regime Militar no Espírito Santo

No dia 1º de abril de 1964, os militares, apoiados por forças conservadoras, promoveram um golpe de Estado contra o governo do presidente João Goulart e tomaram o poder no Brasil. O golpe representou o começo de uma fase repressiva e, ao mesmo tempo, de investimentos na indústria e no restabelecimento econômico do País. Conforme destaca Simão,

> o Regime Militar [...] passou a exercer um controle árduo sobre todos os estados brasileiros. O prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI) foi cercado pelos militares e invadido. Surgiram denúncias da existência de contrarevolucionários no corpo de alunos e a instituição passou a ser constantemente fiscalizada. [...] Francisco Lacerda ainda perdurou na administração do Espírito Santo até 1966, quando foi obrigado a entregar sua carta de renúncia após estabelecido um Inquérito Policial Militar (IPM), que investigou possíveis ligações de "Chiquinho" com elementos subversivos (p. 79).

Christiano Dias Lopes Filho (1967 e 1971) foi o primeiro governador nomeado pelos militares para o Executivo Estadual, após o conturbado processo político que levou à renúncia de Chiquinho, sob acusação de corrupção. Lopes Filho buscou reverter o quadro de endividamento do Espírito Santo, que ocorreu, principalmente, em detrimento da política nacional de erradicação dos cafezais. Durante seu governo, a economia capixaba apresentou elevadas taxas de crescimento, que, segundo Bittencourt (1987), chegavam a uma média de 13,4% ao ano.

No governo Lopes Filho, o complexo portuário do Espírito

Santo foi ampliado com a inclusão do Porto de Tubarão. Além disso, diversas instituições estaduais de geração de recursos foram criadas ou fortalecidas, entre elas, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) e o Fundo de Apoio à Atividade Portuária (Fundap).

O "milagre econômico"

O "milagre econômico" brasileiro, ocorrido durante o período militar, consolidou um modelo econômico também seguido pelo Espírito Santo e que tinha como base a indústria e o comércio exterior. Nesse contexto, foram desenvolvidos no Estado grandes projetos econômicos, como a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)[1] e o Centro Industrial de Vitória (Civit).

Essa mudança de eixo na economia, fundada também na erradicação de cafezais, teve como conseqüência uma profunda transformação no cenário socioeconômico capixaba, incluindo o inchaço populacional das regiões periféricas de Vitória, sem a devida preocupação com resguardos de políticas públicas estruturantes em áreas como habitação, saneamento, saúde, educação, entre outras.

O desenvolvimento econômico do Estado também teve reflexo na atividade da imprensa. A chegada do telex ao Espírito Santo, em 1971, facilitou o acesso do principal diário do Estado, o jornal *A Gazeta*, às notícias provenientes das principais capitais do País e do mundo.

O governador do Estado na época era Arthur Carlos Gerhardt dos Santos (1971 a 1974), cuja gestão pode ser caracterizada pelo incentivo à exploração do petróleo na região de São Mateus e à extração do mármore no sul do Estado. As atividades desse governo também estiveram focadas na ampliação da rede elétrica e na cria-

[1]Em 2007, com sua aquisição pelo grupo ArcelorMittal, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) passa a se chamar ArcelorMittal Tubarão – Aços Planos.

ção de escolas de Ensino Médio. Além disso, foram iniciadas as construções da Segunda Ponte e da Rodovia do Sol, para ampliar o acesso de moradores de Vila Velha e Cariacica à capital.

As administrações seguintes, de Élcio Álvares (1975 a 1978) e de Eurico Rezende (1979 a 1983), foram marcadas pela continuidade dos investimentos na indústria a na infra-estrutura do Estado. Porém, nesse período se fortaleceram, em todo o Brasil, grupos de pessoas que começavam a questionar o regime militar.

No Espírito Santo, o movimento estudantil ganhou maior influência política em 1978, a partir da eleição do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e da vitória da chapa presidida por Paulo Hartung. Os estudantes desenvolviam projetos voltados para a população e, por isso, começaram a ter visibilidade social. As forças sindicais também se fortaleceram por meio da criação de associações de médicos, jornalistas e professores universitários.

A redemocratização do Brasil

Na gestão do presidente militar João Baptista Figueiredo houve uma abertura do regime e os governadores dos estados passaram a ser escolhidos pela população. Em 1983, foi eleito no Espírito Santo, por meio de voto direto, o governador Gerson Camata, cuja administração durou até 1986. Na época, a economia do País estava desestruturada e apresentava elevadas taxas de inflação, instabilidade da moeda e aumento das desigualdades sociais.

Entre os objetivos de Camata estava promover melhorias na infra-estrutura urbana e investir também na zona rural. O governador criou linhas de crédito em diversos setores, realizou a eletrificação no interior do Estado e também captou recursos para a construção da Terceira Ponte, para ligar Vitória e Vila Velha. Além disso, foi nessa administração que a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) começou a operar.

Camata levou o asfalto para o interior do Espírito Santo e

fez uma administração empreendedora. Como afirma Schayder, o governador representava para a população "a renovação da vida política capixaba: era jovem, peemedebista e primeiro descendente de italianos a governar o Estado" (p. 17).

Após a saída de Gerson Camata do Governo do Estado, assumiu Max Mauro (1986 a 1990). De acordo com Simão, Mauro tinha como finalidade quitar as dívidas contraídas no governo anterior. Entre os marcos de sua administração está a realização de um corte de 53% na folha de pagamento do Estado.

Nesse período, o acesso da população da periferia à capital foi ampliado por meio da criação do sistema Transcol e da conclusão das obras da Terceira Ponte. Outro destaque da gestão de Mauro foram os acordos ambientais realizados entre o governo e as empresas CST e Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)[2] para reduzir a emissão de poluentes nas cidades.

Corrupção e atraso no Espírito Santo

Fernando Collor de Mello foi eleito presidente do Brasil em um momento em que a política neoliberal triunfava em todo o mundo. E Collor inseriu o Brasil nesse contexto, promovendo a abertura do mercado ao capital estrangeiro. O fracasso da política do presidente e as denúncias de corrupção de importantes membros de sua equipe levaram a seu *impeachment* e à ascensão de Itamar Franco ao poder.

Na época, o Espírito Santo passava também por momentos difíceis devido ao fracasso da política administrativa que estava sendo desenvolvida pelos governantes Albuíno Azeredo (1990 a 1994), Vitor Buaiz (1995 a 1998) e José Ignácio (1999 a 2002). Atraso nos salários dos funcionários do Estado, greves e denúncias de desvio de dinheiro público eram as manchetes dos jornais.

[2] Em 2008, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) passa a se chamar apenas Vale.

Segundo Martinuzzo,

> à corrosão do espírito republicano, evidenciada, entre outros aspectos, pela corrupção e pela instrumentalização que grassavam no ambiente institucional, não deixou de corresponder a destituição do corpo ou da estrutura governativa capixaba. Só para se ter idéia do estrago resultante de anos de desgoverno, a capacidade de investimento do Estado foi reduzida 20 vezes nos últimos 17 anos. De 40% da receita para investimentos em 1986, chegamos a 2,2% no início dos anos 2000. Em primeiro de janeiro de 2003, as dívidas acumuladas somavam a R$ 4,6 bilhões. [...] Setores essenciais aos mais pobres, como saúde, educação e assistência social, foram utilizados como entrepostos para negociatas de grupos assentados em postos de poder, numa estratégia que unia desprezo à lei e desprezo ao semelhante mais aviltado pelas condições indignas de vida (2005, p. 18).

Renovação política e estabilidade cambial

O Plano Real, instituído em 1994, trouxe mais estabilidade para a economia brasileira. Porém, o quadro de atraso do Espírito Santo só começa a ser revertido a partir da eleição de Paulo Hartung, dez anos depois.

As principais promessas da campanha de Hartung eram colocar em dia o salário dos funcionários, sanar as dívidas e desenvolver a economia do Estado. A realização de uma política que visava ao combate da corrupção e à articulação dos órgãos estaduais com os federais também colaborou para a retomada do desenvolvimento no território capixaba.

Atualmente, a descoberta de mais poços de petróleo e a instalação de novas empresas representaram grande crescimento não só da economia, mas também o aumento da população capixaba. Porém, para se adequar ao modelo global e garantir melhores condições de vida, ainda são necessários investimentos na estrutura logística e nas áreas de saúde e educação do Estado, entre outros.

Referências

BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo: roteiro da industrialização.** Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

GONRING, José Irmo (Org.). *A Gazeta* **60 anos: 1928-1988.** Vitória: A Gazeta S.A., 1988.

KOSHIBA, Luiz. **História do Brasil**. São Paulo: Atual, 1996.

MARTINUZZO, José Antonio. **Caminhada em nova fronteira.** Vitória: Governo do Estado, 2004.

SCHAYDER, José Pontes. **História do Espírito Santo: uma abordagem atualizada – 1535-2002.** Campinas: Companhia da Escola, 2002.

SIMÃO, Rodrigo. **Espírito Santo: uma viagem de cinco séculos.** Vitória, 2002.

II

A trajetória dos meios de comunicação capixabas

Amanda Tito
João Cláudio de Santana
João Tarcísio

Os meios de comunicação só começaram a escrever sua história oficial no Brasil com a chegada da Família Real portuguesa, em 1808, e a posterior instalação da imprensa no País. Vários fatores contribuíram para que o exercício da imprensa no Brasil tivesse uma defasagem de séculos em relação à Europa, sendo que um dos principais motivos para isso foi o processo de colonização.

A instalação da primeira tipografia no Brasil e a fundação de jornais e periódicos foram possibilitadas graças à vinda da Corte e à criação da Imprensa Régia. Mais adiante, a consolidação dos jornais em nosso País se deu com a Independência e com a abertura de cursos de Direito, visto que grande parte dos jornalistas e cronistas da época eram advogados. Também foi determinante a constituição da primeira Lei de Imprensa, em 1923.

O Espírito Santo entra nessa história com algumas décadas de atraso, como se verá no panorama da mídia capixaba que vamos apresentar neste capítulo. Nesse percurso, vamos utilizar as referências de outras edições do Projeto CoCa – Comunicação

Capixaba.

Inicialmente, falaremos dos jornais, depois do rádio e, por fim, da TV, tendo com base os livros *Impressões Capixabas*, *Rádio Club do Espírito Santo* e *Roda VT*. Aos interessados, registre-se que, em comparação com o que aqui se relata, essas publicações contêm uma quantidade bem maior de informações, estando disponíveis nas bibliotecas públicas e no endereço www.comunicacaocapixaba.com.br.

Em terras capixabas, a chegada da imprensa foi ainda mais atrasada em comparação com as outras regiões do País. O Estado ficou atrás, por exemplo, do Piauí, onde, em 1835, surgiu o *Correio da Assembléia Legislativa do Piauí*, e do Mato Grosso, onde, em 1839, foi inaugurado o *Themis Mattogrossense*.

Segundo Nelson Werneck Sodré (1999, p. 105), somente em 1840 surge o primeiro periódico do Espírito Santo, *O Estafeta*, e, posteriormente, em 1849, *O Correio da Victoria*. Só ficamos na frente do Amazonas e do Paraná, que se tornaram províncias do Império em 1850 e 1853, respectivamente.

Confira a cronologia do surgimento dos periódicos nos estados brasileiros, segundo Gontijo (2004):

1811 – Bahia, *Idade de Ouro do Brasil*
1821 – Pernambuco, *Aurora Pernambucana*
1821 – Maranhão, *Conciliador Maranhense*
1822 – Minas Gerais, *Compilador Mineiro*
1822 – Pará, *Paraense*
1823 – São Paulo, *O Paulista*
1824 – Ceará, *Diário do Governo do Ceará*
1826 – Paraíba, *Gazeta da Parayba do Norte*
1827 – Rio Grande do Sul, *O Diário de Porto Alegre* e *Constitucional Rio-Grandense*
1829 – Estado do Rio de Janeiro (Niterói), *Eco na Vila Real da Praia Grande*
1830 – Goiás, *Matutina Meiapontense*
1831 – Alagoas, *Íris Alagoense*
1831 – Santa Catarina, *O Catharinense*

1832 – Rio Grande do Norte, *Natalense*
1832 – Sergipe, *Recopilador Sergipano*
1835 – Piauí, *Correio da Assembléia Legislativa do Piauhi*
1839 – Mato Grosso, *Themis Mattogrossense*
1840 – Espírito Santo, *O Estafeta*, com só um número. 1849, *O Correio da Vitória*
1851 – Amazonas (província do Império a partir de 1850), *Cinco de Setembro*
1854 – Paraná (província do Império a partir de 1853), *Dezenove*

Segundo Pereira (1926), entre os anos de 1840 (data do surgimento da imprensa no Espírito Santo) e o ano de 1926, foram catalogadas mais de 400 publicações no Estado. Porém, devido a inúmeras dificuldades, poucas perduraram, sendo que a maioria delas não publicou mais do que uma única edição e a grande parte não existiu por mais de um ano. Os principais diários da atualidade, *A Gazeta* e *A Tribuna*, surgiram somente em 1928 e 1938, respectivamente.

Jornais no Espírito Santo: o início da imprensa

Em 1840, registra-se a tentativa inaugural de se estabelecer um jornal no Estado. Por meio de um contrato com o governo provincial, foi fundado *O Estafeta*, periódico que circulou apenas uma vez. Somente em 1849 houve a segunda tentativa, quando foi fundado *O Correio da Victoria*, o primeiro impresso de notoriedade do Estado.

Ao longo do século XIX, apesar das dificuldades de impressão e dos problemas financeiros, que acabaram levando muitos jornais a constantes suspensões e fechamentos, mesmo que de breve duração, vários foram os impressos criados no Estado. Esses periódicos apresentavam linha editorial política, mas publicavam, ainda que esporadicamente, conteúdos literários e noticiosos.

Ao longo desses 168 anos de imprensa no Espírito Santo, é possível observar a existência de centenas de jornais que surgiram e desapareceram. Alguns inscreveram seus títulos na história; outros, não passaram de aventura. Dentre os principais protagonistas dessa caminhada, daremos destaque para os diários atuais, mas registraremos também informações sobre *O Diário* e o *Jornal da Cidade*, que marcaram tempo.

A Gazeta

Criado em 1928 como um jornal de anúncios imobiliários, *A Gazeta* é o mais antigo periódico ainda em circulação no Estado. Tem linha editorial conservadora e um público com perfil elitista, das classes A, B e C.

Nos últimos anos, *A Gazeta* tem enfrentado queda de vendagem, o que se atribui a uma crise de identificação com seu leitor e também a um conjunto de fatores ligados a novos hábitos de consumo de mídias.

O jornal tem passado por algumas mudanças visando a recuperar vendagem e manter seu espaço em ambientes de novas mídias, como a internet em alta velocidade, a TV a cabo e digital e os celulares.

A Tribuna

O jornal *A Tribuna* foi criado, em 1938, pelo jornalista Reis Vidal. Oriundo de São Paulo, Vidal tinha idéias consideradas fascistas, o que trouxe problemas ao periódico durante a Segunda Guerra. Houve suspeita de que uma firma alemã muito poderosa – a Arens & Langens –, situada na Praça Costa Pereira, que importava e exportava produtos e agenciava navios, financiava a feitura do jornal, que foi invadido e quebrado pela população, ficando parado por um tempo.

No início da década de 1950, o periódico foi adquirido por um grupo ligado ao Partido Social Progressista (PSP), que tentou fazer um jornal diário que falasse só sobre o Espírito Santo e que, mais tarde, concorreria com *A Gazeta*.

Por problemas financeiros, em 1968, o grupo teve que se desfazer do jornal, que foi adquirido pelo grupo João Santos, do qual faz parte até hoje. Em maio de 1981, *A Tribuna* foi vítima de um atentado e explosões destruíram o Departamento de Circulação e o Arquivo do jornal.

A reestruturação do diário foi iniciada somente em 1987. A publicação passou por várias transformações, sendo as mais perceptíveis a mudança do formato standard para o tablóide e a adoção de uma linguagem mais simples, buscando se aproximar, cada vez mais, de seu público leitor.

Em 1995, com uma outra mudança no projeto gráfico, *A Tribuna* entra em uma nova fase, consolidando seu crescimento e a identificação com o público de perfil "popular". Em 2000, o jornal conquista da liderança de vendas em todo o Estado, mantida até os dias atuais.

Notícia Agora

O jornal *Notícia Agora* foi criado em 2000, pela Rede Gazeta de Comunicação, para alcançar o público das classes populares. Era a alternativa da empresa para o jornal *A Gazeta*, apresentado em formato tablóide, com textos curtos, muitos recursos gráficos e preço menor.

Até hoje, porém, há uma discussão em torno da criação do jornal. Há quem diga que ele nasceu para concorrer com *A Tribuna*. Outros vêem no periódico a oportunidade de atender um público que não tinha acesso facilitado aos jornais. Razão pelo qual, inicialmente, o *Notícia Agora* teve um preço bem inferior aos demais diários, custando R$ 0,30.

O início do jornal foi marcado pelos bons números de vendas, conseguidos, em parte, com a ajuda do chamado "efeito anabolizante" dos vários brindes e cupons de sorteio oferecidos aos leitores. Entre 2002 e 2004, entretanto, o *Notícia Agora* passou por uma crise de vendagem, superada somente com a volta das promoções e a ênfase nas notícias locais, focadas em serviços e cotidiano.

O Diário

O Diário existiu por 25 anos, entre 1955 e 1980. Nascido numa época em que os jornais defendiam claramente uma posição política, cresceu e morreu durante a ditadura militar brasileira.

Na década de 1960 e início dos anos 70, *O Diário* foi um jornal de vanguarda no Estado, feito por jornalistas iniciantes, idealistas da liberdade e da experimentação. O sonho de escrever o que se pensa, sem preocupação com o mercado nem com a aceitação do editor estava presente n*O Diário*, que 25 anos após sua fundação precisou ser fechado por problemas financeiros.

Jornal da Cidade

O *Jornal da Cidade* teve seu início, em 1972, como um semanário, mas logo se transformou em diário. Durou até 1992, chegando a estampar na capa de algumas edições um orgulhoso "o segundo jornal mais lido da Grande Vitória". Seus proprietários, Djalma Magalhães e a esposa, Maria Nilce, tinham a intenção de usar o jornal para fazer oposição ao então governador biônico do Espírito Santo, Christiano Dias Lopes.

Fundado durante a ditadura militar, o jornal apresentava uma linha editorial declaradamente conservadora. Era uma publicação tecnicamente pobre e sem recursos gráficos e financeiros e, segundo Savignon (FREITAS, 2005), quem trabalhava lá não tinha certeza de direitos como férias e décimo terceiro salário. Não havia

uma estrutura de redação e muitos textos eram entregues pelos repórteres diretamente no local onde ele era impresso.

O *Jornal da Cidade* ficou conhecido como o "jornal de Maria Nilce", pois sua polêmica coluna social sustentava o periódico, rendendo-lhe grande repercussão e notoriedade. Em 1989, Maria Nilce foi assassinada e, segundo o inquérito policial da época, o homicídio foi fruto da ação do crime organizado do Estado.

Após sua morte, a família se desestruturou e o jornal também. Ameaças foram feitas a Djalma Magalhães, e o jornal chegou ao fim. Com uma vendagem muito pequena e tiragem quase irrisória, só com a coluna de política de Djalma, o periódico tornou-se inviável economicamente.

Registramos aqui os principais periódicos, mas deve-se notar que a imprensa escrita sempre teve veículos disseminados por todo o interior do Estado, com vasta história e abrangência de pautas regionais.

Até meados do século XX, ainda que muitos jornais fossem criados, era grande o número de brasileiros e capixabas analfabetos. É nesse contexto que se expandiu o rádio no Brasil e no Espírito Santo, como se relata a seguir.

Rádio capixaba: uma nova era no ar

> O seu valor na divulgação de mensagens e inestimável poder de penetração nas camadas sociais que compõem a população brasileira o transformam num importante aliado do povo em sua luta pela consolidação da democracia e do direito à informação. A versatilidade com que os locutores desempenham seus papéis na estrutura radiofônica cria uma identidade com o ouvinte, tornando-o permeável e consciente de seu valor dentro do contexto social (BRANDÃO, 1997, p. 50).

O rádio foi introduzido no Brasil em 1923 com a instalação da *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro,* de caráter eminentemente

educativo. Oito anos depois, em 1931, a atividade radiofônica foi regularizada no País para exploração comercial. A partir desse marco, o perfil do rádio foi traçado de acordo com mudanças decisivas ao longo do tempo.

Transformações na forma de lazer também foram provocadas pela introdução do rádio no cotidiano da população. As praças ficavam cada dia mais vazias enquanto famílias se reuniam, na sala de estar ou na casa de vizinhos que possuíam o aparelho, para escutar os programas.

No período de seu surgimento, além de entreter, o rádio tratava de diversos assuntos durante sua programação, como novidades tecnológicas, informações sobre cultura local, mudanças políticas, entre outros. Assim, o veículo se consolidava como o principal meio de comunicação do Brasil entre as décadas de 1920 e 1960, contribuindo de forma determinante para a formação de hábitos sociais e práticas culturais e de consumo.

A partir da década de 1930, com o progresso da industrialização e, conseqüentemente, da concorrência, comerciantes e industriais passaram a investir em publicidade. Essa visão elevou a importância do rádio, considerado, publicitariamente falando, um meio mais eficaz que o impresso, em função do seu alcance e da quantidade de analfabetos existentes no País naquele momento.

Daí em diante, o rádio não poderia mais viver de improviso. Suas programações deveriam ser preparadas e organizadas seguindo um objetivo pré-definido, a fim de manter um público fiel e crescente.

O rádio no Espírito Santo

No Espírito Santo, o rádio deu novas possibilidades de acesso a informações aos analfabetos. Além disso, propiciou uma euforia geral na população, dada a possibilidade de participação do público nos programas de auditório, o que era impossível nas transmissões de emissoras nacionais.

Em 3 de setembro de 1933, foi fundada a primeira estação transmissora de radiotelefonia em Vitória, a *Rádio Club do Espírito Santo*, com sede no segundo andar do mercado da Capixaba, na Rua Araribóia, no Centro da Cidade.

A *Rádio Club do Espírito Santo* surgiu no contexto em que meios de comunicação locais eram precários e as informações eram recebidas por meio de emissoras sediadas em outros estados ou por veículos impressos. Dessa forma, havia pouco conhecimento dos fatos locais pela maioria da população.

Inicialmente, a rádio funcionava apenas algumas horas por dia, em caráter experimental, sendo mantida com contribuições em dinheiro e pela assistência profissional prestada por seus associados. Para que fosse possível a realização das transmissões, seus idealizadores compraram aparelhos de custos elevados, vindos do Rio de Janeiro, de São Paulo e, principalmente, do exterior.

Em 1939, foi constituída uma sociedade anônima para viabilizar o rádio em todo o Estado e, após ter conseguido a concessão do governo federal para explorar o serviço da *Rádio Club do Espírito Santo S.A.*, as transmissões começaram, oficialmente, no dia 14 de janeiro de 1940, com um transmissor Byington de 1 KW, instalado em Vitória.

Em 1941, no período do Estado Novo, foi criado o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (Deip), que incorporou o patrimônio da *Rádio Club do Espírito Santo.* Assim, para regular sua participação no negócio, o Governo Estadual comprou todas as ações da sociedade anônima que a emissora mantinha. Entretanto, somente em 1949 a concessão foi passada ao Estado. Em 1950, era liberada a ampliação da potência do transmissor para 10 KW.

Nas décadas posteriores, novas estações de rádio foram surgindo na Grande Vitória e no interior do Estado, seguindo a demanda populacional resultante da ocupação desordenada das cidades.

Influência norte-americana

É importante ressaltar que, no contexto da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos ampliaram sua influência mundo afora, incluindo a área cultural. Tal fato pode ser percebido no nome escolhido para a primeira rádio do Estado, *Rádio Club do Espírito Santo*, que possui um termo estrangeiro.

Além disso, em dezembro de 1947, outra contribuição dos Estados Unidos possibilitaria avanços para o rádio: três cientistas norte-americanos revolucionaram a radiodifusão, possibilitando, com a utilização de um transistor, que o rádio fosse portátil. Isso fez com que ele deixasse de ser um eletrodoméstico, tornando-se um meio mais imediato para a divulgação dos acontecimentos.

Durante os 75 anos de rádio no Espírito Santo, é possível observar a existência de inúmeras estações que surgiram e desapareceram com a mesma intensidade. Algumas tiveram, e ainda têm, grande importância para a história do Estado. Dentre elas, vamos dar destaque às principais rádios do cenário atual. No campo do entretenimento, incluem-se as rádios *Litoral FM* e *Tropical FM*. Com um perfil mais comercial, pode-se citar a rádio *Antena 1 FM*. Já entre as rádios cuja notícia é o enfoque da programação, estão a *América AM*, a *Gazeta AM* e a *CBN*.

Rádio Tropical FM

Emissora do Grupo Faesa (Faculdades Integradas Espírito-santenses), a rádio *Tropical FM* é uma emissora comercial moderna, bem equipada e direcionada a um público específico, composto pelas classes sociais B e C, com idade entre 20 e 39 anos. Foi inaugurada em 1982, com a freqüência 103,5 MHz pela Fundação Social José Francisco de Paula, cujo proprietário foi Antário Alexandre Theodoro Filho.

Operando atualmente na freqüência 103,7 MHz, a *Tropical FM* é responsável por um tímido jornalismo e por uma programação musical abrangente, que se propaga por 24 horas diárias e alcança toda a Grande Vitória, Guarapari, Domingos Martins, Mucurici, Santa Teresa, Linhares, Venda Nova do Imigrante, Marataízes e Presidente Kennedy.

Rádio Litoral FM

Concorrente direta da *Tropical FM*, a rádio *Litoral FM* entrou em funcionamento em agosto de 1994 e é propriedade do executivo da Rede Gazeta de Comunicação Paulo Sérgio Gava.

Sua programação de 24 horas diárias opera na freqüência 102,3 MHz e varia em ritmo e estilo, tendo um jornalismo reduzido a inserções ocasionais. É utilizada amplamente por anunciantes devido à variedade de público que atinge.

Rádio Antena 1 FM

A rádio *Antena 1 FM* funciona desde setembro de 1994 e transmite uma programação voltada ao público de 24 a 40 anos ou mais, composta de *flashbacks* internacionais, totalmente via satélite, direto de São Paulo, dispensando, dessa forma, locutores locais.

Com um jornalismo restrito a inserções provenientes da capital paulista, seus programas são ouvidos por toda a Grande Vitória e parte da região serrana. A publicidade é bem aproveitada, haja vista as condições financeiras de seu público que, em sua maioria, podem investir nos produtos anunciados.

Rádio América AM

Em 1962, a *Rádio América AM* foi fundada com o nome de *Cariacica AM*, por Rômulo Conde, na época técnico em conserto de rádio, major da reserva da Polícia Militar do Espírito Santo

(PM-ES) e funcionário da *Rádio Espírito Santo*.

Com uma programação predominantemente de músicas românticas e MPB, a rádio *Cariacica AM* foi adquirida, em 1993, pela Fundação Nossa Senhora da Penha, que mudou o nome da emissora para *Rádio América AM*. Sua programação baseia-se em quadros jornalísticos matinais com inserções durante todo o dia, mesclados com músicas livres, embora haja restrições a músicas vulgares e ambíguas, e com missas e orações transmitidas via satélite diretamente da *Rádio Aparecida do Norte*, em São Paulo.

A emissora, que funciona na freqüência 690 KHz, também faz uso de recursos publicitários e possui boa aceitação no mercado.

Rádio Gazeta AM

A rádio *Gazeta AM* foi inaugurada em 1982, com seus estúdios instalados dentro da Rede Gazeta, da qual também faz parte. Com uma programação informativa e diversificada, voltada, inicialmente, para o público de baixa renda e de regiões do interior, a emissora possui uma pequena redação, mas um jornalismo bem elaborado. Operando na freqüência 820 KHz, conta também com programas específicos para música italiana e gaúcha, público feminino e competições esportivas.

Rádio CBN Vitória FM

No ar desde abril de 1996, a rádio *CBN Vitória*, uma das emissoras do Grupo Gazeta Rádios, faz parte de uma rede de rádios via satélite do Sistema Globo de Rádio composta por 19 afiliadas (oito FMs e 11 AMs) em todo o Brasil.

Inicialmente operando na freqüência 1250 Khz AM e após nove anos como uma das três AMs mais ouvidas no Espírito Santo, a rádio passou a ser transmitida pela freqüência 93,5 FM em abril de 2005. Seu público é formado por pessoas de alto poder

aquisitivo.

Com um caráter fortemente jornalístico, a *CBN Vitória* oferece ao público capixaba informações sobre o Espírito Santo, o Brasil e o mundo. A emissora já conquistou dez prêmios em jornalismo – inclusive dois nacionais – e, ainda, foi escolhida a "Mídia do Ano" pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), sendo o radiojornalismo mais premiado do Estado.

Além dessas emissoras, localizadas na capital, nota-se que o rádio também está espalhado por todo o interior do Espírito Santo.

O jeito capixaba de fazer TV

A TV existe no Brasil há 58 anos, e no Espírito Santo há 46. Veio para as terras capixabas por iniciativa do jornalista e advogado João Calmon, o "senador da educação", em um momento de transformação socioeconômica e disputa pelo poder na década de 1960, mais de dez anos depois da primeira transmissão brasileira ser realizada.

João Calmon, então deputado estadual, desejava desenvolver uma carreira política e sabia da importância dos investimentos em comunicação. Os acalorados discursos em palanque e as acendidas transmissões de rádio agora possuíam uma nova aliada, a TV, e era isso o que ele queria.

A TV chegou ao Espírito Santo custeada pela iniciativa privada, a partir da venda de ações para empresários em busca de ascensão política e prestígio, aspirantes a serem os proprietários da primeira emissora que se instalaria em solo capixaba, a *TV Vitória*.

Mesmo com a falta de televisores para o público, devido ao alto preço dos aparelhos, e as precariedades na transmissão do sinal e dos equipamentos técnicos, a *TV Vitória* iniciou sua caminhada investindo na programação local, basicamente na base do improviso.

TV Vitória

Em sua fase inicial, a *TV Vitória* exibia novelas mexicanas e alguns filmes. Com o tempo, foram criados programas locais infantis, de calouros, de entrevistas e de cunho jornalístico, como o "Diário da Cidade", que abordava os problemas da capital, e o "Ronda Policial", um programa policial.

Mais tarde, com a crise do grupo Diário e Emissoras Associados, ao qual a *TV Vitória* pertencia, a emissora passou a retransmitir a TVS, do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Em seguida, foi retransmissora da extinta *TV Manchete*, quando assumiu uma programação mais local. Atualmente, é afiliada da Rede Record.

Hoje, a *TV Vitória* é a rede de TV capixaba que tem em sua programação o maior número de programas locais. No entanto, continua transmitindo basicamente uma programação voltada para a Grande Vitória.

TVE-ES

Por iniciativa de fundações, universidades e governos, surgiram, entre os anos de 1967 e 1974, nove emissoras educativas em território brasileiro, entre elas a *TV Educativa do Espírito Santo*. A emissora teve, em seu início, uma concepção estritamente pedagógica, mas, com o passar dos anos, foi adquirindo um caráter de TV pública, com uma programação jornalística, de entretenimento e com um maior acervo cultural.

Apesar das dificuldades, a *TVE-ES* encontrou na década de 1980 sua "era de ouro", quando sua programação foi diversificada, tornando-se pertinente e ganhando espaço na programação das TVEs de outros estados. Atualmente, com um novo transmissor, a *TVE-ES* tem uma potência que abrange toda a Grande Vitória e municípios vizinhos, sendo transmitida também pelas empresas capixabas de canal a cabo NET e RCA.

TV Gazeta

No início da década de 1970, a Rede Globo crescia no Brasil, e vários estados já contavam com suas filiais. No Espírito Santo, o sinal da emissora carioca chegava de forma improvisada, por meio da *TV Clube Intermunicipal*, em uma antena instalada no Morro do Moreno.

Em pouco tempo, a programação da emissora carioca conquistou as mentes e os corações dos capixabas e virou sucesso de audiência. E foi nesse contexto que a família Lindenberg trouxe, de forma legal, via concessão, a *TV Globo* para o Espírito Santo, com a criação da *TV Gazeta*.

Antes mesmo de conseguir a concessão, Carlos Lindenberg Filho, o Cariê, tentou firmar um acordo com a Rede Globo. Depois de muitos encontros frustrados, até mesmo com o proprietário, Roberto Marinho, Cariê conseguiu fechar um contrato com a emissora. Assim que a família conseguisse a concessão federal de um canal, ela seria a filial da Globo no Espírito Santo. Dessa forma, em 11 de setembro de 1976, às 12 horas, entrou no ar mais um canal de televisão capixaba, a *TV Gazeta*, com imagens ainda precárias do "Jornal Hoje".

No seu início, a *TV Gazeta*, para adquirir o "padrão Globo de qualidade", contratou profissionais já experientes na área de outros estados, inclusive funcionários da própria *TV Globo*. Muitos deles foram fazer treinamento fora do Espírito Santo, uma vez que no Estado, não havia ainda muitos profissionais especializados e o curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) acabava de ser criado.

Mas a *TV Gazeta* não foi criada para ser somente uma retransmissora de sinal. O projeto era fazer dela uma TV com produções locais, voltadas para o público capixaba. Porém, a Globo disponibilizava pouco espaço em sua grade de programação a produções regionais, por medo de perder o seu "padrão de qualidade" e por-

que seus clientes queriam suas marcas em rede nacional.

Inicialmente, foram, então, produzidos apenas dois programas: um passaria ao meio-dia, como uma espécie de apêndice local da edição nacional do "Jornal Hoje" (o futuro "ES-TV – Primeira Edição"), e um à noite (o futuro "ES-TV – Segunda Edição"), com duração de meros três minutos, antes da entrada do "Jornal Nacional".

Com o passar do tempo, a *TV Gazeta* foi ganhando mais espaço na programação, tendo sempre o jornalismo como carro-chefe. Atualmente, além da *TV Gazeta*, a Rede Gazeta possui a *TV Gazeta Sul*, com sede em Cachoeiro de Itapemirim; a *TV Gazeta Norte*, em Linhares, e a *TV Gazeta Noroeste*, em Colatina. Há ainda um canal na distribuidora de TV a cabo NET, o GTV.

TV Tribuna

Para conseguir uma concessão de televisão e um contrato com uma rede de TV nacional, o Grupo Industrial João Santos, proprietário da *TV Tribuna*, acumulou algumas frustrações. Em 1980, a concessão foi conquistada, entretanto, ainda faltava um canal de âmbito nacional para retransmitir. Vendo zeradas suas chances com a *TV Globo,* que já havia fechado um acordo com a *TV Gazeta*, e com a *TV Manchete*, que preferiu a *TV Vitória*, a *TV Tribuna* ficou com sua terceira opção: fechar contrato com o Sistema Brasileiro de Televisão, o SBT, emissora do empresário Sílvio Santos.

A equipe inicial da *TV Tribuna* foi composta, em sua maioria, por profissionais do jornal *A Tribuna*, que não possuíam experiência em televisão e buscaram se especializar fora do Estado, aprendendo na prática e com auxílio de profissionais experientes.

Houve diversos programas que fizeram história na *TV Tribuna*, como o "Cidade Aberta", o "Tribuna Livre", o "Tribuna Infantil", o "Doce Alegria" e o "Clipe 99". Atualmente, a marca principal da programação da *TV Tribuna* é o jornalismo, principalmente com a manutenção em sua grade, desde março de 1985, do "Tribuna Notícias", com uma edição ao meio-dia e outra à noite.

TV Capixaba

Com a concessão de uma TV nas mãos, faltava aos empresários capixabas Rui Baromeu e Gilberto Michelini ir atrás de equipamento, equipe, sede e um canal para retransmitir o sinal no Espírito Santo.

A equipe logo se formou e foi uma questão de tempo até que uma sede fosse encontrada. Os empresários começaram, então, os contatos com a Rede Bandeirantes e o processo de montagem da *TV Capixaba* durou aproximadamente dois anos.

Em 10 de outubro de 1989, a *TV Capixaba* entrou no ar, usando o mesmo enfoque de programação da Bandeirantes: jornalismo e esporte. Apesar de alguns problemas técnicos em sua transmissão, a filial funcionava, desde seu início, de forma muito integrada com sua matriz paulista.

Mesmo hoje, possuindo grande parte da sua programação local como espaço vendido, principalmente para produções religiosas – o que enfraquece o jornalismo da emissora –, a *TV Capixaba* tem uma extensa lista de programas feitos no Espírito Santo, como os históricos "Jornal Capixaba", "Esporte Capixaba" e o extinto "Na Mira do Repórter".

RedeTV-ES!

A *RedeTV ES!*, antiga *TV Litorânea*, tem sede em Vitória e transmite para sua região de cobertura a programação da *RedeTV!* de São Paulo, da qual é emissora afiliada. Além disso, a *RedeTV ES!* conta, ainda, com uma grade local de programação, principalmente com os programas "Rede Cidades", "Welcome TV!",

"Twister TV", "Todas as Tribos" e "ES! News".

Após esses relatos introdutórios acerca da trajetória socioeconômica do Espírito Santo e da sua cena midiática, passa-se à análise do papel de imprensa em momentos decisivos da história espírito-santense.

Referências

BRANDÃO, José Walace dos Santos. **A evolução do rádio no Espírito Santo – 1987-1997. Programação e concessões.** Monografia, 1997.

GONTIJO, Silvana. **O livro de ouro da comunicação.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FREITAS, Kênia. *Jornal da Cidade*. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Rádio Club do Espírito Santo: memórias da Voz de Canaã.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2004.

MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Roda VT!: a televisão capixaba em panorâmica.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro Mauad, 1999.

Entrevistas

Danilo Souza – Diretor de programação da *Rádio Espírito Santo*, em 22 de abril de 2008.

III

Espírito Santo de 1808 a 1849: os primeiros jornais

Augusto Debbané
Darshany Vieira
Monique Tassar

Até 1840, a Província do Espírito Santo desconhecia qualquer tipo de meio de comunicação impresso. Não existiam jornais, revistas nem mesmo tipografias, e os poucos veículos que já haviam circulado eram manuscritos.

De acordo com Bittencourt (1987), no início do século XIX, o Espírito Santo ainda era uma região semidespovoada e atrasada em relação às outras províncias. A economia era fundamentalmente baseada na agricultura açucareira, totalmente dependente do Rio de Janeiro e da Bahia para comercializar o produto.

Apesar da produção do açúcar gerar o aparecimento de vilas e povoados, o número de habitantes no Espírito Santo ainda era muito baixo. No final da segunda década do século XIX, a população total na Província era estimada em, aproximadamente, 24 mil pessoas. Em Vitória, por exemplo, onde o comércio era ligeiramente mais intenso, no ano de 1818, a população era de 4.245 habitantes. Isso contribuía decisivamente para a inércia econômica, de modo que aumentar a população era um dos principais

objetivos dos governantes naquela época.

A capital da Província, em 1811, possuía um comércio baseado na compra e venda de produtos agrícolas em pequena escala, como aguardente, açúcar, café, milho, feijão, arroz e algodão. A pobreza era geral, "as casas refletiam a penúria de seus moradores e, se arruinadas, não eram reedificadas" (OLIVEIRA, 1951, p. 258). O transporte das mercadorias para Rio de Janeiro e Bahia era feito em pequenas embarcações. Ainda não havia trocas com Minas Gerais – pelo Rio Doce só passavam canoas que conduziam soldados, armas e munições.

Lentamente, alguns núcleos de imigrantes foram se formando. Em 1813, no governo de Francisco Alberto Rubim, chegaram 50 casais vindos dos Açores, que se fixaram na colônia de Viana. Foi também nessa administração que se registrou um fator muito importante: Rubim incentivou a substituição das mamonas, produzidas nos quintais de Vitória, pelo café. Além disso, concluiu as obras da estrada ligando Vitória e Minas Gerais, o que contribuiu para o crescimento demográfico estadual.

Outro ponto a se destacar é o isolamento do Espírito Santo, devido à navegação precária e à falta de estradas, o que gerava a inexistência de comunicação com outras províncias e entre as próprias vilas. Desse modo, a Província não progredia economicamente, e muito menos culturalmente.

Até a primeira metade do século XIX, apesar de a capital e de outras províncias obterem resultados significativos na economia, nas artes e na cultura, o Espírito Santo continuava sendo uma província estagnada economicamente e sem qualquer vocação para as artes e para a comunicação, já que não havia se estabelecido na região um cenário de produção cultural de destaque. Assim sendo, a região foi considerada uma das mais carentes e atrasadas de todo o Brasil.

Somente em meados do século, esse quadro deficitário começou a mudar definitivamente, entre outros motivos, graças ao incentivo gerado pelo cultivo do café, que influenciou a abertura de estradas, à navegação a vapor e à imigração européia, que aumentou consideravelmente o número de habitantes no Estado.

As grandes propriedades se adaptaram à cafeicultura e os imigrantes trouxeram seus elementos e valores culturais, contribuindo com novos elementos para a formação da identidade cultural capixaba. Italianos, alemães, pomeranos, holandeses e outros povos acrescentaram aos costumes dos índios, negros e portugueses sua culinária diferenciada, técnicas de preparo e uso da terra, formas de organização social, festas e crenças.

Diante desse contexto capixaba, até meados do século XIX, a imprensa também não havia se desenvolvido. Inexistia qualquer possibilidade de impressão de textos locais e a primeira tipografia surgiu apenas em 1840. Havia somente a circulação de alguns poucos pasquins[1] manuscritos, que criticavam o governo colonial, movidos pela agitação do processo de independência da Província no período de 1820 a 1824. Nem mesmo a luta pela independência do Brasil, que causou efeitos positivos na imprensa brasileira, ao colaborar de forma decisiva para o surgimento de vários jornais e revistas nas principais províncias, incentivou o Espírito Santo a iniciar a produção de meios de comunicação impressos, não havendo nenhuma perspectiva de que isso acontecesse até 1840, quando surgiu o primeiro jornal da Província, *O Estafeta*.

Em entrevista aos autores, Bittencourt reforça a ausência de imprensa: "Não existia nada. Inclusive, o que eu relato nos livros é que, no processo de Independência, aqui no Espírito Santo, por falta de gráficas, os ataques feitos ao Governo e à Junta Governativa Portuguesa eram feitos por pasquins manuscritos colados nas paredes de Vitória".

Em 1840, então, foi aberta a primeira tipografia no Estado,

[1]Com linguagem violenta, denunciando a "podridão" do Governo, estes jornais-panfletos chegavam até a insultos pessoais. São aparentemente insignificantes e inexpressivos exemplares que não passaram de 'brincadeiras jornalísticas'. Todavia, eles compartilharam dos ideais de liberdade e luta, presentes no Brasil desde os tempos de Regência até a República (Liidtke, 2008).

32 anos após a publicação do primeiro jornal do Brasil, *Gazeta do Rio de Janeiro*. *O Estafeta* foi concebido por iniciativa do alferes do Exército Aires Vieira de Albuquerque Tovar e seria utilizado para fazer circular as ordens e os atos oficiais do governo.

Conforme acordado, o jornal seria publicado bissemanalmente e incluiria ordens e ofícios da administração, além das portarias e correspondências do presidente com as autoridades da Província. Devia, ainda, fornecer, ao governo, 120 exemplares de cada edição ao preço de dez mil réis (MATTEDI, 2005, p. 12).

O Estafeta, no entanto, não passou da primeira edição. A principal razão para isso foi a tuberculose que acometeu Aires Tovar, que faleceu no ano seguinte. Outro fator foi a qualidade comprometida da impressão, uma vez que a tinta utilizada era preparada na própria tipografia. A efêmera duração do jornal impossibilitou até mesmo o registro exato da data de sua única publicação.

O primeiro jornal capixaba de circulação regular foi *O Correio da Victoria*, surgido nove anos após a publicação d*O Estafeta* (MATTEDI, 2005, p. 13). Em entrevista, Bittencourt também afirmou que "a verdadeira imprensa no Espírito Santo começou em 1849. Quando a tipografia foi comprada por Pedro Antonio de Azeredo, começa a impressão d*O Correio da Victoria*". Na capital, os sistemas de iluminação ainda eram precários, o que dificultava a difusão cultural pela população. Conforme Mattedi,

> também nessa época, a capital da Província que só tinha iluminação nas proximidades dos poucos prédios públicos, recebeu com festa a inauguração de um rudimentar serviço de iluminação a azeite de peixe. Foi no dia 1º de março de 1847. O sistema permaneceu até 1865 quando foi substituído por querosene. O avanço continuou, e em 1º de março de 1879 as vielas da cidade ganharam iluminação a gás (p. 13).

A publicação, cuja primeira edição data de 17 de janeiro de 1849, era bissemanal, com duas folhas e em formato tablóide. O

governo subsidiava o jornal e, por meio de um contrato de dez anos, Azeredo passou a ser o responsável pelas comunicações oficiais ao preço de dez mil réis por tiragem. Por conta disso, não eram permitidas quaisquer ofensas às autoridades. Mas, ainda assim, no mesmo ano de 1849, um artigo crítico sobre os atos da Assembléia Legislativa Provincial foi publicado e toda a tiragem do jornal foi apreendida.

Mattedi afirma que *O Correio* era altamente conservador, defendendo o dogma "Monarquia, Constituição e Liberdade". Entretanto, em 1850, o governo não fixou na Lei Orçamentária o repasse do subsídio e, portanto, deixou de cumprir o contrato com o jornal, que, prontamente, parou de publicar os atos oficiais e, no dia 3 de julho de 1852, declarou sua autonomia, passando a franquear seu espaço para qualquer tipo de publicação.

Um ano foi suficiente para o governo sentir-se incomodado com a postura "independente" do jornal e refazer o contrato com Azeredo, que, por sua vez, foi indenizado pelo rompimento do compromisso anterior. Em 1864, o engenheiro Manoel Feliciano Muniz Freire fundou o *Jornal da Victoria* e cooptou o contrato para a divulgação dos comunicados oficiais, que, mais tarde, voltaria para *O Correio da Victoria*.

Em época de um movimento abolicionista intensificado na Província, *O Correio da Victoria*, em 13 de janeiro de 1872, passou a ser publicado três vezes por semana, e o governo, novamente, suspendeu o contrato devido a um ato da Assembléia. A situação do jornal piorou com a cisão do Partido Conservador, que dava sustentação ao jornal, o que levou ao fechamento d*O Correio* (MATTEDI, 2005, p.15).

Em 24 anos de história e de circulação ininterrupta, o jornal trocou de dono por duas vezes: após Azeredo, quem o assumiu foi o capitão José Francisco Pinto Ribeiro e, posteriormente, Jacinto Escobar de Araújo.

Mattedi afirma ainda que o jornal teve forte influência na

sociedade local. Defendia, por exemplo, interesses da população, como a navegação regular para a Província, uma vez que a falta de estradas ilhava o território capixaba. O grande marco dessa influência foi a construção do farol de Santa Luzia, em 1870, uma das principais bandeiras levantadas pelo impresso.

Como se pode perceber, os primeiros jornais do Espírito Santo tinham forte vinculação política, ou seja, eram sustentados pelo governo. Sem uma economia que sustentasse certo grau de autonomia via anúncios, o destino dos impressos era a fala oficial.

Referências

BITTENCOURT, Gabriel (Org.). **Espírito Santo: um painel da nossa história.** Vitória: Edit, 2002.

BITTENCOURT, Gabriel. **Café e modernização: o Espírito Santo no Século XIX.** Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

BITTENCOURT, Gabriel. **Espírito Santo: alguns aspectos da Independência – 1820-1824.** 2. ed. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), 1985.

BITTENCOURT, Gabriel. **Historiografia capixaba e imprensa no Espírito Santo.** Vitória: Edit, 1998.

LIIDTKE, Daniel. **Solapadas cômicas.** In: Canal da Imprensa. Disponível em: <http://www.canaldaimprensa.com.br/canalant/nostalgia/doito/nostalgia2.htm>. Acesso em: 15 abr. 2008.

MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões Capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

MATTEDI, José Carlos. **História da Imprensa Oficial do Espírito Santo.** Vitória, 2005.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo.** Rio de Janeiro, 1951.

Entrevistas

Gabriel Bittencourt – Historiador, professor de História, mestre em Direito, doutor em Ciências Jurídicas e Sociais; doutor, mestre e especialista em História do Brasil, em 18 de abril de 2008.

IV

Os pretos, os brancos e a imprensa mulata

Ariani Caetano
Erica Vaz
Jaqueline Borchardt
Rafael Scandian

O desejo de concorrer com uma parcella, embora insignificante para o edifício da historia da Terra Capichaba, foi o movel da resolução que tomámos de compor o nosso opusculo sobre "A Imprensa no Espírito Santo", desde a inauguração do primeiro prélo, e o nascimento da nossa imprensa, fraca e enfezada, até a florescencia dos dias actuaes (PEREIRA, 1926, p. 28).

O parágrafo introdutório de Heráclito Amâncio Pereira, em *A imprensa no Espírito Santo*[1] , bem que poderia ser o deste capítulo. Nosso objetivo, assim como o dele, é o de deixar uma contribuição para a história da formação da imprensa no Espírito Santo. Talvez, olhando o passado, consigamos entender melhor o presente e o futuro dos meios de comunicação, hoje tão diferentes daqueles surgidos na segunda metade do século XIX.

Nosso olhar, entretanto, não será destinado a toda essa história,

[1] O artigo A imprensa no Espírito Santo foi publicado em 1926 pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES). Dividido em três volumes da publicação, o texto de Heráclito Amâncio Pereira faz um panorama sobre as publicações impressas que circularam no Estado (antes Província) até 1926.

mas somente a parte dela. Vamos nos concentrar no período áureo da imigração no Espírito Santo, que coincidiu com a abolição da escravidão no Brasil. Além disso, vamos passear pelos jornais da época para compreender como a imprensa se comportava frente a essas questões sociais, econômicas e políticas.

A escravidão e a chegada dos imigrantes foram temas fundamentais no período de ampliação da imprensa capixaba após décadas de atraso e oficialismo. Os fatos e fenômenos ligados a esses grupos influenciaram de forma direta a cobertura dos jornais da época. Por isso, precisamos compreender que tipo de sociedade estava instalada na Província do Espírito Santo para entendermos como o negro e o imigrante "existiam" dentro dela. Depois desse percurso histórico, passaremos à cobertura dos periódicos, na tentativa de narrar a importância da imprensa para a constituição da própria identidade capixaba.

A imprecisão do início

Os primeiros registros sobre a chegada dos escravos africanos na capitania do Espírito Santo datam de 1550, quando a região ainda estava nas mãos de seu primeiro donatário a serviço da Coroa Portuguesa, Vasco Fernandes Coutinho.

As principais áreas de concentração dos escravos estavam no norte do Estado, em São Mateus; no centro, em Vitória; e no sul, em Cachoeiro de Itapemirim. Sabe-se que os escravos, nos primeiros dois séculos de colonização, trabalhavam ao lado dos índios, em fazendas jesuíticas próximas ao litoral. Porém, registros precários de dados estatísticos ou fontes da época fazem com que os negros só ganhem destaque na historiografia capixaba a partir do século XIX.

É importante ressaltar que o Espírito Santo passou por uma séria crise de contingência populacional nos três primeiros séculos de colonização. No século XVI, com a descoberta de ouro em

Minas Gerais, a capitania sofreu um êxodo brutal, chegando a ter somente cinco mil habitantes em 1728. Segundo Simão (2002), naquele ano, só permaneceram na região "religiosos, militares, funcionários públicos e escravos destes grupos".

São Mateus e os quilombos

O Vale do Cricaré, região que hoje corresponde aos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, era o grande receptor de escravos africanos durante o período de colonização. Os negros chegavam em navios negreiros que aportavam no porto da aldeia de São Mateus. Fazendo limite com a Capitania de Porto Seguro, a região sofria forte influência de famílias tradicionais da província baiana, naquela época uma capitania rica e desenvolvida, o que foi fundamental para a prosperidade econômica do local.

A partir do século XVII, o comércio marítimo de escravos oriundos, principalmente, de Angola passou a ser intenso no Porto de São Mateus, atraindo habitantes de várias regiões da Corte. É nessa mesma época que foi registrada a primeira rebelião de negros e o surgimento de um quilombo no Espírito Santo. A história começou em 1690, com a chegada da jovem escrava Zacimba Gaba, princesa da nação africana de Cabinda. Seu proprietário era o fazendeiro português José Trancoso, que, ao ficar sabendo das origens nobres de sua escrava, aprisionou-a na casa grande e ameaçou matá-la se qualquer escravo viesse em seu resgate. Vítima de constantes abusos por parte do fazendeiro, Zacimba passou a colocar doses de veneno na comida do dono, uma prática comum na época entre os escravos que queriam se vingar de seus senhores ou feitores.

Após a morte do fazendeiro, a jovem fugiu com um grupo de escravos e fundou o primeiro quilombo da região, passando também a saquear fazendas e libertar outros escravos recém-chegados ao Porto de São Mateus. Suas ações só foram contidas em 1710,

quando o grupo foi vítima de uma emboscada mortal armada pelas forças do governo da Província.

O quilombo de Zacimba durou pouco mais de uma década e possuía características semelhantes aos outros quilombos que surgiram pelo Brasil, com economia de subsistência e trabalho cooperativo. Em meados do século XIX, outro quilombo foi registrado na região. Liderado por Negro Rugério, um grupo de 30 negros de origem angolana fundou nas terras da fazendeira Rita Cunha, então presidente do Partido Liberal de São Mateus, o Quilombo de Sant'Ana. Em vez de repressão, os escravos conseguiram uma vitória inédita naquela época: em troca de proteção e passividade, os negros passaram a vender os excedentes da sua produção de farinha de mandioca pela metade do preço para a proprietária, que a revenderia para os atacadistas. O quilombo sobreviveu até a morte da fazendeira, em 1881, quando a força do governo invadiu a região e entrou em conflito armado com os escravos (AGUIAR, 2001).

A Revolta de Queimado

A Revolta de Queimado, mais famosa rebelião escrava ocorrida no Espírito Santo, teve início no dia 19 de março de 1849. O episódio gira em torno da construção de uma igreja na região de São José do Queimado, atualmente município da Serra. Na época, um boato de que o frade italiano Gregório de Bene concederia carta de alforria aos negros que ajudassem a construir a igreja espalhou-se pela região. Durante um ano, escravos trocavam dias santos e domingos para trabalhar na obra. No dia da inauguração, depois da missa, os negros cobraram do frade a alforria prometida, o que não era possível, já que o frade não tinha autoridade para isso. Teve início, então, uma revolta liderada pelos escravos Chico Prego, João da Viúva, Elisário, Carlos e Domingos. Durante cinco dias, cerca de 200 escravos percorreram as fazendas obrigando

alguns donos de escravos a assinarem cartas de alforria. O movimento foi contido pela polícia da Província e seus líderes foram condenados à morte. Porém, um deles conseguiu escapar da sentença. O negro Elisário fugiu da prisão e fundou um quilombo na região entre o Morro do Mestre Álvaro e o Monte do Mouxuara, em Cariacica.

O fim do tráfico negreiro

A Lei 581, também conhecida como Lei Eusébio de Queirós, que pôs fim ao tráfico de escravos, foi aprovada em 4 de dezembro de 1850. Com isso, todos os portos da colônia foram proibidos de aceitar mercadores negreiros. O tráfico de escravos, que teve início em 1568, era um comércio bastante lucrativo para os nobres e negociantes portugueses e foi fundamental para a formação populacional do Espírito Santo. Para se ter uma idéia, em 1827, a população de São Mateus era de 783 índios, 947 brancos e 4.525 negros. Até o ano da Independência, os negros somavam mais de 12 mil, numa população de 24 mil habitantes em toda a Província do Espírito Santo. Somente a partir de 1856, com o registro do último navio negreiro ilegal vindo da África e detido no porto de São Mateus, decretando o fim do tráfico na região, é que essa população começa a ser superada pela leva de imigrantes europeus que chegavam.

Os maus-tratos e o conservadorismo

Segundo Simão (2002), pelo menos a política do Espírito Santo tendia para uma postura mais escravocrata que abolicionista. Para confirmar a tese, ele cita, em seu livro, a votação da Lei do Ventre Livre, ocorrida em 29 de setembro de 1871, em que a bancada capixaba, composta por dois deputados, defendeu abertamente a não-aprovação da lei.

Mas com a lei em vigor, os filhos das escravas não mais interessaram aos senhores, que não poderiam comercializá-los. Aguiar revela ainda que em várias fazendas de São Mateus, recém-nascidos eram afogados nos córregos ou queimados em fornalhas das casas de farinha. A prática do aborto entre as escravas tornou-se muito comum.

O abolicionismo ganha força no Espírito Santo

O movimento abolicionista é dividido em dois momentos pela História. A primeira foi a fase emancipacionista, ocorrida entre as décadas de 1860 e 1870 e liderada por D. Pedro II. Já a segunda fase, denominada "movimento popular", ocorreu a partir de 1880, motivada por diversos grupos sociais. Nessa fase, os liberais estavam no poder, e diversos debates a favor e contra a abolição agitavam a Corte.

No Espírito Santo, o movimento abolicionista também ganhava força. Pelo decreto de 13 de novembro de 1872, o Parlamento aprovou o Fundo de Emancipação, cujo objetivo era arrecadar dinheiro para a compra da alforria de escravos. Na Província, em 1869, grupos abolicionistas já praticavam essa ação. Merecem destaque a Sociedade Abolicionista do Espírito Santo (1869), a Sociedade Emancipadora Primeiro de Janeiro (1875), a Sociedade Libertadora Domingos Martins (1875), a Sociedade Abolicionista Literária Peçanha Povoa (1881), a Sociedade Abolicionista Espírito-Santense (1884) e a Sociedade Libertadora Beneficente do Rosário (1887).

Na região de São Mateus, a rebelião dos negros também teve apoio de abolicionistas, que, em sua grande maioria, eram filhos de tradicionais famílias, artistas, advogados e jornalistas. Destaque para a atuação de Graciano Neves, jovem médico que, aos 28 anos, se tornou o primeiro governador do Estado do Espírito Santo eleito pelo voto popular. Em 1897, Neves renunciou ao cargo por

pressão dos setores escravocratas, que ainda mantinham forte influência na política da Província. Outro abolicionista importante foi o desembargador Manoel Santos Neves, nascido em 1868 em São Mateus, que, embora fosse filho de um senhor de escravos, fez parte de um grupo de abolicionistas mateenses na sua juventude.

A Lei Áurea e sua herança

A Lei Áurea, que pôs fim ao regime escravocrata em todo o Império, foi assinada em 13 de maio de 1888. No Espírito Santo, o conhecimento da lei pelo governo local deu-se no dia 14 e só foi publicada no jornal *A Provincia do Espirito Santo* no dia 16. Dava-se início a uma longa história de segregação racial e social dos novos homens livres. A sobrevivência dos negros longe das senzalas foi difícil, visto que nem a Lei Áurea nem o movimento abolicionista conseguiram garantir direitos essenciais para que os ex-escravos pudessem ser inseridos no mercado de trabalho e na sociedade brasileira.

O jornal *O Cachoeirano* publicou a seguinte matéria, no dia 27 de maio de 1888, sobre as conseqüências da abolição:

REGIMEN DE COUZAS

(...)

Devemos d'esde o gérmen cuidarmos de guiar aquelles que sahiram da escravidão para que não se transformem com o caminho indirecto que levam, ponto de controvérsias e de lutas.

(...)

Pelo amor que devem ter pela pátria não procurem os novos tutores instituir uma segunda escravidão, e lembrem-se que hoje devemos cuidar em educar esses orphãos, victimas da nossa prepotência, para legarmos aos nossos filhos uma melhor patria do que tivemos.

No Espírito Santo, duas comunidades negras surgiram após a abolição: Cacimbinha, atual São Jorge, e Boa Esperança. Cacimbinha teve origem a partir de doações de terras feitas para o ex-escravo Manoel da Batalha. O doador era o fazendeiro dono de sua mãe. Já Boa Esperança foi criada a partir da aquisição de terras por outro ex-escravo, Manoel João Ferreira. Os proprietários mais lesados com a abolição foram os da região sul da Província, que mais tarde iria abrigar grande número de imigrantes europeus, oriundos, principalmente, da Itália e da Alemanha.

Povoar é preciso

O Espírito Santo não sentiu tanto os efeitos da abolição da escravatura como as outras regiões, pois, à época, a mão-de-obra escrava não era a predominante na Província. A região Sul, entretanto, foi a que mais sofreu com a Lei Áurea. Essa região estava sendo ocupada por causa da expansão das fronteiras agrícolas mineira e carioca, e nela predominava o modo escravista de produção. Enquanto isso, as regiões Central e Norte encontravam-se em processo de estagnação econômica e de esvaziamento da população.

De acordo com Silva (1995), a imigração surgiu como alternativa para promover a ocupação territorial dessas áreas despovoadas, impulsionando a mudança do eixo socioeconômico da Província para as regiões circunvizinhas à capital Vitória.

Vale ressaltar que, em um primeiro momento, não havia interesse dos cafeicultores do sul na vinda dos imigrantes, sendo essa uma iniciativa de responsabilidade da elite capixaba. Como lembra Ferreira, em entrevista aos autores, "foi uma decisão dos grupos que mandavam política e socialmente em Vitória".

As primeiras colônias

Os açorianos foram os primeiros estrangeiros a chegar ao Espírito Santo. Trazidos no governo de Francisco Rubim, eles fundaram a povoação de Viana, em 1813. Em 1847 surgia a colônia de Santa Isabel, composta por 163 imigrantes alemães da Prússia, além de suíços e 12 famílias vindas da Ilha de Sardenha, na Itália. Porém, em 1857, houve uma dissidência entre os colonos, obrigando aqueles que seguiam a religião luterana a dirigir-se para a região mais elevada de Campinho, enquanto os católicos permaneceram em Santa Isabel. Essas províncias estavam situadas onde hoje é o município de Domingos Martins.

Já em 1854, foi fundada a Associação de Rio Novo, de iniciativa privada. Essa colônia recebeu 12 famílias suíças, 60 colonos chineses, além de alemães, holandeses, belgas e franceses. Por abrigar no mesmo espaço tantas nacionalidades diferentes, Rio Novo acabou sendo chamada por muitos historiadores de a "Torre de Babel do Brasil Imperial".

Posteriormente, em 1857, se formou a Colônia de Santa Leopoldina (inicialmente Santa Maria), para onde foram remanejados 140 colonos suíços, removidos de Ubatuba, São Paulo. Em 1859, chegaram ao local 222 imigrantes pomeranos e luxemburgueses, além de 120 holandeses.

Relatório de Tschudi

As condições de vida nas primeiras colônias eram insatisfatórias, conforme relatório escrito em 1860 pelo embaixador suíço Johann Jakob Von Tschudi. Em entrevista aos autores, Ferreira afirmou que a visita do embaixador ao Espírito Santo foi "uma viagem de investigação, porque os suíços estavam sendo tratados como escravos".

No documento foram apontados os principais problemas enfrentados pelos imigrantes. Entre eles estavam as doenças tropicais, a presença de animais selvagens, a falta de condições sanitárias e de medicamentos, os lotes localizados em terras improdutivas, o

descaso do governo com o ensino (os próprios colonos construíam os prédios escolares, sendo as aulas ministradas pelo padre ou pastor da comunidade), a administração pública deficiente e a precariedade das estradas de acesso, que deveriam ligar as colônias aos locais de compra e venda de produtos.

Essas informações do relatório, somadas a acontecimentos ocorridos em outros empreendimentos coloniais no Brasil, contribuíram para que, em 1871, o Império Alemão Unificado proibisse a emigração de seus compatriotas para o Brasil e promovesse, em toda a Europa, uma campanha de difamação contra o País. Em virtude disso, os agentes de imigração voltaram-se para a Itália, aproveitando-se da crise pela qual esse país passava. Nesse contexto de tensão, um grande número de pessoas veio para o Espírito Santo em busca de melhores condições de vida.

Segunda fase da imigração

A segunda fase da imigração na Província do Espírito Santo tem início com a vinda de 386 famílias austríacas (tiroleses), de cultura italiana. Elas foram trazidas ao Estado por Pietro Tabacchi, que as conduziu para a Colônia de Nova Trento, fundada em 1874. Aliás, esse período marca o início da diáspora italiana de meados do século XIX. No ano seguinte, chegaria um novo grupo de 150 famílias austríacas, que foram encaminhadas para a Colônia de Santa Leopoldina, de onde seguiram para Timbuí e fundaram o núcleo de Santa Teresa (BUSATTO, 1998).

Imigrantes de nacionalidade italiana só chegariam mesmo em 1877, fundando o núcleo de Santa Cruz (Ibiraçu), também originado na Colônia de Santa Leopoldina. Os italianos continuariam a vir, tendo fundado, em 1887, os núcleos de Acioli Vasconcelos, Senador Prado e Santa Leocádia; em 1889, o núcleo Costa Pereira (Conceição do Castelo); em 1890, o núcleo Afonso Cláudio; em 1891, o núcleo Demétrio Ribeiro; em 1892, o núcleo Nova Leocádia (Nova Venécia) e, em 1894, o núcleo do Espírito Santo do Rio Pardo (Muniz Freire).

Em 1880, após a emancipação da Colônia Rio Novo, foi criado pelo governo o Núcleo Colonial Castelo, que seria destinado a receber os italianos que ainda chegariam ao Brasil. A insatisfação com esse núcleo é que determinaria a criação do núcleo de São Pedro de Venda Nova, em 1891, ao norte de Cachoeiro de Itapemirim.

De acordo com Pacheco (1994), diversas foram as dificuldades encontradas pelos imigrantes. Com o objetivo de resolver algumas delas foram criadas as Caixas Beneficentes, que arrecadavam dinheiro entre os colonos, para adquirir vacinas e soros contra picaduras de cobras, ajudando, assim, a conter as doenças.

Os imigrantes rebelam-se

Na segunda metade do século XIX, o Espírito Santo foi palco de diversas revoltas promovidas pelos colonos, muitas delas motivadas por promessas não-cumpridas, como lembra Piva, em entrevista aos autores. “Havia vários agenciadores na Europa que prometiam uma série de coisas e quando os imigrantes chegavam ao Brasil, essas coisas, na verdade, não aconteciam”.

Os primeiros colonos a se manifestar foram os italianos de Nova Trento, que, em 1875, reclamaram das condições de vida a que estavam sendo submetidos – eles viviam em um enorme balcão, em condições precárias, não tendo recebido as casas prometidas no contrato –, exigindo a transferência para outros núcleos coloniais mantidos pelo governo.

Rebelaram-se, em seguida, 562 imigrantes italianos, logo ao chegarem ao Porto de Benevente (hoje, Anchieta), pois se recusavam a ir para a Colônia de Rio Novo, desejando se encontrar com parentes na Colônia de Santa Leopoldina. Em 1877 foi a vez dos imigrantes estabelecidos em Nova Lombardia, região de Santa

Teresa, manifestarem-se contra a falta de condições de sobrevivência e os preços exorbitantes cobrados no armazém da colônia.

Outra revolta ocorreria em 1878, em Rio Novo, motivada pelos abusos praticados pela direção da colônia. A última rebelião registrada ocorreu no Porto de Vitória, em 1893, quando os italianos se recusaram a ir para a Colônia Nova Leocádia, com receio de contrair a febre amarela.

Tragédia no núcleo Muniz Freire

No livro *Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora* é relatada uma tragédia ocorrida no núcleo colonial Muniz Freire que foi decisiva para o fim da imigração italiana no Espírito Santo. O núcleo estava situado em um local baixo, às margens do Rio Doce, e, quando vieram as chuvas fortes, ocorreu uma inundação no local, causando doenças e até morte de imigrantes. Na ocasião, o governo da Província deixou de prestar auxílio, eximindo-se da culpa pelo ocorrido.

Esse fato foi relatado pelo cônsul italiano em Vitória, Dall'Aste Brandoli, e acabou resultando no decreto de 20 de julho de 1985. Por meio dele, o governo italiano proibia os agentes de fazerem operações de emigração pelo Porto de Vitória e, em geral, pela Província do Espírito Santo. Mas, apesar da proibição, os italianos não pararam de vir de imediato, como é comprovado pelos livros da Hospedaria de Imigrantes de Pedra D'Água, inaugurada em 1889, e o decreto foi revogado.

Dia de São José: quando tudo começou para a imprensa

Agora que já passeamos pela historiografia capixaba e entendemos o contexto em que as mudanças, principalmente sociais, aconteceram no Espírito Santo, podemos partir para a análise do desenvolvimento da imprensa na segunda metade do século XIX.

Para construir essa história, precisamos entender que a economia da época ainda era agrária e, basicamente, cafeeira, a política dividida entre conservadores e liberais, a sociedade escravocrata e os periódicos, recém-nascidos, ainda aprendiam a fazer imprensa. E foi justamente para defender os interesses da Província do Espírito Santo e divulgar o pensamento progressista que começava a se articular entre o povo capixaba que a tipografia começou a dar seus primeiros passos.

Entre 1840, quando surgiu o primeiro jornal do Espírito Santo, *O Estafeta*, e 1900, 150 periódicos já haviam circulado ou ainda existiam no Estado. Não podemos acompanhar a trajetória de cada um deles, pois essa história ultrapassaria os limites deste capítulo e cairíamos no reducionismo. Um grande pecado contra aqueles que, de alguma forma, ajudaram a construir nossa memória e, por que não, identidade.

Depois d*O Estafeta*, de 1840, foi somente em 1849 que surgiu *O Correio da Victoria*, periódico que marcou, de fato, o início da imprensa no Espírito Santo e que sobreviveria até 1873. Com quatro páginas, histórias publicadas em folhetins e um correspondente no Rio de Janeiro, *O Correio*, segundo Pereira (1926),

> é uma preciosa fonte de informações sobre o Espírito Santo. O noticiário local era mui resumido, havendo dias em que deixava completamente de apparecer nas columnas do jornal, que não deixavam de ser atochadas com as transcripções das noticias da corte. Os annuncios eram poucos e na maioria sobre escravos fugidos. O commercio daquelle tempo ainda se não sabia servir dessa poderosa arma de propaganda (p. 32).

Quando o jornal começou a circular, o processo abolicionista já estava em curso. A importação de escravos havia sido proibida no Brasil, e a Província do Espírito Santo já dava mostras de que a abolição era fato certo na história capixaba.

Em 19 de março de 1849, Dia de São José, a Insurreição de

Queimados marcou o início, de fato, da cobertura da imprensa no Espírito Santo. "O jornal acompanhou passo a passo essa história até a execução dos réus. Entre 1849 e 1850, há mais de 100 citações à Insurreição de Queimados no jornal", afirma Piva.

POST SCRIPTUM (21 de março à 5 horas da tarde)

No dia 19 do corrente um grande grupo de escravos armados invadio a ingreja da povoação do Queimado na ocasião em que se celebrava o Santo Sacrifício da Missa, e em gritos proclamava a sua liberdade e alforria, e seguindo para diversas fazendas e alliciando os escravos dellas, e em outras obrigando seus donos á darem liberdade a liberdae á seus escravos, engrossou em número de 300. S. Ex. o Sr. presidente da província soube deste triste acontecimento ás 3 horas da tarde, e sem perda de tempo fez seguir para aquella povoação o chefe de polícia acompanhado de tropa convenientemente municiada.

Estas providencias, e outras que o presidente tem dado, ajudado da dedicação e valor dos habitantes daquelle lugar e outros bem como a Serra, Cariacica fizerão com que hontem fossem batidos tanto na povoação do Queimado, como na da Serra dous grandes grupos daquelles criminosos que ou morrerão, ou fugirão em completa debandada, deixando no campo as armas e munições que conduzião.

Em breve teremos de annunciar ao público e aos nossos leitores, que a tranqüilidade e segurança pública se acham inteiramente restabelecidas, e que os criminosos sofrerão um justo castigo de seus crimes. Animo, coragem e confiança no governo e nada temos a recear. Cautela e vigilância nos Srs. Fazendeiros, para que para o futuro não se repitão factos semelhantes.

O Correio da Victoria, 24 de março de 1849.

O Correio da Victoria e, mais tarde, outros jornais surgidos ainda na época do Império, foi o veículo usado para dar publicidade ao dia-a-dia institucional. As rotinas administrativas da Província, da Assembléia e da Câmara Municipal de Vitória eram divulgadas

no periódico, que fechava contratos com o governo provincial para publicar todo o expediente da administração[2] . Os relatórios de presidentes da Província eram divulgados em forma de folhetins. Além disso, a parte comercial do jornal muitas vezes era preenchida com anúncios de escravos fugidos ou de compra e venda de algum negro mestre de fazer cigarros ou bem dotado dos dentes.

FUGIO no dia 29 do corrente, as 8 para as 9 horas da noite, a Joaquim Cardozo Rangel, o escravo de nome Jorge, de 25 a 28 annos de idade, estatura regular, dentes limitados, olhos salientes, bem feito de pernas, está manco de um pé, levou vestído calça asul e camisa de xadrez; quem o apreender e levar a casa de José Cardoso Pereira da Gama, será gratificado; protesta-se contra quem o tiver açoitado.

O Correio da Victoria, 27 de janeiro de 1849.

PRECIZA-SE de um moleque de idade de 12 a 14 annos pouco mais ou menos; quem o tiver para vender, dirija-se a casa de José Cardoso Pereira da Gama, no Largo da Banca Nova, com quem tratará.

O Correio da Victoria, 31 de janeiro de 1849.

QUEM quizer comprar um escravo de nação, idade 30 annos pouco mais ou menos, mestre de fazer cigarros, e principios de padeiro, cosinheiro pescador de lancha, a pessoa que pretender dirija-se a Rua Porto dos Padres, a Manoel Joaquim dos Santos para tractar.

O Correio da Victoria, 2 de fevereiro de 1849.

Os conservadores, os liberais e os jornais

"Havia algo muito interessante na imprensa daquele momento: cada jornal tinha uma linha política definida", conta Piva. Desse modo, os veículos liberais defendiam a abolição nos seus editoriais e nas matérias que publicava. Os conservadores faziam o mesmo,

[2] O Diário Oficial só surgiu em 1890.

mas defendendo os interesses da elite escravocrata. Dois periódicos que demonstraram muito bem isso eram *O Espirito Santense* e *A Provincia do Espirito Santo*.

Surgido em 1870, *O Espirito Santense* era um órgão representativo do Partido Conservador. Piva destaca que o jornal, "pelo menos na década de 1880, vai ser contratado pelo governo provincial para dar publicidade à administração. Então, ele funcionava como uma espécie de periódico 'oficial', em que conseguíamos entender a mentalidade conservadora do período".

O Espirito Santense circulou exatamente nas décadas de 1870 e 1880, período em que a política abolicionista se manifestava mais fortemente, junto com a mentalidade de inserção da mão-de-obra livre de imigrantes europeus na lavoura. Em 1889, sem nem alcançar a Proclamação da República, o jornal para de circular. Mas não sem antes deixar sua contribuição para a história capixaba da segunda metade do século XIX.

Por ser o porta-voz do pensamento conservador do governo da época, não foram poucas as vezes em que o jornal se manifestou a favor da escravidão. Isso era nítido nas matérias de segurança, por exemplo, em que escravos e quilombolas eram considerados os responsáveis por todos os tipos de algazarras que aconteciam na Província.

Totalmente partidário do conservadorismo, *O Espirito Santense* trocou farpas, principalmente, com *A Provincia do Espirito Santo*, o primeiro jornal diário do Espírito Santo, fundado em 1882 por Cleto Nunes e Muniz Freire. Era um periódico que "consagrava-se aos interesses provinciaes e filiava-se à política liberal", segundo Pereira. *A Provincia do Espirito Santo* ostentava também a tiragem de mil exemplares diários, em uma província de 100 mil habitantes, dos quais grande parte era analfabeta. É importante lembrar que o jornal também ia para o interior, atingindo a população que vivia fora do centro da Província e tinha a necessidade de se informar a respeito das decisões do poder central.

A favor da abolição, que já batia à porta do sistema escravocrata, *A Provincia do Espirito Santo* defendeu também a inserção da mão-de-obra imigrante em substituição à escrava nas lavouras. Além disso, conforme Zanetti,

> os principais episódios que renderam matérias e ocuparam os editoriais d*A Provincia do Espirito Santo* nos primeiros anos da década de 1880 dava conta que no Espírito Santo, os imensos vales desabitados estavam à espera do povo culto (os europeus) que pudesse fecundar a terra e produzir receitas (p. 4).

A Provincia fez um jornalismo de certo modo independente no Espírito Santo. Várias críticas foram dirigidas ao governo provincial e imperial, cobrando dos órgãos competentes políticas que garantissem a entrada de imigrantes no Brasil e no Espírito Santo. Em muitas matérias e editoriais, o jornal foi claro ao defender a vinda dos europeus para o País, de preferência, com a passagem paga pelo governo imperial.

Além disso, o impresso publicava notícias sobre os diversos produtos agrícolas que eram cultivados no Espírito Santo, principalmente o café. As notas sobre a cotação de preços, o movimento comercial internacional e as perspectivas de mercado recheavam as páginas do jornal de Muniz Freire. Essa prática, além de ter importância econômica, foi fundamental para promover a integração dos imigrantes que já habitavam a Província. "A imprensa favoreceu muito a relação dos imigrantes. Aqueles mais intelectualizados começaram a aprender a língua e a se expressar nesses meios", relata Ferreira.

Outro dado importante é que ele publicava muitas separatas, ou seja, encartes com publicações de autores capixabas que os assinantes recebiam junto com o jornal. A monografia de Afonso Cláudio sobre a Insurreição de Queimados, por exemplo, foi veiculada como uma separata em 1884, constituindo a primeira edi-

ção de seu livro "Insurreição do Queimado".

No ano da Proclamação da República, *A Provincia do Espirito Santo* passa a se chamar *Diario do Espirito Santo* e, posteriormente, em 1890, *Estado do Espirito Santo*, tendo deixado de circular em 1911.

No período em que circulou paralelamente a*O Espirito Santense*, *A Provincia do Espirito Santo* foi o principal opositor do conservacionismo escravocrata e batalhou muito no campo das idéias para que a imigração fosse, de fato, incentivada na Província. Com a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, é interessante notar, não só a "vitória" dos liberais, mas também a manifestação dos periódicos regionais, principalmente aqueles que circulavam onde estavam instaladas as fazendas de café.

Nesse âmbito, foi importante a atuação d*O Cachoeirano (ver anexo 1)*, que circulou em Cachoeiro de Itapemirim, de 1877 até as décadas iniciais do século XX. Caracterizando-se como órgão imparcial e do povo, *O Cachoeirano* apresentou uma primeira página emblemática quando ocorreu a abolição da escravidão. Dando aleluias e hosanas, o periódico ainda dizia ser tanto do Partido Liberal quanto do Conservador.

A primeira notícia que *O Cachoeirano* publicou referente à abolição é do dia 20 de maio de 1888. Apesar de estar circunscrito ao âmbito regional, o jornal consegue acompanhar a evolução desse processo graças aos cabos telegráficos, instalados na Província na década de 1870.

Imprensa intelectual

Quem eram os jornalistas que estavam por trás de tantas publicações de cunho partidário? Essa é a pergunta que precisamos fazer para entender o jornalismo feito na segunda metade do século XIX. Os jornalistas eram intelectuais da classe média e alta da sociedade provinciana. Essas pessoas detinham determinados

conhecimentos e atuavam como colaboradores dos impressos, nos quais publicavam artigos, editoriais e até matérias de cunho mais noticioso, mas sem deixar de lado a carga político-partidária que cada um e, conseqüentemente, cada jornal assumia.

Piva lembra que "na década de 1880, havia um grupo enorme de intelectuais em Vitória. Por meio dos jornais, você consegue acompanhar as discussões que eles estão tendo, afinal, os debates eram todos feitos no jornal que cada um assumia".

A década de 1880, aliás, foi fundamental para a consolidação da imprensa no Espírito Santo. O projeto desenvolvimentista de Muniz Freire, que levava em conta a criação de políticas progressistas puramente capixabas para fazer crescer a Província do Espírito Santo, só foi possível graças às páginas dos jornais. Ferreira conta que "a imprensa foi decisiva para esse período da história capixaba. Esse projeto de Muniz Freire dificilmente teria sido expresso e se articulado se não houvesse a imprensa".

É interessante notar também que, apesar do jornalismo produzido no Espírito Santo ser totalmente partidário naquela época, liberais e conservadores uniam-se na publicação de notícias sobre a vontade capixaba de se impor como uma província que, de fato, existia no cenário nacional. Ferreira conta que "os jornais tiveram um papel decisivo para isso. Eles eram um meio fundamental de informação. O jornal era um elemento de progresso, de civilização, de desenvolvimento do comércio. Era ele que antenava o Espírito Santo e transmitia notícias do mundo. Por isso, eles tiveram um papel decisivo em nossa história".

Um detalhe, entretanto, é interessante de ser notado. Muitos intelectuais capixabas da época tinham origem mulata. A elite nem sempre era formada por pessoas brancas, o que deixava uma certa brecha "editorial" nos periódicos, principalmente, de cunho liberal. Todavia, o conteúdo publicado em nada influenciava ou era influenciado pela parte comercial do jornal. Tanto que o fato de um periódico ser liberal e assumir um discurso pró-abolição não

impedia que o mesmo jornal publicasse o anúncio de um escravo fugido, por exemplo.

Inovações e contribuições

A colônia italiana no Espírito Santo também deixou uma importante contribuição para a imprensa local. O *L'MMigrato* foi considerado, por Pereira, "o primeiro jornal escripto em lingua alienigena, publicado no Estado". O propósito do periódico era defender os interesses dos italianos espalhados nas diversas colônias no Espírito Santo. O jornal, escrito em italiano e publicado quatro vezes por mês, teve vida curta, sobrevivendo somente até 1896.

Muitos outros jornais foram responsáveis por cobrir a segunda metade do século XIX na Província. E cada um tratou com muita particularidade cada fenômeno e manifestação dessa época de profusão de ideologias e etnias em território capixaba. Não queremos ser injustos com os outros mais de cem jornais desse período. Muito pelo contrário, reconhecemos a importância de cada um deles para a narrativa do capítulo sobre a escravidão e a imigração na história do Espírito Santo.

Para continuarmos nessa narrativa da trajetória da mídia, fica a dica do professor Estilaque Ferreira: "Não tenha dúvida nenhuma. A imprensa desse período foi fundamental para a formação da identidade capixaba".

Referências

AGUIAR, Maciel. **Os últimos zumbis: a saga dos negros do Vale do Cricaré durante a escravidão.** Porto Seguro, 2001.

AGUIAR, Sandra. **O primeiro italiano capixaba**. Disponível em: <http://achetudoeregiao.com.br/ES/primeiros_imigrantes_espirito_santo.htm>. Acesso em: 19 abr. 2008.

BUSATTO, Luiz; FAÉ, Maria Inês; MUNIZ, Maria Izabel Perini; CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora.** Vitória: Ufes, 1998.

CLÁUDIO, Afonso. **Insurreição de Queimado.** Vitória, 1979.

FERREIRA, Estilaque. **Imprensa, comércio e poder político regional: o projeto de Muniz Freire para o Espírito Santo (1882-1889).**

LAZZARO, Agostino; COUTINHO, Gleci Avancini; FRANCESCHETTO, Cilmar. **Lembranças camponesas: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante.** Vitória: Projeto Recies (Resgate da Cultura Italiana no Espírito Santo), 1992.

MATTEDI, José Carlos. Maria Zanolo: levante italiano em terras capixabas. In: **Anjos e diabos do Espírito Santo: fatos e personagens da história capixaba.** Vitória: [s.n.], 2004.

NUNES, Lelia Pereira da Silva. **A descoberta de Viana: as raízes perdidas.** Disponível em: <http://www.portuguesetimes.com/Ed_1844/Cronicas/diacron3.htm>. Acesso em: 20 abr. 2008.

PACHECO, Renato. **Estudos espírito-santenses**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), 1994.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. **A imprensa no Espírito Santo.** In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES). n. 3, 4 e 5. Vitória, 1926.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder.** Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida / Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

SIMÃO, Rodrigo. **Espírito Santo: uma viagem de cinco séculos.** Vitória, 2002.

TSCHUDI, Johann Jakob Von. **Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), 2004. Coleção Canaã.

ZANETTI, Thiago. **Imigração estrangeira sob a ótica do jornal** *A Províicia do Espírito Santo* **(1882/1889)**. Tese (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

ENTREVISTAS

Estilaque Ferreira – Historiador e professor do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em 23 de abril de 2008.

Rogério Piva – Historiador e diretor-administrativo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), em 17 de abril de 2008.

Anexos

Anexo 1

O CACHOEIRANO

ASSIGNATURAS

ORGÃO IMPARCIAL

Columnas francas a todas as intelligencias

Redactor e proprietario — JOÃO DE LOYOLA E SILVA

PUBLICA-SE AOS DOMINGOS

ASSIGNATURAS

PAGAMENTOS ADIANTADOS

ANNO XI | Cachoeiro de Itapemirim, 20 de Maio de 1888 | N. 20

HOSANNA

LEI N. 3353 DE 13 DE MAIO DE 1888

Art. 1. — É declarada extincta desde a data d'esta lei a escravidão no Brazil.

Art. 2. — Revogam-se as disposições em contrario.

BRAZIL LIVRE!

Não ha brazileiro algum que não rejubile-se com semilhante acontecimento.

A liberdade de todos os filhos do Brazil é a condição preliminar de nossa existencia como Patria.

Chegamos ao fim entre flores e sorrisos.

Honra ao povo brazileiro.

Gloria immortal aos propugnadores da abolição da escravidão.

V

Imprensa Republicana

Lara Abib

Antes de começar o capítulo em si, gostaria de, como autora, explicar a opção metodológica que fiz para escrever o que você vai ler. Priorizando quiçá a didática, optei por reservar as primeiras páginas do capítulo ao relato da conjuntura brasileira da época e dos acontecimentos que culminaram na Proclamação da República. Tudo isso, em âmbito nacional. As especificidades do nosso Estado, bem como o aprofundamento da campanha republicana na imprensa capixaba, serão abordadas nas páginas seguintes, em que retomarei, inevitavelmente, pontos já mencionados.

O retrato do Brasil antes da República

Na segunda metade do século XIX, durante o reinado de D. Pedro II, a sociedade brasileira passou por uma série de mudanças de ordem social, política e econômica que apressou o declínio do Império e deu suporte a uma agitação republicana. Foi nesse período que os brasileiros testemunharam a ascensão da economia

cafeeira, a substituição gradual do trabalho escravo pelo assalariado do imigrante europeu, a abolição da escravatura e a então recente industrialização do Brasil, resultado da aplicação do dinheiro obtido por meio da venda do café.

Introduzido no Brasil em 1727, o café era um produto sem valor comercial, destinado apenas ao mercado interno. Entretanto, a partir do século XIX, o número de consumidores internacionais cresceu de forma significativa, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, estimulando a produção da lavoura cafeeira. Em pouco tempo, o Brasil tornava-se o principal produtor mundial do grão, e os cafeicultores tornariam-se a classe econômica dominante do País, passando a interferir tanto na vida econômica como na vida política do Império.

O cultivo do café estava localizado principalmente em duas regiões: nas fazendas dos proprietários mais antigos e conservadores, na Baixada Fluminense, e no Vale do Paraíba, que utilizavam predominantemente mão-de-obra escrava; e nas áreas de cultivo mais recente, no território paulista. Neste local, o café encontrou clima e solo (terra roxa) favoráveis, o que possibilitou seu enorme desenvolvimento e expansão do litoral em direção ao oeste, na chamada "marcha para o oeste". Nessas fazendas, o trabalho escravo foi sendo substituído pelo trabalho assalariado dos imigrantes europeus.

O capital proveniente da exportação de café não foi aplicado somente na atividade. Ele também financiou e estimulou a implementação de indústrias e o desenvolvimento das cidades. Junto com o aumento das cidades brasileiras, verificou-se, conseqüentemente, um aumento da população urbana, principalmente de uma classe média – composta por funcionários públicos, engenheiros, médicos, advogados e militares – que aspiravam a uma maior participação política, ainda restrita aos grandes fazendeiros latifundiários do Brasil. Com a expansão do café, o crescimento das cidades e a industrialização desenvolveram-se principalmente no Sudeste, região que se tornou o principal centro econômico do País, e que foi a precursora e difusora das idéias republicanas da época.

A crise do Império e a emergência dos ideários republicanos

No dia 13 de dezembro de 1870, o Partido Republicano do Rio de Janeiro divulgou, por meio do jornal A República, o famoso Manifesto Republicano. Esse documento considerava o regime monárquico uma instituição decadente e propunha o estabelecimento de uma federação baseada "na independência recíproca da Província, elevando-a à categoria dos Estados próprios unicamente ligados pelo vínculo da nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e defesa exterior".

Três anos depois, em 1873, foi criado o Partido Republicano Paulista, resultado da onda republicana que há muito já mobilizava a elite do estado de São Paulo. Essa seqüência de eventos demonstra a perda de apoio gradual do regime monárquico entre a oligarquia cafeeira e a burguesia agrária e o desejo, cada vez mais pungente, de uma república federalista.

A república significava para as camadas mais ricas a necessidade da descentralização político-administrativa no País, dando maior autonomia às províncias e livrando-as da tutela do Império. Isto é, maior poder político para quem já tinha grande poder econômico. A classe média urbana também apoiava o fim do Império, identificada com os ideais republicanos, e estava ávida por mais liberdade e maior participação nos assuntos políticos do Brasil.

O papel da imprensa capixaba na campanha republicana do Espírito Santo

A conjuntura local do Espírito Santo

O Espírito Santo permaneceu muito tempo isolado do circuito do empreendimento colonizador português. Só em meados do século XIX, o Estado é inserido na geografia brasileira, a partir do desenvolvimento da economia cafeeira, que começou no Vale do

Paraíba e se desdobrou para o leste paulista e o norte fluminense. Segundo Bittencourt, em entrevista à autora, "o café vem para o Espírito Santo como uma mancha de óleo", uma vez que ele sai do Rio de Janeiro e se espalha pelo sul do Espírito Santo e sul de Minas Gerais. Dessa forma, a economia tradicional – o açúcar, principalmente – começou ser substituída pela monocultura cafeeira.

Como todo esse processo de ocupação e desdobramento vem justamente do sul, a região capixaba que mais se desenvolve é Cachoeiro de Itapemirim, que incorpora de vez a economia cafeeira e se torna a região capixaba mais importante economicamente. "A região de domínio político é aqui. A onda republicana repercutiu primeiro em Cachoeiro de Itapemirim, e não na capital", declara Silva em entrevista. A região de Vitória, embora começasse um processo lento de industrialização, ainda tinha uma economia predominantemente baseada na indústria açucareira.

Os clubes republicanos

No dia 23 de maio de 1887, era fundado o primeiro clube republicano do Espírito Santo, o Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim, que tinha entre seus membros Afonso Cláudio, Bernardo Horta, Antonio Aguirre, Henrique Wanderley, Guilherme Schwartz, entre outros. Pela importância política e econômica da cidade, a fundação de um clube republicano em Cachoeiro repercutiu de forma muito incisiva nos movimentos republicanos capixabas, sendo procedida pela fundação de vários outros clubes em diversos locais do Estado. Foram alguns deles: o Clube Tiradentes Calçadense, em São José do Calçado; o Clube Republicano de Alegre; o Clube de Rio Pardo (Iúna); o Clube de Santa Izabel e diversos outros, como o de São Pedro do Itabapoana, Conceição do Muqui, Espírito Santo (Vila Velha), Vitória, Guandu, Alfredo Chaves e Vila de Itapemirim.

A importância dos clubes republicanos se dava pelo fato de

que eles, em conjunto com a imprensa, eram os principais difusores dos ideais republicanos no Estado. Segundo Hees e Franco (2003),

> esses clubes realizavam conferências abordando temas diversos, como sistemas de governo, os partidos políticos, a oportunidade da República, visando sempre à divulgação de idéias republicanas. Segundo Afonso Cláudio, essas conferências eram acessíveis a todas as classes sociais, não se efetuavam sem publicidade prévia, na imprensa local, do dia e da hora, do tema, do nome do orador e do local em que aconteceriam (p. 18).

Os clubes republicanos eram os principais espaços de debate a respeito do regime que seria implementado no Brasil. E a imprensa era o principal veículo de propaganda desses clubes, por meio da divulgação de suas reuniões e da exteriorização do acúmulo teórico e das discussões realizadas dentro deles. "Nessa época, praticamente cada clube tinha seu jornalzinho, seu folhetim. O maior e mais importante foi *O Cachoeirano*. O jornal, nessa época, era um jornal mais partidário, tinha um papel panfletário. E isso não é uma coisa só do Brasil. Já vem lá das lutas e das revoluções que aconteceram na Europa", afirma Silva.

Embora cada núcleo tenha criado, em algum momento uma espécie de impresso, o espaço que esses folhetins tinham para circular era, no máximo, as fronteiras de seus próprios municípios. A falta de condição financeira dos clubes para rodar publicações com certa periodicidade e a dificuldade de comunicação dentro da própria Província – que quase não possuía estradas e cujos meios de transporte se resumiam a carroças de boi e cavalo – fez com que poucos jornais ganhassem notoriedade de fato. Essas publicações eram produzidas majoritariamente em uma escala muito pequena, sem periodicidade definida, sendo "consumidas" basicamente dentro dos próprios clubes republicanos, cumprindo o papel de formação interna de seus

membros e o de divulgação de atividades específicas dos clubes.

O Cachoeirano

O mesmo não pode ser dito do jornal *O Cachoeirano*. Fundado em 7 de janeiro de 1877, por Luiz de Loiola e Silva, *O Cachoeirano* tornar-se-ia o maior veículo impresso de propaganda republicana no Estado e de maior expressão da imprensa no sul da Província. Loiola e Silva, redator e fundador do jornal, declarava "imparcialidade eqüidistante" dos dois partidos que monopolizavam o debate político na época – o Partido Conservador e o Partido Liberal, que se revezavam no poder por meio da política ministerial de Dom Pedro II, no Império.

Mais tarde, em 29 de julho de 1888, em sua edição número 31 e sob a redação de Antonio Aguirre e Bernardo Horta, ferrenhos republicanos, *O Cachoeirano* assumiu a posição de órgão republicano, tornando-se propagandista do regime.

Aliás, foi por meio da articulação dos mesmos Antonio Aguirre e Bernardo Horta, que foi fundado o primeiro clube republicano da Província do Espírito Santo: o Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim. Conforme Rosa (2002), a edição do dia 15 de maio de 1887 d*O Cachoeirano* publicava o convite e o comunicado:

> Escrevem-nos: está definitivamente marcado o dia 23 do corrente, para a reunião de todos os cidadãos de crenças republicanas, afim de fundarem o clube republicano desta vila. No próximo número será indicado o local da reunião. Sendo do programa do partido, a grande naturalização e o sufrágio universal, podem ser sócios do clube nacionais e estrangeiros, eleitores ou não, desde que tenham atingido a idade de 21 anos.

Mais uma vez, na véspera da reunião previamente anunciada para o dia 23 de maio, *O Cachoeirano* publica o local e o horário do encontro: "Escrevem-nos: A reunião de todos que tiverem ideias republicanas, realizar-se-á amanhã, às 6 horas da tarde em casa do

prestimoso cidadão Sr. Joaquim Pires de Amorim".

Vale comentar o teor da convocatória de Aguirre e Horta n*O Cachoeirano*. O fato de o programa do Partido Republicano apoiar a grande naturalização explica-se pela conjuntura nacional da época: a proibição do tráfico negreiro, em vias de abolir o trabalho compulsório dos negros e a busca pela mão-de-obra estrangeira para substituir a escrava nos cafezais. Regionalmente, o Espírito Santo não tinha exatamente essa necessidade, uma vez que ainda estava se inserindo nesse ciclo cafeeiro e não tinha grande quantidade de escravos. Na Província, a busca pela imigração estrangeira não foi para substituir a mão-de-obra escrava, mas para povoar o Espírito Santo, que, por muito tempo, tinha servido de "barreira-verde" para o ouro de Minas Gerais.

É importante ressaltar também que todos os clubes republicanos fundados na época comunicaram sua criação por meio de uma carta ou de um artigo enviados para o jornal *O Cachoeirano*, comprovando o caráter do veículo como ferramenta de importância fundamental na difusão e articulação da propaganda republicana. No dia 17 de junho de 1888, por exemplo, é a vez de *O Cachoeirano* noticiar a criação do Alegre:

> À instalação do clube do Alegre, concorreu grande número de cidadãos e a festa foi abrilhantada pela excelente banda de música do arraial do café, da qual é professor o cidadão Antonio Avelino de Gouvêa.
> O clube de Cachoeiro esteve representado na solenidade pelo seu diretório, o do Calçado por um dos seus dignos membros.
> Durante a sessão que teve importância característica das grandes reuniões democráticas, oraram com aplausos gerais do numeroso auditório os cidadãos: Manuel Joaquim, Dr. A. Aguirre, Eugênio Aurélio, João dos Santos, H. Wanderley, Pedro Charpnel e João Loyola.
> Pelo andar atual dos acontecimentos, vemos que o partido republicano em pouco tempo será uma força real neste distrito.
>
> *O Cachoeirano*, 17 de junho de 1888.

É inegável, portanto, o papel de protagonismo dos cachoeirenses e d*O Cachoeirano* para propagandear a república. Entretanto, outros personagens e jornais também merecem ser mencionados nessa narrativa. Entre eles, o jornal *A Tribuna*, de Benevente, e a própria figura de Afonso Cláudio.

Jornal A Tribuna

Em 2 de fevereiro de 1889, foi fundando o segundo jornal republicano da Província, o *A Tribuna*, da cidade de Benevente, atual Anchieta. Pertecente a José Horácio Costa, o periódico foi montado quando este adquiriu o material tipográfico do órgão conservador Regenaração. Para Rosa (2002), *A Tribuna* foi de grande eficácia para a propaganda republicana em Benevente. Segundo ele,

> não só porque consolidou os elementos republicanos que mais tarde adquiriram coesão e formaram um valioso núcleo eleitoral, senão também porque foi o instrumento mais energético de defesa de seus direitos, que os nossos amigos e correligionários podiam opor à prepotência dos mandões locais e da desoladora situação política que governava o país.

Tão logo foi fundada a imprensa republicana em Benevente, iniciaram-se as conferências que tinham como propósito fortificar as bases do jornal, ampliando sua influência política na cidade. Segundo Hees e Franco (2003),

> as conferências mais notáveis foram a de Benevente, à qual se opuseram as autoridades locais, e a da vila de Itapemirim, realizada em praça pública, também com a oposição das autoridades, que trataram de policiar fortemente a praça para intimidar o povo.

O movimento republicano sempre se fez mais forte na região do sul do Espírito Santo, por ela ser o epicentro político e econômico do Estado. Não podemos deixar de citar, entretanto, que Vitória era a capital e, por isso, tinha um peso significativo na política local. "Se é verdade que o sul produzia o café, era basicamente via Porto de Vitória que o café saía. Então, o dinheiro também circulava na capital, até mesmo por conta dos impostos do café", conta Franco, em entrevista. Desse modo, a importância política também está de alguma forma em Vitória. Os ventos republicanos também sopraram na capital e sua principal figura pública era o jornalista Afonso Cláudio, que contribuía regularmente nos dois periódicos oficiais de propaganda da República.

"Meeting água e luz ao povo!"

No dia 9 de abril de 1888, a capital da Província também experimentou a oposição ao governo situacionista. Afonso Cláudio e Muniz Freire, por meio de um boletim impresso, espalhado pelas ruas da capital, convocaram o povo de Vitória a se reunir em frente ao Clube Comercial, na Rua General Osório, para exigir do presidente da Província, Antonio Leite Ribeiro de Almeida, melhoras no abastecimento de água e luz de Vitória.

> MEETING ÁGUA E LUZ AO POVO!
>
> Convida-se o povo a comparecer hoje, às 7 horas da noite, à rua do Comércio, em frente ao Clube do Comércio para em massa ir ao sr. Presidente da província, pedir providências e medidas prontas a respeito do abastecimento d'água, bem como contra o péssimo serviço de iluminação pública. São procuradores do povo os Drs. Muniz Freire e Afonso Cláudio.

Com o panfleto e a convocação da reunião, ficava claro que os republicanos queriam agitar o povo contra precariedades da infra-

estrutura de Vitória, que tinha um sistema bastante defasado de abastecimento de água e era mal-iluminada. Mais do que água e energia, Afonso Cláudio e Muniz Freire queriam que o povo sentisse que em uma república democrática todos teriam direito de ir às ruas lutar por melhores condições de vida sem serem coagidos pela polícia – que, aliás, tentou impedir a realização do comício. "Segundo testemunhas da época, cerca de mil e oitocentas pessoas compareceram à rua General Osório" (HEES e FRANCO, 2003). Esse fato demonstra a importância da imprensa na propaganda republicana. Se um panfleto conseguia aglutinar quase duas mil pessoas, imagine um jornal com certa periodicidade.

A República é proclamada

No dia 15 de novembro de 1889, a República era finalmente proclamada. Após 67 anos, a Monarquia chegava ao fim pelas mãos do Marechal Deodoro da Fonseca, que, apoiado por republicanos e militares, deu um golpe no Império e instalou um governo republicano provisório. A primeira fase da República, que vai de 1889 a 1930, ficou conhecida como "Primeira República" ou "República Velha". Segundo Carvalho (1987),

> a proclamação da República foi um ato dos militares, e foram os militares que ocuparam o cargo de presidente até 1984. Fatores diversos como baixo nível de instrução e conscientização política, deficência dos meios de comunicação, entre outros, fizeram com que o povo ficasse à margem do episódio. Nem mesmo a população do Rio de Janeiro, ao assistir à movimentação das tropas do Exército, entendeu o que se passava: acreditam tratar-se de mais uma parada militar.

Dessa forma, a maior parte da população do País ficou alheia aos motivos que levaram à proclamação da República. No Espírito Santo não foi diferente. O jornal *A Provincia do Espirito Santo*, fundado em 1882 por Muniz Freire e Cleto Nunes, que tinha

uma linha editorial liberal (até a queda da Monarquia), foi quem recebeu e comunicou a notícia vinda do Rio de Janeiro. *A Provincia do Espirito Santo* também foi o veículo escolhido por Afonso Cláudio, nomeado governardor provisório do Estado em 17 de novembro de 1889, para publicar uma carta a respeito da proclamação. A mensagem tinha por objetivo desfazer a idéia de que a Proclamação da República seria procedida por uma anarquia.

> Do patriotismo do cidadão redator d'A Província, espero, solicito e previamente agradeço, a publicidade das linhas que vai ler. Continuam a prestar adesão ao Governo Provisório, as provínicas do norte do país, sem a menor alteração da ordem pública.
>
> Nas do sul está organizada e em exercício, o governo de cada uma delas, mantendo perfeita solidariedade com a direção do marechal Deodoro. Na medida de minhas forças tenho procurado assegurar-lhes o espírito contra malévolos boatos que ainda ontem produziram injustificável corrida à Caixa Eletrônica, no intuito de promoverem alguns indivíduos que por eles se deixaram influenciar, a retirada de depósito, para a aquisição de armas e munições.
>
> Não há motivo para tamanho pânico; a guarnição da capital enquanto estiver a cargo dos briosos militares do exército, cujo patriotismo o país admira, é o mais sólido penhor da ordem e do acatamento aos direitos individuais que os cidadãos podem desejar.
>
> A situação não comporta explorações; a autoridade do Governo Provisório será respeitada e restabelecida pelos meios ao nosso alcance, onde quer que a desconheçam ou a menosprezem.
>
> Vitória, 17 de novembro de 1889.
>
> (Assinado) Afonso Cláudio
>
> A Provincia do Espirito Santo, 17 de novembro de 1889.

Entretanto, na Capital do Estado não houve qualquer manifestação relacionada ao evento que mudaria a história do País. Porém, em Cachoeiro de Itapemirim e em outras cidades do sul

do Espírito Santo, os republicanos promoveram festas, com bandas percorrendo as ruas da cidade e fogos em comemoração ao ocorrido.

No dia 28 de novembro, era a vez de *O Cachoeirano* dar os detalhes da posse de Afonso Cláudio, que aconteceu na Câmara Municipal de Vitória, no dia 20 do mesmo mês. É importante ressaltar o quão perceptível é o entusiasmo do jornal, que, durante anos, foi o maior propagandeador da república:

> No dia 20 do corrente, às 10 horas da manhã, no paço da câmara municipal da cidade de Vitória, presentes o capitão Joaquim Correa de Lyrio e mais vereadores e numeroso concurso de povo, representado por pessoas de todas as classes sociais, o cidadão Dr. Afonso Cláudio, depois de ler o decreto de sua nomeação para governador deste Estado, e depois de prestado o devido juramento, sob a promessa de respeitar e fazer respeitar a liberdade e os direitos individuais, de garantir a ordem e a paz pública, promovendo quanto em si coubesse o progresso e bem estar do Estado do Espírito Santo, tomou posse e entrou no exercício do elevado cargo para o qual o chamaram e o voto dos seus correligionários e a confiança do Governo Provisório da República.
>
> O presidente da câmara, ao pronunciar o Governador as últimas palavras do seu compromisso, ergueu um viva patriótico à soberania do povo, declarando como brasileiro e espírito-santense, que fazia votos sinceros pela felicidade e bem estar do Estado do Espírito Santo, sob o novo governo.
>
> Durante a solenidade da posse, uma comissão do clube republicano de Anchieta, fez arvorar no salão da câmara a sua bandeira, cativante gentileza e prova de solidariedade com que os antigos companheiros da propaganda, surpreenderam o Governador. Assinado o termo pelo Governador, presidente da câmara, vereadores e outras pessoas presentes, oraram os cidadãos major Carlos Eugênio, capitão Paula Castro, Dr. Horta de Araújo, Aristides Freire, farmacêutico João Aguirre, Dr. José Horácio, sendo todos aplaudidos com entusiasmo pelo povo, ecoando de todos os lados, brados aclamatórios do regime republicano, vivas ao Governo Provisório e ao Governador empossado.
>
> De paço da câmara o cidadão Governador seguido de enorme massa popular, da tropa e banda de música Fhil' Orphênica Rosariense, dirigiu-se para o palácio do governo, onde instalou o novo governo, decretandop as primeiras nomeações. À noite, sua ex. Ofereceu aos seus amigos e correligionários, que foram presentes à sua posse, um jantar no palácio, que decorreu na maior cordialidade.
>
> *O Cachoeirano*, 28 de novembro de 1889.

Novos tempos, novos jornais

Antes da Proclamação da República, havia dois partidos bem marcados no Espírito Santo: o Partido Liberal, que tinha maior predominância na região da capital, e o Republicano, na região sul (desdobramento do Rio de Janeiro e do Clube Saldanha Marinho) e no norte, com bases conservadoras ou monarquistas. Quando houve a proclamação, quem assumiu o poder no Espírito Santo, primeiramente, foi Afonso Cláudio. No contragolpe de Floriano Peixoto, que restaurou, de alguma forma, a oligarquia cafeeira no poder, quem assumiu foi Muniz Freire.

Quando Muniz Freire passou a ocupar a governo do Estado, ele institucionalizou o Diário Oficial, que teve seu primeiro número foi publicado em 23 de maio de 1890. O Diário foi criado por meio dos decretos n.° 14 e 20, que instituíam a *Imprensa Oficial do Estado*, em vista a rescisão do contrato que o governo mantinha com *O Estado do Espirito Santo*, antigo *A Provincia do Espirito Santo*. Ao contrário de jornais como *O Cachoeirano* e *A Tribuna*, o *Diário Oficial* aglutinava mais força ao redor de si que os anteriores, jornais de diretórios e de grupos dispersos. Com o surgimento de um periódico maior e que contava com o patrocínio do Estado, as outras publicações entraram num processo de refluxo.

O Cachoeirano, entretanto, sobreviveu à República, tornando-se um órgão comprometido com o regime, sob a direção de Bernardo Horta. Contudo, em 1906, o jornal sofreu um empastelamento, o que acabou gerando um certo desgosto de sua direção com a República, que havia se transformado em desencanto e decepção para muitos que tinham lutado por ela. Talvez tenha sido por causa disso que Bernardo Horta suicidou-se em 1913, no Rio de Janeiro. O fato não impediu a continuação da trajetória do jornal por mais outros anos, apesar de ter, definitivamente, diminuído seu ritmo, brilho e entusiasmo.

Para finalizar, a maioria dos jornais que tinha a função de divulgar a questão republicana acabaram definhando como a própria pauta da propaganda da República. Vale ressaltar também que a continuação ou não dos jornais nessa época estava intrinsecamente ligada às condições econômicas dos mesmos.

Como ainda hoje, a grande receita dos jornais vinha não da vendagem ou das assinaturas, mas, principalmente, da publicidade. No novo regime, os jornais que cresceram e se destacaram foram, em sua maioria, os que tinham acordo com a política do governo do Estado e, dessa forma, recebiam o maior montante dos anúncios publicitários. Ou seja, apesar da novidade na política, com a República, temos a sobrevida de velhas práticas de tempos imperiais na questão da imprensa.

Referências

BITTENCOURT, Gabriel. **Historiografia capixaba e imprensa no Espírito Santo.** Vitória: Edit, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COTRIM, Gilberto. **História Global, Brasil e Geral.** São Paulo: Saraiva, 1997.

HEES, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel. **A República e o Espírito Santo.** Vitória: Multiplicidade, 2003.

ROSA, Afonso Cláudio. **História da propaganda republicana no Estado do Espírito Santo.** Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2002.

Entrevistas

Marta Zorzal e Silva – Cientista social e professora do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em julho de 2008.

Gabriel Bittencourt – Historiador, professor de História, mestre em Direito, doutor em Ciências Jurídicas e Sociais; doutor, mestre e especialista em História do Brasil, em julho de 2008.

Sebastião Pimentel Franco– Historiador e professor do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em julho de 2008.

VI

Imprensa e política nos governos de Muniz Freire e Jerônimo Monteiro

Aline Dias
Cristiane Britto
Elton Morati
Flávia Rangel
Gabriela Leal

Quando se fala nos jornais brasileiros do final do século XIX e início do XX, lembramos dos folhetins escritos por José de Alencar ou Machado de Assis, do romantismo das letras e do *glamour* de escrever, já que, nesse contexto, o posto de jornalista era ocupado especialmente por advogados e escritores, como Lima Barreto, Euclides da Cunha ou o próprio Machado. Eram, portanto, feitos pela e para a elite e tinham um claríssimo viés político-opinativo. Voltaire disse que os livros governam o mundo. Concordemos ou não com ele, há de se reconhecer a força da palavra escrita como arma política – força que ocupou espaço também nos jornais do século XIX.

Os jornais serviam de palco para as discussões ideológicas e para a propaganda de opiniões, partidos e nomes fortes. Por meio dos periódicos, as agremiações e as personalidades divulgavam seus ideais e atacavam umas às outras. Em entrevista aos auto-

res do capítulo, Silva destaca que política e imprensa são "irmãs siamesas". Na Primeira República, quando o poder pertencia aos coronéis, cabia à imprensa agregar simpatias ou antipatias de seus governos.

No Espírito Santo, as publicações também apresentavam tendências fortes, com vários profissionais atuando ao mesmo tempo no jornalismo e na política. Entre os principais nomes, têm destaque Afonso Cláudio e Muniz Freire, que também se tornaram presidentes do Estado.

Desde antes da República, os principais jornais que circulavam pelo Estado eram o *Estado do Espirito Santo* e o *Commercio do Espirito Santo*. O primeiro era produzido por Muniz Freire e por seus correligionários do Partido Construtor, que representava os interesses das classes mercantis-exportadoras da capital. Já o segundo era um jornal do Partido União Espírito-Santense, representante dos produtores agrofundiários do Estado. Mais tarde, *O Commercio* tornou-se órgão do Partido Republicano Federal, de mesmo viés ideológico e, posteriormente, deu apoio ao governo de Jerônimo Monteiro (ZANANDREA e FRIZZERA, 2005).

É esse o quadro da imprensa capixaba no final do século XIX e começo do XX que iremos abordar neste capítulo. Esse período corresponde ao do governo de Muniz Freire e de Jerônimo Monteiro, presidentes que lançaram as bases para um Espírito Santo moderno, com projetos, planos e obras. Houve, nesse momento, a consolidação da República, a definição objetiva de Vitória enquanto centro político do Estado e a ocupação, por parte dos jornais impressos, de um lugar especial na comunicação entre os capixabas, principalmente a elite.

Não podemos, no entanto, nos esquecer de que o Espírito Santo, mesmo tendo crescido, continuou, no final dos dois governos, sendo um Estado que não tinha grande relevância nacional. Tal situação revela uma intrigante contradição entre a realidade do federalismo recém-implantado no Brasil, o que determinava a autonomia administrativa das unidades da Federação, e a qualidade do Espírito Santo como "estado satélite" (SUETH, 2006), inserido dentro de um quadro de dependência do poder político e econômico oriundo de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Muniz Freire: político e jornalista

Muniz Freire nasceu em 13 de julho de 1861, em Vitória. Muito antes de entrar de fato na política, já mostrava vocação para ela. Desde os 24 anos, o jovem e doutrinador jornalista escrevia cartas ao imperador, nas quais expressava seu descontentamento em relação ao descaso pelo Espírito Santo. Era sempre sutil e polido em suas críticas e, por isso, recebia elogios de seu amigo e também futuro presidente do Estado (como, então, eram denominados os governadores), Afonso Cláudio, que dizia que suas cartas representavam o "protesto veemente de um coração patriota" (BASÍLIO, 1961).

Freire formou-se em Direito pela Faculdade de Recife e, mais tarde, mudou-se para São Paulo, onde concluiu seus estudos jurídicos. Retornou a Vitória em 1882 e, em 15 de março do mesmo ano, fundou, junto com Cleto Nunes, o jornal *A Provincia do Espirito Santo*, que veio a denominar-se *Diário do Espirito Santo* e, por fim, *Estado do Espirito Santo*, em 1890.

Segundo Basílio (1961),

> esse jornal mereceu grande aceitação, por parte dos homens públicos da época e chegou mesmo a despertar a atenção da imprensa do país para a nossa ofuscada Província. Joaquim Nabuco, naquela época, chefe abolicionista, qualificou o Estado do Espírito Santo de 'jornal admirável'. Tornou-se Muniz conhecido em todo o país como um dos melhores jornalistas doutrinadores.

Com a Proclamação da República, Muniz Freire fez parte de uma comissão junto com Manoel Augusto da Silveira, José Horácio Costa, Barcínio Barreto e Horta de Araújo, nomeados pelo então presidente do Estado, Afonso Cláudio, para elaborar o projeto da nova Constituição Estadual. Os jornais da época enxergavam a empreitada com otimismo, tecendo elogios fundados na credibilidade que os envolvidos no projeto transmitiam à sociedade, sobretudo à elite intelectual da Província. No mesmo dia em que houve a promulgação da Carta Constitucional, em 2 de maio de 1892, Freire foi eleito para a presidência do Espírito Santo.

Rixas impressas

Levando em consideração que Muniz Freire exercia, ao mesmo tempo, o jornalismo e a política, já se entende que a imparcialidade não era a característica mais importante de seu periódico. Na época, os jornais poderiam servir como verdadeiros campos de batalha. Mattedi (2005) conta que eles serviam, por vezes, como veículos de desabafos entre os desafetos, às vezes, de maneira sutil, outras, de modo direto e perverso. Em sua maioria, as ofensas e acusações tinham cunho político, como é o caso da rixa entre Muniz Freire e o barão de Monjardim, que já havia sido presidente do Espírito Santo.

O filho mais velho do barão, José Monjardim, era editor-chefe do jornal *Commercio do Espirito Santo* (fundado em 1890 por Aristides Freire), que, entre março e abril de 1893, usou sua posição para atacar o então presidente do Estado, Muniz Freire. Em seu jornal, Monjardim se referia a ele como "Cazuza", expressão depreciativa para a época, que poderia significar "vespa redonda de picada dolorosa" ou, ainda, "pessoa frívola e pouco confiável". O governador era fortemente criticado na coluna *Corre na Cidade,* segundo a qual, Muniz Freire "aplaude as perseguições e violências à oposição cometidas por seus corifeus locais, outras tantas autoridades policiais" (MATTEDI, 2005, p. 26).

Já no jornal *O Estado do Espirito Santo*, foi veiculado, no dia 9 de abril do mesmo ano, um artigo intitulado "Saudades do Barão", de cunho ofensivo, que trazia frases como: "Aquele velho, aquele barão, aquele chefinho, acostumara-se durante muito tempo a receber ordens do Rio de Janeiro, tendo o cuidado de nunca desobedecer e cumprir sempre as ordens que de lá vinham". O jornal referia-se ainda ao barão de Monjardim como um "velho", "hipócrita católico e saudosista do Império".

De acordo com Mattedi, as acusações mútuas não deram em nada. O governador e o barão tornaram-se aliados, como já tinham sido anteriormente, na época em que integravam o Partido Liberal. O barão, inclusive, filiou-se ao Partido Construtor e dois de seus filhos, anos mais tarde, vieram a ser editores do diário do próprio Muniz Freire.

A reconciliação entre os dois, no entanto, "talvez só tenha sido possível devido ao anonimato. Os textos impressos tendiam a ser anônimos ou não especificavam diretamente a pessoa atingida", registra Mattedi. Assim, a reconciliação tornava-se possível, ainda que hipocritamente.

O visionário

Além de ser considerado um bom jornalista, Muniz Freire mostrou-se um grande projetista, com seu idealismo especialmente voltado para o desenvolvimento comercial de Vitória. Causava-lhe incômodo a posição secundária que o Estado ocupava no cenário brasileiro, além do fato de a capital estar isolada dentro do próprio território capixaba. Frente a isso, formulou planos para que Vitória fosse transformada, construindo também um ponto de integração junto aos demais centros influentes do Espírito Santo (Cachoeiro de Itapemirim, ao sul, e São Mateus, ao norte).

Em seu primeiro mandato, o governador contraiu empréstimos

estrangeiros e, favorecido pela boa fase da cultura cafeeira, sustentáculo econômico desse período, pensou encontrar terreno fértil para a execução seu programa de governo. Este priorizava a construção de uma malha ferroviária que aprimorasse o escoamento da produção de café (a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e a hoje chamada Estrada de Ferro Vitória a Minas), o povoamento do solo pelo estímulo à imigração na parte central do Estado e um projeto de urbanização, com a construção de um novo bairro, o Novo Arrabalde, que viabilizaria a expansão da capital, adaptando-a às novas funções comerciais que lhe eram atribuídas.

Os problemas

Diante dos planos ousados e estratégicos de Muniz Freire, a imprensa opositora não ficou omissa. O jornal *Commercio do Espirito Santo*, que tecia fortes críticas à política adotada pelo governo, reclamava da pouca atenção destinada à imigração para o sul do Estado, região carente de mão-de-obra. Em uma edição de julho de 1895, a publicação denunciou a precariedade das condições de hospedaria dos imigrantes na porção meridional, o que desestimularia a ida de fluxos de trabalhadores para essa região (CAMPOS JR., 1996).

Já em 13 de setembro de 1895, o mesmo periódico também se manifestou contra o prolongamento da capital, no que diz respeito às controvérsias que giravam em torno da escolha para a localização do novo bairro, idealizado na região da Praia do Canto. O *Commercio do Espirito Santo* também questionava a necessidade do Novo Arrabalde, já que na Vila do Espírito Santo a iniciativa privada começava a prosperar e o número de construções já crescia, sendo capaz de responder pela expansão da cidade de Vitória.

Após um período de instabilidade políticas, numa fase em que a mais alta magistratura do Estado foi assumida por Constante Gomes Sodré e, posteriormente, por José Marcelino Pessoa de

Vasconcelos, Muniz Freire retorna para seu segundo mandato em 1900.

As facilidades encontradas em seu primeiro governo já não mais existiam nessa época. A economia foi atingida pela crise do café, gerada pela superprodução em nível nacional, que, no Espírito Santo, se agravou com a seca. Para amenizar a difícil situação financeira, Muniz Freire viu-se obrigado a reduzir a força pública, demitir funcionários, fechar diversas escolas e, finalmente, tomar a medida mais drástica até então: o decreto da moratória aos credores estrangeiros.

Os prós e os contras

No fim de sua gestão, Freire mostrava-se bastante desanimado perante a calamidade que se abatia sobre seu governo, utilizando com freqüência em seus discursos termos com alto teor pessimista: “apreensões cada vez mais justificadas”, “esforços infrutíferos”, “abalo”, “provações”, “nosso atraso econômico”, entre outros, conforme citam Sueth e Franco (2005, p. 12).

Ainda assim, mesmo com todos os infortúnios enfrentados em seu governo, Muniz Freire prosseguiu com as obras da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e deu início às construções da ferrovia Vitória a Diamantina, a atual Estrada de Ferro Vitória a Minas. O presidente também foi o responsável por transformar Cachoeiro de Itapemirim no terceiro município do País a ter energia elétrica.

Radicalmente imbuído dos ideais positivistas de ordem por princípio e progresso por fim, Muniz Freire foi um estadista à frente de seu tempo, cujos planos não se adequavam ao momento histórico. “No Espírito Santo não existia uma burguesia. Havia apenas pequenos proprietários rurais e meeiros. O Estado não dispunha de estrutura nem de capital o bastante, era dotado de uma sociedade que engatinhava, com um mercado de trabalho ainda

modesto. Essa fantasia projetista não tinha pré-condições objetivas para se concretizar. E Muniz Freire insistiu em investir todo o capital político e todo o dinheiro do Estado, o que ocasionou um tremendo desgaste político", explica Silva. Para ela, Muniz Freire, que era jornalista, talvez não saísse tão desgastado se tivesse usado de forma mais contundente o meio a seu favor.

Seus dois mandatos representaram também um período extremamente fértil para a imprensa interiorana. Somente em Cachoeiro de Itapemirim, foram veiculados os periódicos *O Município* (1892), *A Opinião* (1892), *O Alecrim* (1893), *A Madressilva* (1893), *Sul do Espírito Santo* (1894), *O Gladiador* (1895), *O Papagaio* (1896), *A Borboleta* (1896), *O Relâmpago* (1897), *Pimpão* (1898), *A Folha Azul* (1898), *Eco do Sul* (1898), *O Binóculo* (1898), *O Alvor* (1898), *A Bomba* (1900) e *A Lanterna* (1900). Eram jornais políticos, noticiosos ou literários e alguns deles eram escritos para públicos específicos, como jovens, mulheres e até imigrantes italianos.

Em outras cidades interioranas também puderam ser catalogadas diversas publicações. É o caso do *Eco da Lavoura*, de Iconha (1892); *O Alto Guandu*, de Afonso Cláudio (1893); *O Leopoldinense*, veiculado em Santa Leopoldina (1893); *O Município*, em São Pedro de Itabapoana (1894); *A Flecha*, em Castelo (1899), e, em Vila Velha, *O Farol e Cidade do Espírito Santo* (ambos de 1904) (BITTENCOURT, 1998).

Transição: governo Coutinho e início do mandato de Jerônimo

Ao fim do segundo mandato de Muniz Freire (1900-1904), o clima de pessimismo e de dependência era forte. Nesse contexto, foi eleito para presidente do Estado o Coronel Henrique Coutinho, correligionário de seu antecessor. Não obstante, ainda no início de seu mandato houve uma ruptura entre os dois, conseqüente da rejeição, por parte de Coutinho, aos nomes indicados

pelo ex-presidente para importantes cargos estaduais. Entre os fatores dessa ruptura, também pode se destacar a presença forte de Jerônimo Monteiro no governo.

Jerônimo Monteiro, nascido em Cachoeiro de Itapemirim, era um advogado bem sucedido que residia em São Paulo. Antigo adversário político de Muniz Freire, Monteiro foi chamado por Henrique Coutinho para voltar e assumir o cargo de advogado do Estado.

Tendo como meta sanar as dívidas que vinham se acumulando desde o primeiro mandato de Muniz Freie, Henrique Coutinho aplicou uma política de contenções orçamentárias e de apoio à agricultura. Ainda assim, em 1907, a situação financeira do Estado agravou-se, o que levou Coutinho a delegar a Jerônimo Monteiro, que posteriormente veio a ser secretário da Fazenda, a função de ajudar a resolver o problema.

Para tanto, Monteiro levou o governo estadual a adotar várias medidas, entre elas a alienação da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo à Leopoldina Railway, empresa britânica, que, por sua vez, comprou também a Estrada de Ferro Caravelas. Devido ao cargo que ocupava, Jerônimo Monteiro negociava essas transações diretamente em nome do Estado.

Tais operações atraíram críticas a Monteiro por parte da imprensa, em especial do jornal *Correio da Manhã* que, em 23 de março de 1907, chamou a operação de "ladroeira despejada" (SUETH, 2006, p. 91). No Congresso Nacional, quem questionou a negociação foi o senador paraibano Coelho Lisboa, que tinha ligações com o Espírito Santo por ter participado da propaganda republicana em Cachoeiro do Itapemirim. A polêmica gerada fez com que a Câmara Federal convocasse Jerônimo Monteiro para depor. No entanto, Monteiro possuía o apoio de um influente político mineiro, João Luiz Alves, que o defendeu das acusações. Segundo Sueth, "provavelmente como recompensa por esse apoio foi o político mineiro agraciado com a candidatura ao Senado, pelo Estado

do Espírito Santo" (2006, p. 93).

Após ajuda do governo federal, por meio do então presidente da República, Afonso Pena, a venda da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo à Leopoldina Railway foi concretizada em 9 de julho de 1907. Na transação, foram arrecadados três mil contos de réis, usados, em sua maioria, para o pagamento de dívidas do Estado. Esse episódio ajudou a projetar Jerônimo Monteiro como aquele que contribuiu significativamente para o equilíbrio das contas capixabas, bastante prejudicadas pela crise do café e pelos empréstimos contraídos fora do País.

O partido único

Com a proximidade do fim do mandato de Coutinho, Dom Fernando Monteiro, bispo de prestígio entre a sociedade capixaba e irmão de Jerônimo, foi sondado para a presidência do Estado, mas declinou. Havendo necessidade de abrandar o clima gerado pela forte oposição entre Muniz Freire e Henrique Coutinho, Dom Fernando, então, indicou seu irmão para a candidatura. Em entrevista aos autores do capítulo, o professor José Cândido Sueth, autor de uma dissertação sobre a política capixaba nesse período, afirma que "houve um consenso não só no Espírito Santo, mas no Brasil todo, de que as forças políticas deveriam se unir para que o País pudesse progredir. Ocorreu, então, a união dessas forças opostas no Estado para que não houvesse disputa política tão acirrada e fosse eleito um presidente fruto desse entendimento".

Jerônimo Monteiro foi eleito graças à atuação do Partido Republicano Espírito-Santense, que congregava as duas classes mais importantes do Estado até então: os cafeicultores de Cachoeiro de Itapemirim e os exportadores mercantis da capital.

Essa coalizão não agradou a alguns setores da sociedade. Sendo assim, parte da imprensa moveu uma campanha e vários artigos foram publicados tecendo duras criticas a Jerônimo e a seu partido

único. Novaes (apud SUETH e FRANCO, 2005, p. 8) cita que mais tarde esses artigos foram destruídos por um jornalista que se arrependeu dos ataques feitos ao presidente da Província e a seu irmão, o então bispo de Vitória, Dom Fernando.

Um dos veículos de oposição ao governo de Jerônimo Monteiro era o jornal *Diário do Povo.* O periódico possuía quatro páginas e foi publicado de 21 de julho de 1911 a 18 de maio de 1912, num total de 214 números. Entre seus colaboradores estavam: José Horácio Costa, Octávio Araújo, Adolfo Fraga, Eurípedes Nogueira da Gama Pedrinha, César Velloso, Olympio Lyrio, José Lyrio, Philomeno Ribeiro, José Cândido de Vasconcellos, Aristóbulo Leão, Kosciuszko Leão e outros (ZANANDREA e FRIZZERA, 2005, p. 41).

Durante o mandato de Jerônimo também circulavam periódicos feitos no interior do Espírito Santo, como *Lábaro da Paz*, em São José do Calçado (1908); *O Imparcial*, em Alfredo Chaves (1909); *Novo Horizonte*, de Cariacica (1911), e *O Trabalho*, de Viana (1911).

Jerônimo x Muniz

Se Muniz Freire praticamente não conseguiu retirar os seus planos do papel, o mesmo não pode ser dito de Jerônimo Monteiro, que, favorecido pela alta nos preços do café, realizou grande quantidade de obras. Foi durante seu governo, em 1909, que a luz elétrica, a coleta de esgoto e a água encanada chegaram à capital. A princípio, poderíamos pensar que essas obras tivessem o mesmo ideal desenvolvimentista de Muniz Freire, no entanto, nota-se que as melhorias realizadas por Jerônimo Monteiro ficaram praticamente restritas à parte do centro de Vitória, onde moravam os membros da alta sociedade. Essas elites normalmente eram formadas por fazendeiros do sul, que recebiam cargos na administração pública. O Porto de Vitória recebeu obras de aparelhamen-

to, foi realizada a reforma da Santa Casa de Misericórdia, foram construídos o Parque Moscoso e o Cemitério de Santo Antonio e a capital ganhou um sistema de bondes.

Jerônimo Monteiro investiu maciçamente em Cachoeiro de Itapemirim, levando para aquela região o primeiro grande empreendimento industrial do Estado: a Companhia Industrial do Espírito Santo, uma espécie de *holding* responsável por administrar os recursos dos variados investimentos industriais capixabas. Foram criadas também a Fábrica de Tecidos (Tecisa), a Usina Paineiras, a Fábrica de Papel, a Usina Hidrelétrica do Rio Fruteiras, entre outros empreendimentos. Mas, essa tentativa de industrialização não obteve êxito, o que forçou o Estado a vender todas essas instalações para o pagamento de dívidas. Entre os motivos que levaram o projeto a não prosperar estão a ausência de um mercado interno consolidado e o alto custo do transporte de mercadorias.

No entanto, essas realizações só puderam ser levadas à frente graças a uma conjuntura favorável encontrada por Monteiro, que incluiu a alta nos preços do café e a obtenção de empréstimos com os governos de outros estados, como Minas Gerais, que fornecia uma verba de cem mil francos anuais ao Espírito Santo, que aparece, então, mais uma vez dependente financeira e politicamente dos centros nacionais de poder.

Agora que comparamos os feitos políticos de Muniz Freire com os de Jerônimo Monteiro, há que se mencionar outra peculiaridade existente entre esses dois grandes personagens da cena política capixaba: a forma como cada um deles se relacionou com a imprensa.

Freire foi um precursor de grandes idéias, jornalista brilhante e proprietário de um jornal, mas que, para sua infelicidade, não soube usar essa influência para exaltar seu mandato. Antes de entrar para a política, era alvo de grandes elogios pelos seus feitos, como as cartas ao imperador, a criação do primeiro jornal diário do Espírito Santo e a colaboração na elaboração da Carta Constitucional. Contudo, durante seu mandato, recebeu inúmeras críticas, feitas, principalmente, pelo jornal opositor ao seu governo, o *Commercio do Espirito Santo*, que possuía grande prestígio.

Muniz Freire traçou, assim, uma caminhada completamente contrária à de Jerônimo Monteiro, que, antes de se tornar governador do Estado, já foi chamado pelo jornal *Correio da Manhã* de "fraudulento". Porém, quando assumiu o poder, foi poucas vezes atacado pela imprensa. Eram realmente escassas as publicações que lhe faziam oposição, como o *Diário do Povo*.

De fato, Monteiro soube colocar grande parte da imprensa da época a seu favor, como declara Franco, em entrevista: "Jerônimo Monteiro tem uma coisa que nenhum outro governante teve. Ele usou muito bem a mídia para criar um imaginário de um governador moderno, atuante e próspero. Ele investiu muito nisso, contratou jornalistas e fotógrafos que faziam publicações para divulgar o seu trabalho, criou uma série de publicações para valorizar as obras que fazia". Além disso, Sueth diz, também em entrevista aos autores, que a posição hegemônica de certos políticos, como foi o caso de Jerônimo, intimidava maiores manifestações opositoras. As pessoas temiam sofrer represálias e, por isso, se continham *(ver anexo 1)*.

Gota no oceano

Durante o governo de Jerônimo Monteiro, surge, todavia, uma figura contestadora e merecedora de destaque: Joana Passos, uma jovem normalista e professora, que lutou contra a opressão e dominação a qual as mulheres eram submetidas na época (FRANCO, 2002). Joana repudiou injustiças e fez oposição ao governador, o que era considerado uma afronta. Isso lhe acarretou acusações de má conduta nas suas funções do magistério e em sua vida privada, sendo acusada de ser meretriz. Tentando provar que nenhuma das acusações era verdadeira, ela tenta agremiar testemunhas que

comprovassem sua boa conduta. Aceita, então, ser submetida ao teste de virgindade e, segundo Franco, em entrevista aos autores, arregimenta a imprensa contrária a Jerônimo Monteiro para expor as arbitrariedades que ele cometia. "A maioria da imprensa era favorável a Jerônimo, então, certamente, ela não iria achar espaço [...] na imprensa adversária para ridicularizar Jerônimo, mostrar o quanto ele era ditador e coronel". Seu esforço foi em vão, pois Joana foi exonerada de seu cargo de professora, que exercia em Regência, município de Santa Leopoldina.

Segundo Soares, Joana Passos

> foi condenada por ter tido a petulância [...] de desafiar o autoritário Jerônimo Monteiro, acostumado a dar ordens e ser obedecido e capaz até de enfrentar os adversários a bala. Suprimir escolas, colocar professoras em disponibilidade, transferir para localidades distantes eram alguma das punições corriqueiras (apud FRANCO, 2002, p. 204).

Franco comenta ainda a relação dos dois governadores com a imprensa: Jerônimo percebeu que, usando a imprensa, iria construir uma idéia que lhe era amplamente favorável. Muniz Freire, apesar de ser um jornalista renomado, não conseguiu fazer tão bom uso desse artifício. O fato de ele ser jornalista não significou que enxergasse isso como algo interessante. Nesse aspecto, Jerônimo Monteiro entendeu melhor a potencialidade que a mídia poderia lhe oferecer. Muniz Freire não conseguiu aglutinar tanto a imprensa para trabalhar em seu favor (*ver anexo 2)*.

Referências

BASÍLIO, Marcelo Antonio de S. **A vida e a obra de Moniz Freire.** Vitória, 1961.

BITTENCOURT, Gabriel. **Historiografia capixaba e imprensa no Espírito Santo.** Vitória: Edit, 1998.

CAMPOS JR., Carlos Teixeira de. **O Novo Arrabalde.** Vitória: Prefeitura Municipal, 1996.

FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. **A República e o Espírito Santo.** Vitória: Multiplicidade, 2003.

_____. Contestando a repressão Masculina: mulheres. In: **Anais do VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul.** Dourados, UCDB, 2002. p 201-205.

LIMA JR., Carlos Antonio Benevides. **Jerônimo Monteiro.** In: GURGEL, Antonio de Pádua (Coord.). Coleção grandes nomes do Espírito Santo. Vitória: Contexto, 2005.

MATTEDI, José Carlos. **História da Imprensa Oficial no Espírito Santo.** Vitória: 2005.

MOREIRA, Thaís Helena; PERRONE, Adriano. **História e Geografia do Espírito Santo.** Vitória: 2005.

SUETH, José Candido R. **Espírito Santo: um estado satélite na Primeira República – de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912).** Vitória: Flor&Cultura, 2006.

_____; FRANCO, Sebastião Pimentel. **A dependência do Espírito Santo entre três mandatos e duas políticas: as administrações Moniz Freire e Jerônimo Monteiro.** Vitória, 2005. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/agora/Documentos/Revista_2_PDFs/Jos%E9%20C%E2ndido.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2008.

ZANANDREA, Andressa; FRIZZERA, Luciano. Os primórdios da Imprensa Capixaba. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

Entrevistas

Carlos Teixeira de Campos Júnior – Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em 18 de abril de 2008.

Gabriel Bittencourt – Historiador, professor de História, mestre em Direito, doutor em Ciências Jurídicas e Sociais; doutor, mestre e especialista em História do Brasil, em abril de 2008.

José Cândido Rifan Sueth – Mestre em História pela Ufes e professor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Cefet-ES), em 18 de abril de 2008.

Marta Zorzal e Silva – Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em 18 de abril de 2008.

Sebastião Pimentel Franco – Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em 18 de abril de 2008.

Anexos

Anexo 1

COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO

JORNAL POLITICO

ANNO XVIII | VICTORIA - ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SEXTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 1903 | NUM. 133

HYGIENE MUNICIPAL

GOVERNO MUNICIPAL

Villa Moscoso

Visita presidencial

MANCHADA

Anexo 2

COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO

JORNAL POLITICO

ANNO XVIII | VICTORIA - ESTADO DO ESPIRITO SANTO - QUINTA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 1908 | NUM. 126

Dr. Jeronymo Monteiro

GOVERNO MUNICIPAL

COLLABORAÇÃO

NOTABILIDADES

REGISTRO CIVIL.

MANCHADA

Era Vargas: o Espírito Santo nas mãos de um interventor mineiro

Brunella França
Gabriela Zorzal
Simone Azevedo

O ano era 1930. O mundo capitalista sofria uma grave crise econômica, resultante da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, nos Estados Unidos. De acordo com os historiadores Vicentino e Dorigo (2007), o Brasil sentiu os efeitos da crise na produção do café, açúcar, algodão e borracha. Mas, além da crise econômica, o País também vivia uma forte crise política.

Em entrevista às autoras, Passos explica que, ainda em 1929, o então presidente Washington Luís indicou o nome do governador de São Paulo, Júlio Prestes, para seu sucessor. Os políticos mineiros, porém, esperavam que o seu governador, Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, fosse o indicado. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba se uniram e negaram apoio a Júlio Prestes. "Estava rompida a política do café-com-leite, pela qual políticos de São Paulo e de Minas Gerais se alternavam na presidência da República desde 1889", declara Passos.

Diante de forte tensão política, um movimento armado liderado por Minas Gerais e Rio Grande do Sul preparava-se para eclodir, o que resultaria na deposição de Washington Luís. Vicentino e Dorigo contam que a Revolução de 1930 culminou na subida de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Tem início, assim, o chamado governo provisório.

"O governo Vargas iniciou-se em um cenário de acirradas disputas políticas. O fim da aliança entre São Paulo e Minas Gerais para eleger o presidente da República expressava a necessidade de repensar a estrutura do País. A economia, baseada principalmente na exportação de café, estava quebrada", completa Passos.

Ainda no governo provisório, Vargas começou o processo de centralização do poder, extinguindo órgãos legislativos em todos os níveis – federal, estadual e municipal –, nomeando interventores estaduais e suspendendo direitos constitucionais. De acordo com Vicentino e Dorigo, procurando amenizar a crise do café, o presidente criou, em 1931, o Conselho Nacional do Café, com o objetivo de regularizar e proteger a economia cafeeira.

Em 1932, aconteceu a Revolução Constitucionalista, originada da tentativa das oligarquias paulistas retomarem o poder, derrubando o governo provisório de Vargas e instituindo um governo constitucionalista. A luta armada durou três meses, mas São Paulo não tinha como combater as forças federais.

Apesar do fracasso, os autores supracitados relatam que alguns dos objetivos dos revoltosos foram alcançados, como, por exemplo, a instituição de eleições para a Assembléia Constituinte. Esta mesma Assembléia promulgou a Constituição de 1934, que pregava o liberalismo, o presidencialismo e mantinha a independência dos três poderes. A nova Constituição previa, ainda, a concessão do voto secreto e do voto feminino, o ensino primário obrigatório e gratuito, além de confirmar e conceder uma série de diretos aos trabalhadores. Getúlio Vargas foi declarado presidente por voto indireto.

"O governo de Vargas sofreu grande influência do nazi-fascismo, que se difundia na Europa. A Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada pelo escritor Plínio Salgado, travava uma dura luta contra o avanço do comunismo. Muitos membros da alta camada social acabaram apoiando os integralistas com receio do comunismo. Mas, por outro lado, formaram-se frentes antifascistas populares.

Em 1935, formou-se um dos grandes movimentos democráticos, antiimperialista e reformista. Era a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que tinha como presidente Luís Carlos Prestes. Uma rápida reação do governo, porém, reprimiu seus membros, impedindo seu fortalecimento e, posteriormente, desencadeando sua extinção", explica Passos.

Um episódio conhecido como Intentona Comunista, um projeto malogrado de tomada de poder pelos comunistas, foi o pretexto que Vargas precisava para permanecer no poder. Por meio do Plano Cohen, forjado pela burocracia estatal, o governo disseminava junto à sociedade uma repulsa generalizada ao comunismo.

Jornais de todo o País estampavam em suas capas que havia uma provável conspiração ideológica contra Vargas, em um processo paralelo à divulgação das rádios sobre o fato. Conseguida a persuasão popular ante as intenções getulistas, um governo autoritário foi proposto e Getúlio foi visto pela população como uma alternativa de segurança contra o comando dos comunistas no País. Estabeleceu-se, por conseguinte, uma administração autoritária que, teoricamente, criaria mecanismos político-militares para a expulsão do "espectro comunista" do Brasil. Nesse panorama, inicia-se o Estado Novo.

O Estado Novo coloca fim às liberdades democráticas. Vicentino e Dorigo (2007) acrescentam que a plataforma de governo de Vargas priorizava a industrialização e previa também investimento em educação, aumentando a qualidade do ensino público.

Silva (2004) destaca que, no Espírito Santo, a onda de industrialização nacionalizante influenciou na criação de uma das maiores empresas do Estado e do Brasil: a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – atual Vale. Criada em 1942, a empresa gerenciava a extração, o transporte e a exportação do minério de ferro de Minas Gerais para o exterior.

Vargas e a mídia

Em novembro de 1937, após o golpe e a promulgação da Nova Constituição, a mídia no Estado Novo serviu como ponto de apoio para a manutenção do poder getulista, consolidando as diferenças nacionais.

Segundo Laner (2000), ainda em 1934, dois dias antes da promulgação da Constituição, Vargas baixa o Decreto 24.776, em 14 de julho, para revogar as disposições vigentes da Lei Adolfo Gordo. A estrutura do decreto, considerado a segunda Lei de Imprensa da Era Republicana, contrariava os princípios da liberdade de expressão.

A imprensa passou, então, a ser regida por uma lei especial e a censura estava instituída oficialmente. "Entre os diversos artigos da Segunda Lei de Imprensa da Era Republicana, dois merecem destaque. O primeiro é o que designava à imprensa exercer uma função de caráter público. O segundo é o que determinava que nenhum jornal poderia recusar a inserção de comunicados do governo nas dimensões taxadas em lei", comenta Passos.

O jornalismo da época deveria "educar", com matérias úteis e de fácil assimilação aos leitores. Passos lembra, ainda, que, de modo geral, os valores morais dos leitores, com pouca ou nenhuma instrução formal, deveriam ser fortalecidos e intensificados pela mídia da época. "Não havia crítica por parte da maioria dos jornais, nem estímulo ao pensamento democrático, muito menos uma

explicação sobre a situação social do País ou comentários sobre as mudanças ocorridas com o golpe de Getúlio Vargas. O clima reinante era de silêncio e benefício mútuo", explica Passos.

De acordo com Ortriwano (1985), o rádio também foi um importante instrumento de marketing político. A nova tecnologia sustentava uma forte propaganda ideológica, fazendo o povo brasileiro crer que não havia ninguém melhor que Vargas para governar o País. As características do rádio garantiram a propagação das mensagens paternalistas, sempre carregadas de altas doses de elementos místicos.

Ortriwano salienta, ainda, que nenhum meio de comunicação foi tão utilizado politicamente como o rádio. Explorando sensações e emoções propícias para o envolvimento político dos ouvintes, o rádio permitia uma encenação envolvente. Prova disso é a atenção dispensada pelo presidente ao veículo, seja por meio da criação de uma legalização especifica, pela oferta de incentivos ao seu desenvolvimento técnico e profissional, seja por sua utilização como mídia para a propaganda governamental.

Vicentino e Dorigo observam que, em 1939, o presidente da República criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que, além de controlar os meios de comunicação, deveria divulgar uma imagem positiva do governo e, principalmente, do presidente.

Massificando o discurso nacionalista, o DIP veiculava de forma padronizada os pontos centrais da política trabalhista do Governo. Segundo historiadores, o órgão era dividido em cinco estruturas principais: Divulgação, Radiodifusão, Cinema e Teatro, Turismo e Imprensa. Essas subestruturas abrigavam outros serviços, como Comunicações, Contabilidade e Tesouraria, Material, Filmoteca, Discoteca, Biblioteca, Garagem, Distribuição de Propaganda, Registro de Imprensa e Administração.

"Os departamentos de Imprensa e Radiodifusão tinham o ob-

jetivo de estreitar a ligação entre a máquina pública e a população, uma vez que são os setores de grande penetração e alcance público. E, para tanto, a compra, pelo governo, de aparelhos receptores e sua instalação em locais públicos foram intensificadas na década de 1940, auge do funcionamento do DIP", informa Passos. Isso não aconteceu somente para atender aos que não possuíam aparelhos, mas, sobretudo, para que o presidente fosse ouvido por quem estava fora de casa, principalmente, por meio do programa *Hora do Brasil.*

Enquanto isso, na capitania de Vasco Fernandes Coutinho...

O Espírito Santo não ficou omisso à Revolução de 1930. No dia 13 de fevereiro daquele ano, muitas pessoas se dirigiram à Praça do Carmo com o intuito de ouvir os discursos da Caravana Liberal. Mas tudo terminou em um violento conflito com as forças governamentais, reflexo do contexto nacional.

À medida que a campanha da Revolução se expandia, a repressão do governo vigente se intensificava. O jornal *A Gazeta*[1] era aliado à aliança getulista. Na edição seguinte ao conflito, o jornal publicou os discursos dos membros liberais e insultos contra as autoridades da República.

Um episódio que ficou conhecido como "Dia do Empastelamento" marcou a fase inicial do jornal. Segundo Bourguignon et al. (2005), o fato ocorreu no dia 13 de fevereiro, durante a Revolução de 1930. *A Gazeta* defendia a Aliança Liberal contra o governo e apoiava a candidatura de Getúlio Vargas à presidência do Brasil. Ao longo da campanha, um tiroteio no Colégio do Carmo, no centro de Vitória, fez com que o jornal publicasse a seguinte manchete: "13 de fevereiro de 1930. Data que se desenha em sangue na

[1] O jornal A Gazeta foi fundado em 11 de setembro de 1928 pelo empresário Ostílio Ximenes, dono da Imobiliária Cambury, e pelo advogado, professor, jornalista e político Adolpho Luis Thiers Vellozo.

história do Espírito Santo, perpetuando a pusilanimidade de um governo". Revoltados, partidários situacionistas invadiram a sede do jornal e impediram que a edição do dia seguinte continuasse a ser rodada. *A Gazeta* foi proibida de circular, voltando apenas seis meses depois, ainda sob a direção da família Vellozo.

"Na madrugada de 14 de fevereiro, as oficinas tipográficas do jornal *A Gazeta* foram empasteladas e logo se descobre que pessoas pertencentes ao Regimento Policial Militar (a Polícia Militar de então) eram os autores desse outro grave incidente que, conjugado à violenta repressão do comício aliancista, deveria fazer parte do esquema de alguma autoridade governista para aniquilar a oposição", afirma Achiamé, em entrevista às autoras.

"De sua fundação até maio de 1948, quando foi adquirido pela família Lindenberg, o jornal funcionou tanto como órgão oficial do governo (período pós-revolução de 1930 até 1942) como empresa privada", declara Silva, em entrevista às autoras.

A chegada do interventor

João Punaro Bley foi nomeado interventor do Espírito Santo em 14 de novembro de 1930, encontrando no Estado o reflexo das crises nacionais: alta desvalorização do café e muitas dívidas.

A ascensão militar de Bley começou em 1922, em Curitiba, quando foi nomeado primeiro-tenente do Exército. No ano de 1924, ele foi requisitado para combater a Coluna Miguel Costa-Prestes, em São Paulo, e, em 1925, em Foz do Iguaçu. Por seu desempenho como militar, foi promovido a capitão em setembro de 1930 e designado a enfrentar as forças rebeldes que estavam chegando ao Espírito Santo com a eclosão, em 3 de outubro de 1930.

De acordo com Bourguignon et al. (2005), Punaro Bley era retratado como um "herói" pelo *Diário da Manhã*, que atuava como

o diário oficial da época, e correspondia exatamente às características necessárias para ser um interventor, segundo as diretrizes de Vargas.

Os ditadores estaduais precisavam ser "estrangeiros", originários de um Estado diferente daquele que iriam governar; militares fiéis à hierarquia, à disciplina e à ordem, e apolíticos, ou seja, sem ligação partidária e sem nenhum vínculo com as elites políticas brasileiras.

Sob a liderança do interventor mineiro, o Espírito Santo começava, de fato, sua industrialização. Punaro Bley investiu em infra-estrutura e fortaleceu o espaço urbano. As áreas de saúde e segurança também foram contempladas, com a criação do Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória e do Quartel de Maruípe. As dívidas do Estado foram liquidadas, as exportações receberam estímulo e o governo aumentou a arrecadação de impostos. Também nessa época houve um fluxo migratório do sul para o norte do Estado, impulsionado pelo incentivo governamental de ceder terras a baixo custo ou mesmo gratuitamente.

O Espírito Santo nas leituras e vozes da mídia

Impressos

Mendonça declara, em entrevista, que, na década de 1930, os principais jornais capixabas eram *A Gazeta*, *A Tribuna* (*confira anexos*) e *O Diário da Manhã*. Para Mendonça, os donos dos jornais não tiveram seus interesses de elite dominante satisfeitos com a nomeação de Punaro Bley, um oficial mineiro, como interventor do Espírito Santo. Essa mesma elite, porém, promoveu, por meio dos jornais capixabas, uma crítica moderada ao projeto governamental. Segundo Achiamé (2007),

> Para atender aos interesses da classe dominante, frente às novas demandas por participação política e benefícios sociais efetuadas pelas camadas médias e baixas, a administração de Punaro Bley no período de 1930 a 1937 se caracterizou por uma estratégia de conciliação de interesses. A engenharia institucional estabelecida pela interventoria tinha como um de seus pressupostos a intermediação político-administrativa do chefe do aparelho regional de Estado com o poder central e com os poderes locais e pela implementação de políticas públicas como saneamento financeiro, melhorias na prestação da educação e saúde públicas, aparelhamento do Porto de Vitória, criação de banco local e outras iniciativas. Todo esse quadro estava montado no contexto de um reformismo autoritário e modernizante, que beneficiava principalmente as classes dominantes e, de maneira subsidiária, as classes médias. Então, pode-se constatar a presença, no quadro político e institucional capixaba da década de 1930, de práticas continuístas e, ao mesmo tempo, de uma certa ruptura com o passado (p. 22-23).

De acordo com Passos, o jornal mais antigo do Estado ainda em circulação, *A Gazeta*, caminhou, desde seu nascimento, lado a lado com a economia cafeicultora capixaba. Embora o Espírito Santo, nas primeiras décadas do século XIX, estivesse atrasado economicamente em relação ao restante do País, a produção de café conferiu-lhe um lugar de destaque no cenário nacional.

De acordo com Bourguignon et al. (2005, p. 68), como

> primeiro veículo da maior rede de comunicação do Estado, o jornal *A Gazeta* pertence à família Lindenberg desde o final da década de 40, quando foi adquirido pelo grupo político do ex-governador e ex-senador capixaba Carlos Lindenberg. Ou seja, é fácil concluir que a política e a economia sempre estiveram em destaque.

PÁGINA DE HONRA

Ao Interventor Federal do Espírito Santo, Capitão João Punaro Bley - cuja directriz de governo tem merecido applauso unânime

A Gazeta, setembro de 1931.

O EMPASTELAMENTO DE *A GAZETA*

(...)Os acontecimentos luctuosos da véspera, ocorridos em frente ao collégio do Carmo, por ocasião do primeiro comício realizado pela Aliança Liberal, em que pessoas completamente estranhas ás questões partidárias perderam a vida, varadas pelas balas assassinas das metralhadoras e dos trabucos da cavallaria, aqueles factos bastavam para explicar os motivos que deveriam determinar a destruição do único órgão de publicidade existente nessa capital, desligados dos favores da administração. Assim, só o governo, exclusivamente elle, teria interesse em tal vandalismo, para impedir fossem os lastimaveis factos trazidos, em seus monstruosos detalhes á publicidade.

PRESIDENTE VARGAS

Registra-se hoje o aniversário natalicio do exmo. sr. dr. Getúlio Vargas, Presidente da República.

É um evento que enche de satisfação o coração de todos os brasileiros que sabem amar o Brasil e reconhecem o quanto tem realizado.

(...)

É com profundo entusiasmo que *A Gazeta* o jornal do Espírito Santo, formula ao egrério nataliciante, sinceros votos de felicidade.

A Gazeta, 19 de abril de 1941.

Outra publicação nascida na década de 1920 e que teve um papel importante nos anos em que Punaro Bley esteve à frente do governo no Espírito Santo foi a revista *Vida Capichaba*, fundada em 1923, por Manoel Lopes Pimenta e Elpídio Pimentel.

"Em uma época em que a imprensa tinha como uma de suas principais características a mescla com a literatura, o modernismo e a Semana de Arte Moderna de 1922 influenciaram o surgimento de várias revistas de vanguarda. No entanto, nenhuma dessas publicações influenciou de tal maneira a sociedade espírito-santense quanto a *Vida Capichaba*", afirma Mendonça. De acordo com Rostaldo, em artigo na internet,

> nos idos de 1930 sua postura exclusivamente literária foi alterada, apesar de continuar mantendo um espírito conservador ligado às elites. A revista já comportava matérias desenvolvidas por colaboradores independentes e não se responsabilizava pelas opiniões emitidas pelos mesmos, conferindo-os plena liberdade de pensamentos. A publicação de caricaturas também demarcava uma importante mudança, pois através dos seus desenhos e escritos, se afirmava como a mais pura e sutil forma de crítica e representação da sociedade.

Segundo Achiamé, espelho do modelo oligárquico-agrário-exportador, a revista refletia o caráter provinciano típico da elite para a qual sua produção era dirigida. Determinando as tendências da época e perpetuando uma mentalidade conservadora, *Vida Capichaba*, representava, oficialmente, o cotidiano espírito-santense. Um exemplo disso é que os negros e os operários não eram retratados pelo veículo. E caso fossem, isso acontecia de forma pejorativa. Para Achiamé (2007),

> a revista fazia a propaganda política nos termos considerados comuns à época – apresentar a chapa situacionista completa que sairia vencedora das eleições no mês seguinte. As esco-

> lhas políticas e 'eleitorais' já tinham ocorrido no âmbito do partido e competia ao 'eleitorado' a homologação da chapa de candidatos. Evidentemente, não ocorreu situação diversa – todos os indicados foram vencedores e reconhecidos pelo Congresso Nacional em abril (p. 92-93).

Vida Capichaba reunia o que havia de melhor no jornalismo e nas letras espírito-santenses, constituindo-se, assim, em preciosa fonte de indicações e informações sobre as décadas de 1920 a 1940 no Espírito Santo, considera, de outra forma, Bittencourt.

Ainda na década de 1930, no ano de 1938, nasceu *A Tribuna*, o segundo jornal de abrangência estadual que se mantém em circulação até os dias atuais, apesar de ter sofrido interrupções. Segundo Czartoryski, em entrevista às autoras, Reis Vidal, criador de *A Tribuna*, tinha idéias fascistas e, no início do conflito mundial, defendia os alemães e, principalmente, os italianos, o que acabou influenciando o posicionamento político do impresso na época da Segunda Guerra. "Havia uma firma alemã muito poderosa, a Arens & Langens, situada perto da Praça Costa Pereira, que importava e exportava produtos e agenciava navios. Havia suspeitas de que ela financiava o Reis Vidal na feitura de *A Tribuna*", relata Czartoryski.

O "sordado" já chegava descendo o cacete e não adiantava nem pedir "peredoa"

"Meu pai, Mesquita Neto, chegou do Rio de Janeiro, para trabalhar na tipografia da Estrada de Ferro São Mateus. Foi quando ele criou um jornal quinzenal, em 1927, inicialmente chamado *Kodac*, passando, depois, a se chamar *O Norte*. Era um jornal declaradamente opinativo e caracteristicamente político. Os anunciantes eram basicamente remédios: Biotônico Fontoura, Oléo de Fígado de Bacalhau, Pílulas Brasil. Durante os 15 anos em que esteve em funcionamento, *O Norte* se ocupava de notícias estritamente

locais", rememora Uchôa de Mendonça, em entrevista.

Segundo Mendonça, em 1941, Manuel Firmino, um pequeno produtor rural, teve seu carregamento de banana confiscado por um coletor estadual, Arquimínio Mota. Humilhado, ele chegou em casa e se enforcou. "Meu pai, então, publicou um artigo criticando as formas de cobrança de impostos no Brasil. Denunciado por Ailton Fundão, marido da irmã de minha mãe, o artigo chegou até Getúlio Vargas, e meu pai foi preso. Aí foi uma confusão. Nós todos (eu, meus irmãos e minha mãe) tivemos que voltar para o Rio de Janeiro porque não tínhamos dinheiro nem para comer".

Pressionado pelo governo, Mesquita Neto teve que publicar uma nota desmentindo que a causa do suicídio do agricultor foi a cobrança abusiva de impostos. "Mas a nota não teve exatamente o conteúdo exigido, porque meu pai lutava pela liberdade, ele não era comunista, como dizia o inquérito", acrescenta Mendonça.

Mesquita Neto ficou preso por seis meses e depois voltou a trabalhar no *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro. Fechou o jornal *O Norte*, vendeu tudo e só voltou para o Espírito Santo em 1948, quando a família Lindenberg adquiriu *A Gazeta* e o chamou para ser diretor.

Rádio

Assim como Getúlio Vargas, Punaro Bley também utilizou a tecnologia radiofônica como meio de propaganda do seu governo. De acordo com Martinuzzo (2004), a *Rádio Club Espírito Santo* transmitia solenidades e atos oficiais, muitas vezes até em ambientes públicos, como no Teatro Carlos Gomes, tornando-se, assim, um importante veículo político.

Apesar de a primeira emissora de rádio do Brasil ter sido fundada em 1923, o Espírito Santo só experimentou a nova tecnologia dez anos depois, com a fundação da primeira estação de radiotelefonia, sediada no centro de Vitória. Ainda assim, a *Rádio Club*

Espírito Santo funcionou em caráter experimental até 1939, tendo sua primeira transmissão oficial somente em 1940.

Nessa época, a *Rádio Club Espírito Santo* alcançava uma extensão equivalente à região da atual Grande Vitória e funcionava apenas algumas horas por dia. Com o intuito de expandir sua transmissão e para resolver o problema financeiro – a rádio era mantida por contribuições irregulares de seus associados –, a emissora foi transformada, ainda em 1939, em uma Sociedade Anônima (S.A.), passando a transmitir com a devida concessão do governo federal.

Em 1940, a *Rádio Nacional*, sediada no Rio de Janeiro e modelo de emissora para o restante do País, foi encampada pelo governo Vargas e, no ano seguinte, o governo estadual comprou todas as ações da Sociedade Anônima, o que era ilegal pela lei de radiodifusão. Nove anos mais tarde, a concessão foi dada ao Estado, pois a autorização para irradiar pertencia exclusivamente à S.A. Ao longo da década de 1940, conhecida como a "Era de ouro do rádio", a *Rádio Club Espírito Santo* chegou a ser considerada uma das rádios de maior prestígio do interior do País.

Últimas linhas

A mídia do Espírito Santo era um reflexo da sociedade da época e agia como instrumento determinante de tendências, referencial de atitudes, modelo a ser seguido, e não apenas uma representação do cotidiano. As publicações e programas de rádio se identificavam com a perspectiva reprodutora de interesses individuais ou de determinadas classes – sempre ligadas à elite –, funcionando como importantes mantenedores da ordem. A mídia estava inserida no contexto social, sendo utilizada pelas elites para transmitir seus padrões e interesses, reafirmando seu poder.

Referências

BITTENCOURT, Gabriel. **Historiografia capixaba e imprensa no Espírito Santo.** Vitória: Edit, 1998.

DORIGO, Claudio Vicentini G.; VICENTINO, Cláudio. **História do Brasil – volume único.** São Paulo: Scipione, 2007.

LANER, Vinícius Ferreira. **A lei de imprensa no Brasil.** In: Jus Navegandi. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=146>. Acesso em: 04 jun. 2008.

MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Diário Capixaba: 115 Anos da Imprensa Oficial no Espírito Santo.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

BOURGUIGNON, Juliana; REZENDE, Letícia; ARRUDA, Patrícia. *A Gazeta*: uma longa história de tradição e transformações. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de Jornalismo do Espírito Santo.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Rádio Club do Espírito Santo: memórias da Voz de Canaã.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2004.

ORTRIWANO, Gisela. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos.** São Paulo: Summus,

1985, p. 15-16.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. "*Vida Capichaba*"**: o retrato de uma sociedade – 1930.** Disponível em: <http://www.cchn.ufes.br/anpuhes/ensaio17.htm>. Acesso em: 12 abr. 2008.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder.** Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida (Ufes) – Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

Entrevistas

Carlos Vinícius Costa Mendonça – Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), em 14 de abril de 2008.

Gabriel Bittencourt – Historiador, professor de História, mestre em Direito, doutor em Ciências Jurídicas e Sociais; doutor, mestre e especialista em História do Brasil, em 19 de abril de 2008.

Gutman Uchôa de Mendonça – Jornalista e diretor do Serviço Social do Comércio do Espírito Santo (Sesc-ES), em 15 de abril de 2008.

Jean Carlos Simões Passos – possui graduação em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e especialização em História do Brasil pela Faculdades Integradas de Jacarepaguá (2006), em 3 de maio de 2008.

Marta Zorzal e Silva – Cientista social e professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em 16 de abril de 2008.

Anexos

A GAZETA

A GAZETA

Rendição Incondicional

Capitularam as forças remanescentes dos exércitos germânicos — Será expedido hoje — Dia da Vitória — o comunicado das Nações Unidas anunciando o fim da maior guerra na Europa — Regosijo em todo o Universo

Nossa homenagem

As operações no Pacifico e no Extremo Oriente

Café N= Um

Pós-guerra, pré-golpe: a mídia capixaba de 1945 a 1964

Janaina Silva
Roberta Duarte
Shamylle Alves
Sylvia Ruth

Em verdade, é a imprensa o espelho da sociedade de cada país, de cada região (BITTENCOURT, 1998, p. 87).

A Segunda Guerra chegou ao fim. Enquanto as tropas da Aliança, capitaneadas pelos Estados Unidos, vencedoras, e do Eixo[1] , derrotadas, voltavam para casa, Berlim era repartida entre as duas grandes potências da época, e o mundo começava a ter dois lados: o comunista soviético, liderado por Stálin, e o capitalista norte-americano, liderado por Roosevelt.

O Brasil, notadamente aliado ao poderio norte-americano, sentia o peso dos ares comunistas que "assombravam" a segurança nacional. A grande farsa do Plano Cohen[2] , armada pelo presiden-

[1] O Eixo constituía um dos grupos antagônicos da Segunda Guerra Mundial. Era liderado pela Alemanha de Adolf Hitler, pela Itália de Benito Mussolini e pelo Japão de Tojo Hideki e do Imperador Hirohito. Seus membros se referiam a ele como "Eixo Roma-Berlim-Tóquio", e seus inimigos eram os Aliados. Outros países menores também faziam parte do grupo.

te Getúlio Vargas, aniquilou qualquer tentativa de disseminação do comunismo no País.

No Espírito Santo, três grandes grupos políticos mediam forças nas eleições para governador, adiadas de 1945, com o fim da ditadura Vargas, para 1947, após a promulgação da nova Constituição. O primeiro grupo, formado pelas oligarquias cafeeiras, tinha como representante Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. O segundo, industrial-desenvolvimentista, tinha como figura principal o industrial Jones dos Santos Neves. Já o terceiro, que reunia os populistas, era representado por Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho.

Após vários anos do governo intervencionista de João Punaro Bley e de muita turbulência devido a quatro outras interventorias diferentes entre 1945 e 1947, aconteceram as primeiras eleições diretas para governador do Estado, para o período de 1947 a 1950. Saiu vitorioso Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, representante das oligarquias cafeeiras. Nesse momento, constituía-se a "mais duradoura liderança política do Estado"[3] .

As sacas de café que lotavam os galpões do Porto de Vitória continuavam sendo os maiores alimentadores da economia capixaba. O Estado era ainda muito agrário e, no interior, a população crescia velozmente. Mineiros e baianos, migrantes de seus estados de origem, engrossavam a fila de agricultores.

Nas eleições de 1950, venceu o candidato da situação, Jones dos Santos Neves. Em aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Santos Neves implantou o Plano de Valorização Econômica, preconizando uma outra direção para a economia estadual. Como dizia o governador, "os galhos cafeeiros eram fracos

[2] Plano Cohen: dossiê arquitetado pelo capitão Olímpio Mourão Filho, do Serviço Secreto Integralista, que forjava uma revolução comunista no Brasil. Alguns dizem que ele existia apenas para efeito de estudos, outros para justificar uma ação intensa contra os comunistas brasileiros.

[3] MEDEIROS, Rogério. O Velho PSD morreu, mas deixou suas raízes. Século Diário. Partidos do ES. Disponível em: <http://www.seculodiario.com/partidos/index_psd01.htm>. Acesso em: 19 abr. 2008.

demais para suportar a economia do Estado", conforme relatou Silva, em entrevista às autoras.

Entretanto, ele pagou caro por isso. Ao trazer gestores de fora do Estado para ocupar a Secretaria de Educação e a Prefeitura de Vitória, Jones dos Santos Neves provocou a insatisfação do PTB, que se retirou da aliança com o governo.

Além disso, os poderosos mandatários da oligarquia cafeeira, que o apoiaram durante as eleições, não viam com bons olhos o desenvolvimentismo industrial implantado por Santos Neves. Segundo eles, o Estado precisava investir em seu grande potencial: a agricultura.

Nas eleições seguintes, em 1954, ao tentar eleger seu sucessor, Eurico de Aguiar Sales, Santos Neves não obteve sucesso. Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho, assumiu o Palácio Anchieta, apoiado pelo PTB e pelo Partido Social Progressista (PSP). Voltava ao poder o grupo agropecuário capixaba.

No segundo mandato de Carlos Lindenberg, de 1959 a 1962, a economia capixaba se estabilizou. Quando Chiquinho retornou ao governo, em 1962, implementou o Plano Nacional de Erradicação de Cafezais Improdutivos. A medida, que visava a diversificar a agricultura do País, provocou êxodo rural e ajudou a promover a pecuária extensiva, aumentando o número de latifúndios capixabas. Por outro lado, o setor industrial aproveitou a oportunidade para iniciar definitivamente sua inserção na economia local.

Jornalismo na base do chumbo e do amor

Os desafios enfrentados por aqueles que se aventuravam no jornalismo capixaba nesse período, principalmente nos impressos, eram os mais variados. Iam desde dificuldades técnicas e financeiras até a ausência de pautas, isso para citar apenas alguns problemas.

A composição do jornal era manual, feita letra por letra, à base

de chumbo. Depois surgiram os linotipos, máquinas que recebiam o mesmo metal, porém derretido, que modelavam linhas inteiras para serem impressas. O processo era demorado, cansativo, não havia o pagamento de hora extra e a remuneração era insuficiente. Dormia-se muitas vezes dentro da própria redação, em cima do papel.

Em geral, os jornais apresentavam poucas fotos e muito texto. Não havia ainda os conceitos e a prática de divisão da publicação em editorias e diagramação das páginas. Era algo como "misture e leia". Segundo Czartoryski, em entrevista às autoras, na década de 1950 chegavam ao Estado pouquíssimos exemplares do *Jornal do Brasil*, do *Diário de Notícias* e da revista *O Cruzeiro.* "As notícias internacionais vinham duas vezes por mês por meio da BBC e de outras agências de notícias. Copiava-se alguma coisa dos jornais cariocas e do que se ouvia no rádio, mais especificamente no programa *Repórter Esso*", afirmou.

A formação profissional era conseguida com a experiência, uma vez que a criação do curso de Jornalismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) só ocorreria mais tarde, em 1975. Aliás, muitos profissionais posicionavam-se contra as faculdades de Jornalismo. Diziam que a profissão não se aprendia na escola e, sim, dentro da redação.

A falta de organização entre os profissionais é também mencionada por Czartoryski. De acordo com ele, os sindicatos surgiram muito tempo depois. "Foi muito difícil organizar alguma coisa. Não tinha força, era meia dúzia de 'gato pingado'", lembra.

Apesar de todos esses obstáculos, os jornalistas que vivenciaram ativamente esse período o fizeram com paixão, mesmo sendo vistos de forma negativa pela sociedade. "A gente não ganhava passagem, não ganhava nada. Era questão de amor, era um vício, uma cachaça. E virou uma profissão que não era bem vista pela sociedade. Diziam que jornalista era sinônimo de trambiqueiro, vigarista, picareta", contou Czartoryski.

A ausência de pautas estimulava a criatividade dos jornalistas. O repórter saía procurando o que escrever e, se não encontrasse, inventava. Muitas foram as notícias "inventadas" pelos jornalistas nessa época. "Era o tempo da cascata. Você criava e contava uma notícia. Então, nós tivemos o 'Homem da Capa Preta' e ninguém viu esse 'Homem da Capa Preta'. N*A Tribuna*, eu inventei o Citröen Negro, sem motorista e que passava à meia-noite pela Avenida Jerônimo Monteiro. E adaptamos o Citröen em que o motorista ficava abaixado. Realmente, você olhava e não via o motorista. Então a gente criava essas coisas para tentar motivar um pouco", lembrou Czartoryski.

Além dos impressos, o Espírito Santo contava ainda com poucas emissoras de rádio que, inicialmente, funcionavam de forma precária e deficiente, já que o alcance era restrito, e os equipamentos não eram de qualidade. A televisão, por sua vez, chegou ao Estado apenas na década de 1960 e também tinha sua funcionalidade prejudicada devido à tecnologia restrita.

Mídia, um instrumento da política

Separar a política partidária do que era produzido pelos meios de comunicação capixaba na conjuntura social do pós-guerra é praticamente impossível, principalmente quando se fala em jornalismo impresso. "No Estado, nós tínhamos uma predominância muito grande de partidos e de candidatos, e havia um enorme acirramento político. Entre os jornais da época, que eram, principalmente, *A Tribuna*, *A Gazeta*, *Folha Capixaba* e outros que surgiram depois, um era do PSP, outro, do Partido Social Democrático (PSD), outro, comunista e por aí vai. Os jornais se dedicavam praticamente à política, com um partido ou candidato guerreando com outro", explicou Czartoryski.

No primeiro mandato de Carlos Lindenberg, em 1947, o jornal *A Gazeta* "torna-se um porta-voz do governo", afirma Silva.

Na verdade, o jornal havia sido comprado por um "testa-de-ferro" de Lindenberg para atender às exigências do governo do PSD. *A Gazeta* tinha um público leitor bastante restrito, mais urbano e mantinha-se com o resultado da venda avulsa, pouco expressiva em relação ao todo que o jornal gastava, como é ainda hoje. Além disso, o periódico não possuía nenhum grande anunciante.

"*A Gazeta* era difícil de ler. O jornal era todo misturado. Possuía poucas fotos e muito texto. Um pastelão. Ainda assim, as coberturas eram boas e, na década de 1950, o jornal vai se profissionalizando", ressaltou Silva.

"*Folha Capixaba* é um jornal do povo", era o que dizia o editorial da primeira edição do periódico, que começou a circular em 1945. Tinha como proprietários João Calazans e Érico Neves. Todavia, a redação e a parte administrativa ficavam, principalmente, por conta dos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Apesar de mostrar claramente sua posição política e os candidatos que apoiava, a *Folha Capixaba* mantinha uma relação considerada diplomática em relação ao governo de Lindenberg e aos subseqüentes. No âmbito nacional, suas matérias acompanhavam as principais discussões políticas do período, como o retorno da democracia no Brasil e a extinção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Internacionalmente, seguindo a linha de seu partido, o jornal tratava de assuntos referentes aos países alinhados ao comunismo. "Sectária, defendia e endeusava Moscou como o suposto paraíso aqui na Terra", complementou Oleari, em entrevista às autoras.

Essencialmente voltado às camadas populares, o jornal dava destaque à área de esportes, além de publicar denúncias de problemas locais, divulgar eventos no Estado e artigos de membros do PCB.

Os jornais do interior também estavam envoltos nessa aura política que configurava os impressos da capital do Estado. *O Alegrense*, jornal oficial da Prefeitura Municipal de Alegre desde

1912, abordava assuntos de interesse político e de cunho geral. A revista *Vida Capichaba*, que também não ficou imune à onda política, abordava a vida social, a literatura, o cinema, o esporte e o carnaval no Estado.

Enquanto isso, a *Rádio Espírito Santo*, única existente no Estado, reproduzia os feitos do governo de Lindenberg, já que era um veículo estatal. Anteriormente, a rádio chamava-se *Rádio Club do Espírito Santo*, mas em junho de 1949, "através do Decreto nº 187, o acervo da estação foi incorporado definitiva e oficialmente ao patrimônio do Estado, e a emissora teve seu nome alterado para *Rádio Espírito Santo*" (NEGREIROS et al., 2004).

No governo subseqüente, de Jones dos Santos Neves (entre 1951 e 1954), a linha do PSD continuou ditando as regras do jogo. O jornal *A Gazeta* permanecia propagando as ações do governo, a ponto de fazer campanha para o candidato que Santos Neves apoiaria para as próximas eleições. "*A Gazeta* divulgava todas as obras do governo Jones, tudo o que ele fazia. Fazia declaradamente a campanha do Jones e também a do Eurico de Aguiar Sales. A cena principal é ocupada pelo PSD", conta Silva.

Já *A Tribuna*, devido às idéias fascistas de seu dono, foi empastelada e ficou muito tempo sem circular. No início da década de 1950, *A Tribuna* foi comprada por um grupo ligado ao Partido Social Progressista (PSP), do qual Ademar de Barros era coligado. Em um primeiro momento, o jornal fazia parte da base governista. Posteriormente, retirou seu apoio e passou a fazer oposição a Santos Neves. Na tentativa de inovar, *A Tribuna* iniciou uma série de reportagens que relatavam as deficiências dos bairros de Vitória, chamando a atenção para os problemas locais.

Em 1952, o jornal *Folha do Norte* começou a circular em Colatina. Com uma linha editorial bem definida, combatia o que era considerada a grande preocupação da época, o comunismo, sendo fechado temporariamente em 1956. Nesse mesmo contexto, porém em 1954, Manoel Lopes Pimenta vendeu a revista *Vida*

Capichaba para Élcio Álvares, Alvino Gatti e César Bastos.

"Chiquinho vem aí, Chiquinho já ganhou. Nós queremos Chiquinho para governador", embalava a campanha de Francisco Lacerda de Aguiar, Chiquinho, ao Governo do Estado. Apesar da intensa campanha de *A Gazeta* pela candidatura de Eurico Sales de Aguiar, Chiquinho foi eleito governador do Espírito Santo até 1958.

A Gazeta, declaradamente contra o populismo de Chiquinho, denunciava as falhas do então governador. "Todos os dias havia matérias contra ele e contra o seu governo. O jornal chamava o governo de Chiquinho de governo do descalabro", como ressalta Silva. *A Tribuna*, por sua vez, apoiava Chiquinho.

Em janeiro de 1955, chegava às bancas um novo número da Nova Revista *Vida Capichaba*. A pretensão era modernizar a revista, entretanto, com a saída de Élcio e Alvino a idéia não durou muito tempo.

O Diário

Outro jornal que se destacou e que é lembrado como a escola do jornalismo capixaba, foi *O Diário*. "Ele era um verdadeiro laboratório, serviu de grande renovação para o jornalismo capixaba", afirmou Anjos, em entrevista às autoras.

Sinônimo de liberdade e experimentação, o impresso começou a circular em 1955, dirigido por membros do PSD. Inicialmente, fazia oposição ao então governador Francisco Lacerda de Aguiar, mas, por problemas financeiros, o jornal foi comprado por Mário Tamborindegui, passando a favorecer o governador. No final da década de 1950, tendo à frente Renato Aguiar e Setembrino Pelissari, *O Diário* passa então para as mãos de Chiquinho.

"Trazia em suas seis páginas, quando começou a circular, assuntos de política, comércio, cultura, com destaque para cinema e esporte, além de informação nacional de modo geral" (ALVES et al., 2005, p. 155). Algumas vezes, seu conteúdo apresentava caráter sensacionalista, destacando, em suas manchetes, a violência urbana. Além disso, priorizava o colunismo social e utilizava tons agressivos quando o assunto eram seus adversários políticos.

O Diário foi pioneiro em vários aspectos, como, por exemplo, na veiculação de cadernos especiais. "No Espírito Santo, as noções modernas de jornalismo foram experimentadas primeiro em *O Diário*, onde pela primeira vez se desenvolveu a concepção de segundo caderno" (ANJOS apud ALVES et al., 2005, p. 160). Além disso, os profissionais que por lá passaram participavam de todas as etapas de produção da notícia, desde a apuração até a parte técnica. Muitos deles entravam no jornal por acaso e sem experiência alguma. Mas essa liberdade tinha um preço, o salário era pouco ou praticamente nenhum.

Durante o governo de Francisco Lacerda de Aguiar, surgiram também duas rádios que mais tarde fariam parte de um capítulo importante da história dos veículos de comunicação do Espírito Santo: a *Rádio Vitória* e a *Rádio Capixaba*.

Emissora da Arquidiocese de Vitória, a *Rádio Capixaba*, como ressalta Oleari, "começou a ficar marcada como uma emissora que professava a linha janguista". Por outro lado, a *Rádio Vitória*, do jornalista João Calmon, ligada ao grupo dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, defendia as classes dominantes. "A *Rádio Espírito Santo,* na verdade, como era a rádio oficial, não tinha coloração. Não tinha uma partidarização, como ocorreu com a *Rádio Capixaba*", explica Oleari.

Quando Lindenberg retomou o poder em 1959, o jornal *A Gazeta* se desprendeu um pouco do partidarismo e começou a trazer mais informação. Mesmo assim, as críticas ao ex-governador Francisco Lacerda de Aguiar estavam presentes no jornal, tanto que essas críticas rasteiras acabaram colocando Chiquinho em evidência, acarretando sua volta na eleição seguinte.

Francisco Lacerda de Aguiar retoma, então, o governo do Es-

tado, em 1962, com o lema "sem ódio e nem rancor nós queremos Chiquinho para governador". De acordo com Silva, "*A Gazeta* vai destilar um certo rancor do PSD contra o PSP, que era o partido do Chiquinho".

Naquela época, não existia veículo de imprensa sem orientação política clara. Todos eles tratavam abertamente de suas convicções nos editoriais e nas matérias do dia-a-dia. Com o agravamento das tensões políticas, a vida dentro das redações também se acirrava.

É nesse contexto que, no dia 8 de setembro de 1962, entrava no ar a primeira emissora de televisão do Estado, a *TV Vitória*, com transmissão ao vivo, direto da Praça Costa Pereira. No começo, a imagem era ruim, possuía um brilho intenso e com muita "chiadeira". As transmissões ocorriam apenas das 17 às 22 horas e reproduziam a programação nacional da *TV Tupi*. Com o tempo, alguns programas locais foram criados e exibidos ao vivo, já que a emissora não contava com a tecnologia do videoteipe (MARQUES et al., 2006).

Apesar de pertencer a Assis Chateaubriant, a *TV Vitória* chegou por iniciativa de João Calmon, que decidiu trazer a televisão para o Espírito Santo como uma forma de dar sustentação à sua campanha, já que queria se eleger deputado federal e seu nome não tinha expressão política. Juntamente com a *TV Vitória*, a *Rádio Vitória* foi utilizada na campanha de Calmon. O plano funcionou, e ele foi eleito deputado federal por duas vezes seguidas e, posteriormente, senador.

"Tá tudo sob controle"

Em âmbito nacional, as disputas se acirraram depois que Jânio Quadros renunciou. João Goulart, na China, precisou de um acordo político para assumir o governo. Embora Jango fosse oficialmente o presidente da República, grupos oposicionistas articulavam a tomada do poder.

No bar Marrocos, na Avenida Duque de Caxias, no centro de Vitória, discutia-se a história do País. Muitos comunistas assumidos falavam sobre João Goulart como um testa-de-ferro das intenções dos pelegos. "Eu ouvi de gente de dentro do movimento do Jango aqui, comunista fichado, que se eles levassem o poder, teriam que eliminar o Jango. Ou seja, existia um projeto para eliminá-lo", afirmou Oleari.

De outro lado, os conservadores intensificaram a defesa da família e dos valores morais da sociedade e, com a justificativa de que promoveriam o caos no País, afirmavam que os comunas não poderiam assumir a presidência.

Os indícios do novo rumo que o País tomaria tiveram início com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que ocorreu em março de 1964 em vários locais. No Espírito Santo, ela foi realizada no centro de Vitória.

O radialista Oswaldo Oleari nomeou as manifestantes da marcha capixaba de "senhoras desocupadas da Praia do Canto". Oleari apenas adaptou um comentário feito anteriormente pelo colunista Paulo Francis, do jornal *Última Hora*, às damas da sociedade capixaba. Ele não sabia, mas pagaria um alto preço por isso. Anos depois, já durante a ditadura, ele foi afastado de *A Gazeta*. "Fui punido e afastado porque o Paulo Francis – eu lia todos os dias no *Última Hora* – falou nas senhoras desocupadas de Copacabana, que participaram da Marcha com Deus pela Liberdade no Rio de Janeiro", contou.

Apesar de todas as manifestações pró e contra o governo João Goulart, o chefe militar, Assis Brasil, em quem o presidente Jango confiava, disse, então, uma frase célebre na crônica política: "Tá tudo sob controle". Mas não estava. Quando as tropas dos militares revoltosos anunciaram o golpe, não havia esquema militar nenhum para salvar o governo. "O Jango e o Brizola foram para Porto Alegre, resistir lá e o movimento acabou", conta Oleari.

O embate

Na manhã de 31 de março de 1964, as rádios e jornais capixabas já começavam a apontar sua posição favorável ou não à ditadura de coalizão civil-militar que acabara de tomar o governo.

A *Rádio Capixaba*, que desde o princípio assumia uma orientação pró-janguista, obviamente, não era a favor do golpe, mas também não aceitava se coligar nem na Rede da Legalidade nem na Rede da Democracia. "Nós, funcionários da *Rádio Capixaba,* não aceitamos entrar na Rede da Democracia. A gente também não queria entrar na rede do Brizola, que era a Rede da Legalidade. Então, o quê que aconteceu? Entra ou não entra? O que é que a gente faz?", lembra Oleari.

O então arcebispo de Vitória Dom João Batista da Mota Albuquerque, em reunião com os funcionários da rádio, deixou que eles próprios decidissem que rumo tomar. Oswaldo Oleari, Eleisson de Almeida e outros radialistas decidiram fazer um manifesto anunciando que a rádio trilharia seu próprio caminho.

Quando o radialista Eleisson de Almeida começou a proferir o manifesto, a rádio saiu do ar. "Aí ficou fora do ar um tempo. Depois voltou. Nessa primeira vez, a gente achou que era problema técnico. A gente não imaginava o que pudesse ser", disse Oleari. Eleisson de Almeida tentaria ainda mais duas vezes ler o discurso. Em vão. A rádio saiu do ar nas duas ocasiões seguintes. Então, eles desistiram de ler o texto. A censura acabava de se firmar como algo cotidiano na mídia.

Com a entrada do governo militar no comando do País, vários jornais foram perseguidos e fechados, inclusive o *Folha Capixaba*, que teve seu fim em 1964. Como ocorreu com toda a imprensa após o golpe, seu acervo foi apreendido e queimado, mas sua história não foi apagada, e o periódico é considerado até hoje uma escola de democracia.

Referências

ALVES, Ronald; DAL COL, Thiago. Uma paixão chamada *O Diário*. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

BISI, Ananda; BICALHO, Danilo; MANTOVANI, Melina. Impressões do Interior: de Mucurici a Presidente Kennedy. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

BITTENCOURT, Gabriel. **Historiografia capixaba e imprensa no Espírito Santo.** Vitória: Edit, 1998.

BOURGUIGNON, Juliana; REZENDE, Letícia; ARRUDA, Patrícia. *A Gazeta*: uma longa história de tradição e transformações. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

EIXO (HISTÓRIA). Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Eixo_%28hist%C3%B3ria%29>. Acesso em: 27 de mai. 2008.

FRANÇA, Ceciana; ZANOTTI, Daniella; PONTES, Fernanda et al. O Espírito Santo em revista. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

MARQUES, Marília; RODRIGUES, Sabrina; JUNIOR,

Wagner Carvalho. ...E a TV chega ao Espírito Santo. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Roda VT! A televisão capixaba em panorâmica.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2006.

MEDEIROS, Rogério. **O Velho PSD morreu, mas deixou suas raízes. Século Diário.** Partidos do ES. Disponível em: <http://www.seculodiario.com/partidos/index_psd01.htm>. Acesso em: 19 abr. 2008.

NEGREIROS, Amanda; FASSARELLA, Ana Paula; PROCÓPIO, Felipe Rébuli et al. A voz se fez, e não mais se calou. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Rádio Club do Espírito Santo: Memórias da Voz de Canaã.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2004.

PERRONE, Adriano; MOREIRA, Thaís Helena. **História e Geografia do Espírito Santo.** Vitória: 2005.

PLANO COHEN. Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Plano_cohen>. Acesso em: 24 abr. 2008.

TRINDADE, Carlos Calenti; MOURA, Karina; SILVESTRE, Luciana et al. Jornalismo Alternativo: da década de 40 aos dias atuais. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

ULIANA, Camila; RIBEIRO, Cimara; BARONE, Suellen. Comunicação: história de interesses e poder. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Balzaquiano: trinta anos do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (1975-2005)**. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

VIANNA, George;TETE, Gleyson; NUNES, Guido. *A Tribuna*: memórias de um jornal sem registros. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

Entrevistas

Adam Emil Czartoryski – Jornalista aposentado, em 3 de abril de 2008.

Carlos Lindenberg Filho – Proprietário da *Rede Gazeta*, em 15 de abril de 2008.

Marta Zorzal e Silva – Cientista Social e professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em 11 de abril de 2008.

Oswaldo Oleari – Radialista, em 11 de abril, por e-mail, e em 17 de abril.

Tinoco dos Anjos – Jornalista e atual diretor da TVE, em 17 de abril de 2008.

IX

A imprensa e os anos de chumbo

Gabriel Herkenhoff
Glacieri Carraretto
Manoela Pagotto
Mariana Batista

"Outra realidade menos morta, tanta mentira, tanta força bruta". Cálice (1973), Chico Buarque

O período entre 1964 e 1985 marcou a história do Brasil. Foram 21 anos envoltos em confrontos sociais e políticos, enquanto militares mandavam no País. No conflito entre oposição e repressão governamental estiveram presentes atos de censura, tortura e guerrilha, além de cassações e exílios.

As classes dominantes temiam o socialismo, que ganhava adeptos em todo o mundo em virtude da Guerra Fria, um momento de economias inconstantes e embates entre as ideologias capitalista e socialista. Com o pretexto de um possível golpe comunista, em abril de 1964, tropas militares de Minas Gerais e São Paulo saem às ruas. O presidente em exercício, João Goulart, é deposto e deixa

o País rumo ao Uruguai.

Os militares passaram a exercer o poder, e as medidas governamentais são estabelecidas por meio de decretos, os Atos Institucionais – os AIs. O primeiro deles, AI-1, transferiu todas as funções presidenciais aos militares, e o marechal Castelo Branco assumiu o cargo de novo presidente do Brasil.

De acordo com Vicentino (2002):

> a primeira medida resumiu-se na decretação do AI-1, que garantia ao Executivo amplos poderes, como o de cassar mandatos, suspender direitos políticos, aposentar funcionários civis e militares e decretar estado de sítio sem autorização do Congresso (p. 233).

Em 1967, o regime ganhava suporte legal, com a institucionalização de uma nova Constituição. O governo do general Arthur da Costa e Silva é imposto ao povo. No ano seguinte, é decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5) que, segundo Caldeira (1997), enrijeceu as posturas de repressão.

A partir do AI-5, ficou proibido protestar legalmente no Brasil. Os políticos oposicionistas que sobreviveram às cassações não poderiam sequer fazer discursos inócuos no Parlamento. A imprensa passou a ser censurada e a perseguição política chegou às universidades. Desesperados, os que insistiam em se opor ao regime seguiram o único caminho que lhes parecia possível: a luta armada. O governo, agora com o novo marechal no comando, não demorou para reagir, com um grande aparato militar extralegal, tortura e morte. Para os raros que conseguissem sobreviver e se exilar, recusava os passaportes (p. 324).

Considerado o mais duro e repressivo das duas décadas de regime, nos anos 70, o governo de Médici combateu fortemente protestos e greves, além de praticar uma severa política de censura. Jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras formas de expressão artística foram censurados, o que não impossibilitou, no entanto, a produção de críticas.

A economia crescia rapidamente. Com investimentos internos e empréstimos do exterior, foi criada uma base de infra-estrutura, gerando emprego e renda, era o "milagre brasileiro". Porém, o progresso foi realizado com empréstimos estrangeiros, que resultaram em uma enorme dívida externa, problema que foi "escondido" pelo nacionalismo e ufanismo estimulado na Copa do Mundo de Futebol, em 1970.

A abertura para a democracia iniciou-se lentamente com o general Geisel. E o AI-5 foi extinto no momento em que o País vivia o fim do milagre econômico e a insatisfação popular começava a se destacar.

Na presidência do general João Baptista Figueiredo, em 1979, cresceram as lutas pela democratização e a força dos movimentos populares. Durante os últimos anos de regime militar, a inflação em alta e a recessão agravaram o descontentamento. A oposição política aumentava com o retorno da pluripartidarização, na mesma medida em que os sindicatos se fortaleciam.

No ano de 1984, estudantes, trabalhadores brasileiros e políticos contrários ao regime se reuniram e foram às ruas no movimento das Diretas Já, em busca da aprovação da lei que regulamentava as eleições diretas para escolher o presidente da República. Apenas em 1985, o regime militar se encerra com a disputa entre os políticos Paulo Maluf e Tancredo Neves, na eleição para a Presidência. Em 1988, foi aprovada uma nova Constituição para o Brasil, que apagava os princípios da ditadura militar e estabelecia os pilares de um país democrático.

No Espírito Santo...

A administração pública fechada e excludente que se configurou no Brasil também teve seus reflexos no Espírito Santo. As mudanças eram cada vez mais perceptíveis tanto no âmbito polí-

tico quanto no econômico.

O militarismo controlava a sociedade, e a repressão policial tornava-se mais forte. Delações e perseguições políticas viraram fatos comuns de uma rotina cada vez mais obscura. No Estado, muitos andavam inconformados e lutavam pelo que parecia difícil de voltar, a democracia.

Segundo Moreira e Perrone (2007),

> setores da sociedade, sobretudo, professores, artistas, intelectuais, sindicalistas e, principalmente, estudantes, lideraram um movimento de resistência, que lutava pelo retorno à ordem democrática. (...) Em Vitória, os estudantes organizaram manifestações contra a ditadura, promovendo passeatas. (...) Sob a égide da Igreja Católica surgiram várias organizações não só contra o Regime Militar, mas que também desenvolveram trabalhos sociais. Muitas dessas pessoas sofreram ameaças, sentiram-se vigiadas, perderam o emprego, além daquelas que foram presas e torturadas (p. 136).

O governo federal definia os governadores biônicos de cada estado. Os indicados garantiram a manutenção da ditadura, uma vez que os governadores não tinham o poder nas decisões finais, que emanavam sempre do governo central. No Espírito Santo, Christiano Dias Lopes foi o primeiro a assumir o poder e, desde seu discurso de posse, o governador deixou clara sua posição de aliado às forças políticas que comandavam o País. Estávamos em 1967.

O governo de Lopes foi marcado pela erradicação dos cafezais, "que gerou, como conseqüência, um processo de êxodo rural, com o aumento desordenado da população da Grande Vitória" (MOREIRA e PERRONE, 2007, p. 138). Christiano criou uma política de incentivos fiscais, o que propiciou o desenvolvimento de grandes projetos no Estado.

No meio artístico, em vez de provocar retraimento, os primeiros anos de ditadura geraram uma verdadeira explosão criativa no País, notada, inclusive, em terras capixabas. Nos cinco anos do governo de Christiano, foi criada a Fundação Cultural do Espírito Santo, responsável por gerenciar a Biblioteca Pública Estadual, o Museu de Santa Leopoldina, a *Rádio Espírito Santo* e o Teatro Carlos Gomes.

O apresentador de TV e cartunista Milson Henriques, que também escrevia peças teatrais, foi convidado, na época, pelo governador, para ser diretor do Teatro Carlos Gomes. Em entrevista aos autores, Henriques ressalta a importância do convite para o crescimento da cultura no Estado: "Tive cinco peças censuradas. Mesmo assim, o governador me chamou para ser diretor do Carlos Gomes, ele tinha a mente aberta e sabia que o público de Vitória precisava de um espaço cultural. Aqui não havia o hábito de ir ao teatro, como ir ao cinema, pois não havia produção e investimentos. Passamos então a apresentar peças todos os finais de semana. Mesmo que não desse muita gente, havia espetáculo. Era uma opção para se divertir".

O cartunista conta ainda que o fato de ter aceito a proposta do governador fez com que ele fosse acusado por muitos revolucionários e estudantes de ter "mudado de lado". No entanto, apesar de trabalhar para o governo, Henriques não abandonou as críticas aos militares. As peças de teatro que escrevia eram, em sua maioria, peças infantis, que passavam despercebidas pela censura. Títulos como *A eleição na floresta* e *Boom da poluição* traziam mensagens de democracia e da presença de "pessoas ruins" na cidade. "A gente pensa que criança não entende as coisas. Mas elas sabem captar o que é importante", comenta Henriques.

Coutinho, em entrevista aos autores, conta também ter sofrido com a censura no teatro. "No Teatro Carlos Gomes havia duas cadeiras onde estava escrito 'censura'. Quando trabalhava no Grupo de Teatro Praça Oito, nós ensaiamos a peça *Navalha na Carne*,

na mesma época em que ela estava sendo feita no Rio de Janeiro e que a Polícia Federal a proibiu. Fizemos três espetáculos. Nós recebemos um telegrama dizendo que a peça estava impedida por atentar contra a moral e os bons costumes da família brasileira. A peça foi proibida em todo território nacional. A censura daqui foi quem proibiu. Nós pensávamos que não iria acontecer isso aqui, mas foi proibida", lamenta Coutinho.

Em 1971, assumia o poder Arthur Gehardt Santos. "Nesse período ocorreram mudanças que inseriram a economia capixaba não só nos circuitos nacionais da economia brasileira, mas especialmente na rota internacional da economia mundial" (SILVA, 2004, p. 75). Foram criados o Centro Industrial da Grande Vitória (CIVIT) e o pólo de confecções da Glória. Com o crescimento, surgiu a necessidade de novas vias de acesso à capital, o que deu início à construção da Segunda Ponte, interligando Vila Velha e Cariacica a Vitória.

Esse ritmo foi mantido durante todo o governo de Élcio Álvares até que, em 1979, Eurico Rezende assumiu o poder. Sua administração marcaria, então, o fim do regime militar. A crise econômica começava a abalar o País, e seus efeitos foram sentidos plenamente no Estado: um sistema financeiro quase falido e uma ditadura que ia, aos poucos, perdendo espaço.

Movimentos estudantis, sindicalistas e também religiosos ampliaram sua atuação e intensificaram a luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita. Coutinho conta ter ouvido de Dom Luiz Gonzaga Fernandes, bispo auxiliar de Vitória na época, o aviso: "Quem vai derrubar a ditadura é o povo, a burguesia e a classe média não se mexem, mas o povo está organizado". O regime militar já não se apresentava mais com toda sua força.

Imprensa e ditadura: apoio e combate

O período ditatorial marcou uma fase de profunda ausência das liberdades, destacadamente a de expressão. Fazer calar foi um dos

maiores crimes que a ditadura cometeu.

Durante esse regime político, a imprensa, sob a égide da censura, teve comportamentos contraditórios em relação à ditadura: se, em algumas ocasiões, foi opositora implacável, em outras, calou-se. Saiu vitoriosa quando a ditadura caiu, mas, inicialmente, mobilizou as classes médias para apoiar o golpe.

Antes de 1964, os grandes grupos de comunicação nacional mantinham-se favoráveis a uma mudança estrutural no governo brasileiro, posto que "o perigo vermelho" tomava conta do imaginário das elites. Estava colocada a condição que marcou uma preferência midiática pelo golpe: seu público era a elite que financiava as mídias.

Impresso e ditadura no Espírito Santo

Falar de mídia impressa no período de ditadura significa falar de luta, repressão, censura, omissão e de afirmação do poder das empresas de comunicação. No Espírito Santo, a situação não foi diferente, e podemos analisá-la a partir de algumas publicações locais, como *A Gazeta*, *O Diário*, *Jornal da Cidade* e o jornal alternativo *Posição*.

Apesar de a época do regime ditatorial ter sido um período de tensão dentro das redações, foi nesse tempo também que se estabeleceram as grandes empresas nacionais e locais de comunicação. Esses grupos assimilaram a censura oficial de maneira mais intensa, mais por questão de sobrevivência empresarial do que propriamente por ideologia, haja vista que a ditadura recaiu por todos os setores da sociedade brasileira que, de alguma maneira, discordavam do regime imposto.

A Gazeta na ditadura

A Gazeta vinha de uma tradição política ligada à direita, devi-

do ao envolvimento de Carlos Lindenberg, proprietário do veículo, com o PSD, partido pelo qual se elegeu governador do Espírito Santo por duas vezes (1947-1950 e 1959-1962). Com o golpe consolidado nos últimos dias de março de 1964, em abril do mesmo ano, assumiu o cargo de editor-chefe de *A Gazeta* o general Darcy Pacheco de Queiroz, irmão de Maria Lindenberg, esposa de Carlos Lindenberg.

Em 1965, entrava em vigor o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que, entre outras resoluções, instituiu a bipartidarização do cenário político nacional: de um lado a Arena, que congregava políticos vindos dos antigos partidos de direita brasileiros (PSD e UDN), e do outro o MDB, responsável por uma oposição hesitante devido ao endurecimento da repressão política. Lindenberg, seguindo sua tradição política, passou a integrar a Arena.

Contudo, a ligação entre a direção de *A Gazeta* e o partido de situação do período da ditadura não significou liberdade para os jornalistas do veículo. Pelo contrário, o decreto do AI-5 promoveu o aprofundamento do regime.

Em direção oposta à direção do veículo, os jornalistas daquele período eram majoritariamente ligados a um pensamento de esquerda, o que culminou com algumas prisões – como a do chargista Milson Henriques – e com um regime de censura forte dentro da redação. Segundo Henriques, o fato de ser uma figura conhecida, o impedia de sofrer ações mais severas dos policiais: "Eles não me deixavam muito tempo preso, pois eu era chargista de *A Gazeta* junto com o [jornalista] Janc [José Antonio Nunes do Couto]. Quando as pessoas viam que o Janc escrevia três dias seguidos, os leitores já imaginavam que eu estava preso, pois não estava escrevendo. Por isso, eles me soltavam para disfarçar a censura".

As notas vindas da Polícia Federal, que indicavam os assuntos proibidos de serem mencionados, eram anexadas em um mural decorado com uma tesoura de papel aberta. "Ali, penduravam-se as ordens de censura e, às vezes, até matérias produzidas que não

haviam passado. Era por esses bilhetes que se ficava sabendo das atrocidades do regime e das movimentações populares espalhadas pelo País" (BOURGUIGNON et al., 2005, p. 75).

A censura exercida dentro da redação partia de três fontes: da ordem oficial; dos editores, que queriam proteger seus cargos e suas vidas, e dos próprios jornalistas, que passaram a exercer uma autocensura. Dessa forma, a empresa conseguia garantir a circulação do jornal, mas, de fato, isso comprometia o seu conteúdo.

Foco de resistência

Durante todo o período ditatorial, essas foram instâncias de censura com as quais os jornalistas deveriam saber lidar. Alguns optaram por uma resistência mais discreta, outros partiram para o enfrentamento direto contra a ditadura, como foi o caso do jornal alternativo *Posição,* que circulou entre 1976 e 1979. Conforme Trindade et al. (2005),

> no dia 29 de outubro de 1976, com o lema "A imprensa independente é a única alternativa" é lançada a primeira edição do jornal Posição. Com a pretensão de ser um jornal diferente dos tradicionais veículos de comunicação da época, a primeira edição trazia as suas justificativas sob um editorial intitulado "um jornal do leitor" (p. 286).

O *Posição* foi um jornal responsável por fazer o que a imprensa tradicional não fazia no Estado, enfrentava a ditadura militar publicando matérias dos movimentos sociais e denunciando a censura. Por essas características ímpares, o jornal rapidamente tornou-se uma publicação importante para Vitória, chegando a ter uma circulação de 12 mil exemplares quinzenais, o que era muito para as pretensões do *Posição*.

Entretanto, foram essas mesmas características as responsá-

veis pelas crises do jornal. A aproximação com os movimentos de base incomodava alguns jornalistas, que queriam independência de qualquer força política. Além disso, seu embate direto com o regime militar inviabilizava o jornal comercialmente, afastando anunciantes, tornando a situação da publicação muito difícil.

Ademais, com a aproximação do declínio da ditadura militar, os meios tradicionais do Espírito Santo já não tinham que se submeter a um rígido processo de censura, o que fez com que o *Posição* fosse perdendo mais espaço. Ou seja, o processo de abertura iniciado com a revogação do AI-5 (de 1978) e com a Lei de Anistia (de 1979) fez com que o jornalismo alternativo do periódico perdesse sua capacidade de penetração, o que resultou em seu fechamento.

As outras publicações que circulavam em Vitória no período da ditadura eram os jornais *A Tribuna*, *O Diário* e o *Jornal da Cidade* e as revistas *Nova Revista Vida Capichaba* e *Espírito Santo Agora.* Devido ao seu porte e a suas opções editoriais, esses veículos, apesar de terem passado pelas dificuldades impostas por uma ditadura, sentiram a censura de maneira menos intensa.

O jornal *A Tribuna* passava por um período de dificuldades financeiras e de transição durante o regime militar e, por esse motivo, não foi tão atuante no cenário capixaba naquele momento.

O jornal *O Diário* representava o ideal de liberdade e experimentação que tanto almejavam os jornalistas. Era uma publicação tida como de esquerda, mas na verdade não tinha uma ideologia definida. A partir de 1969, focou-se na editoria de polícia.

Segundo Alves e Dal Col (2005),

> aí se registrou a maior venda do jornal na sua história (...). Com a cobertura dos crimes, o jornal, que tinha uma tiragem de 3 mil exemplares, passou a rodar de três a quatro vezes mais jornais por dia (...). O público capixaba aprendeu a ler jornal e a procurá-lo na banca (p. 159).

Foi um jornal inovador em relação à publicidade: era comum

na época o cliente fazer apenas um anúncio, porém *O Diário* criou contratos publicitários em que o cliente anunciava em um período de três a seis meses.

O *Jornal da Cidade*, antigo *O Debate*, seguia uma linha declaradamente conservadora, pois para seu fundador, se o jornal apoiasse a oposição não teria como sobreviver. *O Debate* surgiu em 1968 patrocinado pelo MDB, partido de oposição da época. Como conta Maia, em entrevista, "a gente descia a lenha, fazia uma oposição responsável, mas não dava muita trégua". Pouco tempo depois, *O Debate* foi vendido, passando a se chamar *Jornal da Cidade*, assumindo uma linha editorial bem diferente da anterior.

"*O Debate* era mantido por políticos de oposição, senadores, líderes políticos e rurais, mas, quando chegou o AI-5, perdeu o sentido investir no jornal, pois não podíamos publicar nada contra a revolução. Depois, ele foi comprado por Oswaldo Oleari, que o transformou em *Jornal da Cidade*. Nós tentamos fazer um jornal de polícia, mas não deu certo, porque o jornal tinha aquele ranço, e anunciante nenhum queria botar dinheiro ali. A gente tentou disfarçar, mas a cara era a mesma", relata Maia.

Depois disso, a publicação foi vendida para o radialista Djalma Juarez Magalhães e Maria Nilce dos Santos Magalhães, tornando-se um jornal de coluna social e variedades.

Rádio: outras preocupações durante a ditadura

De acordo com a Constituição vigente na época, rádio e TV eram freqüências reguladas pela União, a quem cabia fazer as concessões. Assim, se um desses veículos apresentasse uma programação contrária ao regime, a qualquer momento essa concessão poderia ser suspensa. Isso explica o fato do governo federal exercer forte influência sobre as mídias eletrônicas. Além disso, a disputa de espaço com a televisão fez com que diversas rádios se desestabilizassem por todo o País.

No Estado, eram as rádios *Capixaba* e *Espírito Santo* que detinham a maior parte dos ouvintes. Durante o governo de Jango, a *Rádio Capixaba* simpatizava-se com os movimentos sociais. De caráter popular, a emissora da Igreja Católica sustentava os pensamentos do Papa João XXIII, que exercia o pontificado desde o início da década de 1960. Eram divulgados ideais de divisão dos bens materiais, para que houvesse melhorias da condição social dos menos favorecidos. Com a chegada dos militares ao poder, a programação da *Rádio Capixaba* foi alterada, deixando de lado esses princípios.

Em declaração aos autores, Batista, que trabalhava como repórter na *Rádio Capixaba*, comenta as modificações que o governo militar passou a exercer no veículo. "A própria Igreja sofreu uma certa pressão. Na rádio, embora a maioria dos diretores não fosse considerada de esquerda, o padre Valdir, diretor comercial, por propagar os ideais do Papa João XXIII, foi chamado para comparecer no Terceiro Batalhão de Caçadores e tomou alguns 'petelecos na orelha' para se comportar. Tivemos, então, dificuldade para prosseguir nosso trabalho, e foi necessário reduzir o teor do nosso conteúdo".

Apesar de ter a vigilância da Polícia Federal, as restrições eram impostas de forma mais branda que nos jornais, principalmente por serem acatadas com maior facilidade. "Nas rádios, era só pedir para não ocupar o microfone. A própria direção já recomendava o que poderia ou não ir ao ar", lembra Batista. O jornalista-chefe da *Rádio Capixaba* na época, José Prado Coelho, repassava aos jornalistas o conteúdo dos ofícios que recebia, determinando os assuntos que não deveriam ser veiculados na programação.

Os militares não freqüentavam as rádios, apenas passavam e chamavam as pessoas, que eram levadas para o Batalhão ou para a Polícia Federal. No entanto, para evitar acusações, algumas vezes, os horários de trabalho eram trocados. "Chegávamos a passar um ou dois dias sem aparecer na rádio, pois tínhamos um certo receio de tomar uns 'petelecos'", conta Batista.

Havia na rádio quem fosse contra a ditadura, mas muitos abriram mão de ir contra o regime para manter seu emprego e renda, como ilustra Batista: "Eu queria ver o mundo mudar, mas quando me dei conta que tinha filhas para criar, preferi ficar calado e aceitar a situação que a gente estava vivendo. Era uma questão de sobrevivência. Não é que eu tenha deixado de acreditar nos valores que eu acreditava, eu apenas tive que me adaptar. E agüentamos esses caras por 20 anos", lembra.

Se até na *Rádio Capixaba* houve um certo tipo de conformação em torno dos mandos e desmandos da política militar, não poderia se esperar situação diferente da *Rádio Espírito Santo*, que pertencia ao próprio governo.

Com o governador Francisco de Aguiar, no início da década de 1960, a situação do funcionalismo público era caótica. Eram salários atrasados, greves e desordem no serviço público. Por pertencer ao governo (como até hoje), a *Rádio Espírito Santo* também sentiu essa crise. Sua programação era repleta de programas religiosos, pois os espaços eram vendidos às igrejas para que essa renda pudesse ajudar a manter o veículo.

Na gestão de Christiano Dias Lopes, foi criada a Fundação Cultural do Espírito Santo, que passou a administrar a emissora. Com o apoio da instituição, foram realizadas diversas mudanças, tanto na parte interna quanto para os ouvintes. A *Rádio Espírito Santo* passou a contar com uma renovada programação, espelhada nas rádios *JB* e *Mundial*. Os programas de auditório, sucesso dos anos 50 e 60, foram deixados de lado, uma vez que haviam sido "transportados" para a TV. Souza, que trabalhava na rádio, conta sobre a programação que foi então construída: "Nessa nova fase, os programas eram poucos, mas com muita música e informação, além de segmentos jovens. As músicas escolhidas eram tidas como 'de bom gosto', elitistas, como jazz e música clássica. Era um programa popular e que cumpria o papel de uma FM", declara.

Após mudanças na direção e o fim da Fundação, já em 1978,

essa programação tida como de "alto nível" foi deixada de lado e a rádio voltou a ter um estilo mais conhecido do público em suas músicas, conforme destaca Souza: "Antes, a programação era muito fechada, o padrão de qualidade era 'muito sério'. Músicas de cantoras como Alcione e Clara Nunes, por exemplo, não entravam na programação, supostamente, por não estarem de acordo com a emissora da Fundação do governo. Isso só mudou quando a Fundação deixou de administrar a rádio".

Em relação à produção jornalística, a mudança foi radical de 1971 em diante, assim que a Fundação passou a intervir na *Rádio Espírito Santo*. Entre os anos de 1964 a 1969, no início da ditadura, praticamente não havia jornalismo radiofônico na emissora. O departamento de jornalismo foi estruturado apenas quando a Fundação incentivou essa área, tendo como principal objetivo divulgar informações do governo. Segundo Souza, por meio da rádio, "foram realizados contratos com agências de notícias, e, a partir daí, os jornalistas tratavam a informação e mandavam para o ar".

Os diretores possuíam liberdade para contratar jornalistas e comprar equipamentos. Havia muita autonomia administrativa para obter tecnologias, equipamentos e jornalistas na produção das notícias. Quando a Fundação foi extinta, em 1979, último ano do governo de Élcio Álvares, essa autonomia também terminou. "O governador alegava que isso fugia do controle do Estado", conta Souza. O jornalismo, no entanto, manteve-se atuante, por meio de transmissões esportivas e parcerias com rádios do interior, deixando a programação mais popular.

A ditadura na TV

Trazida na década de 1950 para o Brasil, a TV apresentou-se como um meio de comunicação efetivo para o controle e a regulação da ditadura militar no País. As pioneiras TVs *Tupi, Record, Paulista* e a *Rede Excelsior* apresentavam uma programação incipiente e amadora, já que a maioria dos profissionais tinham migrado do rádio e não tinham muita experiência com imagens, e tornaram-se as bases da televisão no Brasil. Porém, algumas delas não sobreviveram à instalação do regime militar.

As forças armadas encontraram nos meios de comunicação uma grande ferramenta de manutenção e propagação da ditadura, tanto que milhões de dólares, de capital externo, a juros baixos, foram disponibilizados para montagem e ampliação das redes televisivas. Assim, aos veículos só restavam duas opções, ou apoiavam o novo sistema vigente, ou eram intensamente censurados pelos órgãos reguladores da época.

No Espírito Santo, a TV emerge na ditadura

No Espírito Santo, a TV surge pouco mais de uma década depois da primeira transmissão brasileira. O colatinense João Calmon, que à época estava construindo sua carreira política, foi o mentor da primeira emissora capixaba, a *TV Vitória*. Para prosseguir com o projeto, ele lança mão da venda de ações da emissora, um negócio arriscado a princípio, pois era um mercado em construção. No entanto, muitos empresários aderiram e investiram capital na sociedade em busca da ascensão social e política.

No dia 8 de setembro de 1962, acontecia a primeira exibição da emissora. Inicialmente, por falta de estrutura e profissionais com experiência, retransmitiam a programação da *TV Tupi*, primeira emissora brasileira, mas com o passar do tempo começaram a estruturar uma produção local.

Uma das primeiras exibições da emissora foi o "Bazar", apresentado por Eleisson de Almeida, Mauro Pitanga e Milson Henriques. Dentro do programa, Henriques apresentava o quadro "Fotos em Foco", em que alternava fotos e narrativas para falar e, na maioria das vezes, fazer críticas sobre assuntos de interes-

se público. Entretanto, o quadro não foi bem sucedido devido a interferências da Polícia Federal, o que causou a transferência do apresentador para uma sessão de entrevistas. Porém, suas perguntas inusitadas provocaram uma nova transferência. "Mudaram-me várias vezes de lugar, porque o que eu falava incomodava as pessoas que não queriam ser incomodadas, aí me passaram para um quadro infantil", relata Henriques.

Com a institucionalização do AI-5, assim como em outras mídias, a TV também passou a sofrer duras repressões para o mantimento da ordem. Telegramas enviados da Polícia Federal para as emissoras determinavam os assuntos que eram expressamente proibidos de serem mencionados. "A polícia mandava: 'proibido fazer qualquer menção à morte de índios em Mato Grosso', 'proibida a menção de tiroteios no Araguaia'; a gente não podia falar nada, ninguém podia falar nada, mas já sabíamos que o que tinha acontecido lá", comenta Maia.

A conquista do tricampeonato, em meio ao governo do general Médici, transformou-se em uma das mais eficazes propagandas institucionais desse presidente militar, pois todas as conquistas do esporte eram, automaticamente, relacionadas aos feitos ditatoriais. "O Médici era aquele cara que ia para o Maracanã, com o radinho, feliz e com sorriso. Não transparecia ser o diabo em forma de gente", comenta Batista.

As propagandas de cunho institucional, veiculadas em âmbito nacional, também eram muito presentes no Estado, pois as emissoras locais retransmitiam toda ou parte da programação dos canais nacionais para suprir falhas na programação que as TVs capixabas não tinham estrutura para produzir. Assim, slogans, como "Este é um País que vai pra frente", eram comuns ao povo capixaba. "Tinha aquele 'Brasil, ame-o ou deixe-o', que quase todo mundo tinha colado nos carros, mas o 'Brasiiiiiii' utilizado até hoje nas transmissões de futebol da Globo foi o que mais me marcou. Naquela época, onde você estivesse ouvia-se isso", relata Henriques.

A *TV Gazeta* foi inaugurada no ano de 1976, seguindo a mesma linha editorial do jornal *A Gazeta*, então o carro-chefe do que depois se transformaria na Rede Gazeta de Comunicação. Mesmo já dissociado do PSD, partido de direita que o apoiava, o jornal manteve sua postura política, e isso se transferiu claramente para a TV.

As TVs *Tribuna* e *Capixaba* entraram no ar nos anos de 1985 e 1989, respectivamente, não tendo participação efetiva na manutenção do regime militar, já que, quando surgiram, o Brasil já estava em processo de abertura política e fim da ditadura.

Referências

ARRUDA, José Jobson; ANDRADE, Nelson Piletti. **Toda a História: História Geral e História do Brasil.** São Paulo: Ática, 2004.

ALVES, Ronald, DAL'COL, Thiago, Uma paixão chamada *O Diário*. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

ARRUDA, Patrícia, BOURGUIGNON, Juliana, REZENDE, Letícia. *A Gazeta*: uma longa história de tradição e transformações. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

BOURGUIGNON, Vitor, CALENTI, Carlos, MOURA, Karina, MURARI, Renata, SILVESTRE, Luciana. Jornalismo Alternativo: da década de 40 anos dias atuais. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo.** Vitória: Imprensa Oficial do Es-

pírito Santo, 2005.

BOTACIN, Fábio, SANTANA, Roger, VIEIRA, Elaine. A televisão no Brasil e os primórdios capixaba e *TV Gazeta* – Trinta anos de uma longa história. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Roda VT! A televisão capixaba em panorâmica.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2006.

CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela história do Brasil.** São Paulo: Campanhia das Letras, 1997.

DITADURA militar no Brasil. Sua Pesquisa. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/ditadura>. Acesso em: 19 abr. 2008.

FALQUETO, Marcele, FERRI, Vitor, ROSALEM, Katarine. Tribuna – O papel do cimento na história da TV. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Roda VT! A televisão capixaba em panorâmica.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2006.

FREITAS, Kênia. *Jornal da Cidade*. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

MARQUES, Marília, RODRIGUES, Sabrina, JÚNIOR, Wagner Carvalho. E a TV chega ao Espírito Santo. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Roda VT! A televisão capixaba em panorâmica.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2006.

MOREIRA, Thais Helena; PERRONE, Adriano. **Espírito Santo História e Geografia.** 8. ed. Vitória: 2007.

SILVA, Marta Zorzal e. Dilemas e perplexidades do modelo. In: VASCONCELLOS, J.G. (Org.). **Memórias do desenvolvimento.** Vitória: Multiplicidade, 2004.

TEDESCO, Leandro, LOPES, Leonardo, LAUX, Luana, e MELO, Rodrigo. TVE - Entre mandos e desmandos. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Roda VT! A televisão capixaba em panorâmica.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2006.

VICENTINO, Cláudio. **Viver a História.** São Paulo: Scipione, 2002.

Entrevistas

Danilo Souza – Diretor de programação da *Rádio Espírito Santo*, em 24 de abril de 2008.

Glecy Coutinho – Jornalista e cineasta, em 31 de março de 2008.

Jair Batista – Jornalista, advogado e locutor esportivo, em 25 de abril de 2008.

Milson Henriques – Cartunista, escritor e locutor, em 25 de abril de 2008.

Paulo Maia – Jornalista, colunista de *A Gazeta*, em 16 de abril de 2008.

X

Os Grandes Projetos no desenvolvimento do Estado

Aidê Malanquini
Carla Sá
Jananda Soares
Lunélia Lima

PARTE I

O CONTEXTO ECONÔMICO

O capítulo anterior descreveu como a mídia se comportou durante o regime ditatorial, ressaltando suas relações com a política daquele momento histórico. Neste capítulo, vamos conhecer como a imprensa capixaba abordou o campo econômico, que na época passava por uma fase de transição e de importantes mudanças. Nesse período, houve uma abertura para a entrada de indústrias no País. "Quando os militares chegaram ao poder, abriram espaço para a entrada de capital estrangeiro visando a uma industrialização nacional", conta Pimentel, em entrevista às autoras.

No final da década de 1960 e meados de 1970, surgiram pla-

nos industriais para o Estado que modificaram radicalmente não só sua economia, mas também todo o campo social do Espírito Santo. Conhecido como o período dos "grandes projetos", o momento de ascensão das empresas Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale; Aracruz Celulose; e Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), atual ArcelorMittal Tubarão, foi o sopro de alívio na crise econômica provocada pela desvalorização do café, cultura que, até então, sustentava o Estado financeiramente.

Os problemas com a produção cafeeira arrastavam-se desde a Primeira República. Mas, em função da grande influência política dos produtores, a cultura do café não sofreu abalos determinantes. Na década de 1950, essa histórica começou a mudar: a cafeicultura entrou em uma crise, provocada por fatores planetários, e o Brasil iniciava uma nova onda de industrialização.

O governo federal, nos anos 60, promoveu uma política de erradicação de cafezais, destruindo plantações e pagando aos produtores mais do que seu cultivo renderia. O Espírito Santo, que, na época, tinha uma atividade industrial muito modesta, teve sua economia aniquilada e viu-se obrigado a buscar uma solução.

A fim de reestruturar a economia capixaba, o governo estadual criou órgãos de apoio, como o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. (Bandes). Criada em 20 de fevereiro de 1967, inicialmente com o nome de Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (Codes), essa instituição visava a minimizar o abalo causado pela política de erradicação dos cafezais, por meio de uma revitalização financeira do Estado. Segundo Bittencourt (1987),

> a criação de uma instituição financeira voltada para a promoção do crescimento econômico, que viesse a identificar e eliminar os pontos de estrangulamento da economia capixaba, implicou na formulação de uma estratégia de ação que teve como objetivo básico atingir uma alta taxa de crescimento e, simultaneamente, a correção dos desequilíbrios regionais (p. 229).

Além disso, a intelectualidade da época defendia que, para sair da crise e resolver os problemas, o Espírito Santo deveria dar o *big leap* (grande salto). Para atingir tal objetivo, acreditava-se que a solução mais viável era a construção de outras empresas do porte da CVRD – fundada desde 1942, porém sem grande destaque até o período dos grandes projetos industriais do Estado.

Em entrevista às autoras, Silva explica que se promoveu uma grande campanha propagandística. "Apresentavam o Estado como o 'El Dorado' nacional". Divulgavam-se amplamente as vantagens de localização do Espírito Santo, e logo surgiram interessados, uma vez que o Estado, além de estar situado na Região Sudeste, possui saída direta para o oceano Atlântico, o que poderia torná-lo um corredor de vazão de produtos, configurando uma facilitação para a instalação dessas empresas.

A idéia era fazer da industrialização um remédio para a "síndrome do patinho feio", igualando o Espírito Santo a seus companheiros de fronteira. "No sentido de tornar cada vez menor a disparidade entre a nossa renda interna e aquela da região mais rica do País, o eixo Rio de Janeiro-São Paulo, é que em 1972 dirigiremos cuidadosamente os investimentos do governo do Estado, orientando também a iniciativa privada para os setores de nossa economia que mais exigem estímulo e atenção", afirmou o então governador Arthur Carlos Gerhardt Santos em entrevista ao jornal *A Gazeta*.

Os "grandes projetos" foram então instituídos em terras espírito-santenses para "salvar" a economia estadual. Entre eles, destacamos neste capítulo os três de maior repercussão até os dias atuais. Como já foi dito anteriormente, CVRD, Aracruz e CST surgiram no cenário da época como a "galinha dos ovos de ouro", que, além de significarem ganho financeiro para governo e iniciativa privada, deram oportunidade de emprego para a população, o que gerou uma aceitação imediata do povo. O preço do progresso seria alto, como algum tempo depois foi confirmado, mas os capixabas

estavam dispostos a pagá-lo, desde que recebessem as vantagens esperadas. E isso se deve, principalmente, ao papel da mídia, como veremos a seguir.

PARTE II
O DESENVOLVIMENTO NA MÍDIA

Marcada pela censura da ditadura e pelo histórico de envolvimento político da direção dos principais jornais da época, a imprensa mostrou-se uma parceira na implantação dos "grandes projetos". Os principais jornais que formavam a grande mídia entre o final da década de 1960 e a de 1980 eram *A Gazeta*, *A Tribuna*, *O Diário* e o *Jornal da Cidade*. Havia também a mídia alternativa, formada principalmente pela *Folha Capixaba* (1945-1964) e pelo jornal *Posição* (1976-1979).

Criado em 22 de setembro de 1938 pelo jornalista paulista Reis Vidal e comprado no final dos anos 1970 pelo Grupo João Santos, o jornal *A Tribuna* carece de exemplares da época devido a um atentado feito à sua sede em 1981. Foram duas explosões que provocaram um incêndio, que destruiu o arquivo do jornal.

O *Jornal da Cidade*, fundado em 1972 a partir da compra do falido *O Debate* por Djalma Juarez Magalhães e sua esposa Maria Nilce, foi um jornal direitista e conservador. Não tinha estrutura empresarial e a maioria dos jornalistas trabalhava sem vínculos empregatícios, sendo remunerados semanalmente. O grande forte do jornal era a polêmica do colunismo social de Maria Nilce, que não se continha ao revelar os casos amorosos da alta sociedade e falar sobre as roupas e a vida das mulheres da alta sociedade. A defasagem tecnológica e o assassinato de Maria Nilce, em 1989, fizeram com que o jornal entrasse em uma fase de decadência e fosse definitivamente extinto em 1992.

Para mostrar como a mídia participou desse período de tamanha importância econômica para o Estado, utilizaremos publica-

ções de *A Gazeta*, *O Diário* e do jornal *Posição*.

A Gazeta

O jornal *A Gazeta* foi fundado em 1928, período do boom da cafeicultura no Estado. No final da década de 1940, o impresso foi comprado pela família Lindenberg. Como Carlos Lindemberg foi, por duas vezes, eleito governador do Estado (1947-1950 e 1959-1962), o jornal passou a ser porta-voz de seu partido político, o Partido Social Democrático (PSD), que, em 1964, aliou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Em 1964, início do regime militar, o general Darcy Pacheco de Queiroz assumiu o posto de editor-chefe de *A Gazeta*. Ele era irmão da esposa de Carlos Lindenberg, Maria Lindenberg, e de Eugênio Queiroz, diretor-comercial da empresa. Assim, seguiu-se o histórico de envolvimento político do jornal, agora sob as regras da ditadura.

A censura comandava o ritmo do jornal. Passos conta que havia um quadro onde todos os dias eram colocadas as determinações vindas dos órgãos de controle à imprensa. "Eram essas orientações, do que podia e não podia sair no jornal, que tínhamos que seguir", conta.

Havia também a censura feita pelos editores, que cortavam ou modificavam os textos dos repórteres, por apoio à ditadura e até por proteção pessoal, e a autocensura dos jornalistas, que já conheciam o tipo de filtro pelo qual suas matérias iam passar e escreviam de acordo com os critérios estabelecidos.

Apesar de toda essa contenção, eles não deixavam de usar a criatividade para tentar driblar os ditames da censura, divulgando mensagens sutis e metáforas. Alguns jornalistas eram chamados para esclarecimentos sobre as matérias e, às vezes, ficavam dois ou três dias presos para serem intimidados, como aconteceu por treze vezes com o jornalista Milson Henriques.

Em 1969, a empresa, já em uma nova sede, adquiriu um porte empresarial e, a partir de 1971, com o telex, passou a ter maior contato com notícias nacionais e internacionais. Entre 1972 e 1975, *A Gazeta* passou por uma reformulação jornalística empreendida pelo editor-chefe Marien Calixte e por jornalistas que participaram do programa de estágio do *Jornal do Brasil* (Sérgio Egito, Amylton de Almeida, Erildo dos Anjos, Élber Suzano, entre outros).

As principais inovações gráficas e editoriais foram: adoção de um novo modelo de paginação e diagramação, renovação do logotipo de *A Gazeta*, separação das matérias por editorias, inserção de editorial, charges e tirinhas, e criação de colunas de opinião destinadas aos articulistas.

A crise que atingiu o Brasil no final da década de 1970, com o fim do "milagre econômico", afetou o pouco prestígio que o governo militar ainda poderia ter diante da população, fortalecendo os movimentos sociais de contestação. Nesse contexto, a imprensa também contribuiu de modo significativo para atiçar o povo contra a ditadura, mas a questão econômica ainda era colocada sem grandes críticas.

De acordo com Passos, que trabalhou nos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*, na Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) e em outros órgãos do governo, isso aconteceu por causa da própria cultura da época. Ele explica que, como a industrialização foi uma necessidade econômica, a própria visão técnica de profissionais como economistas, sociólogos e engenheiros, era otimista. "Não havia cobranças, nem era contestada a forma de implantação dos grandes projetos", ressalta.

Em 1974, uma reportagem especial sobre os "grandes projetos" foi feita pela equipe de economia do jornal *A Gazeta*, com orientação do engenheiro Lélio Rodrigues, que, no período, era diretor do Banco do Estado. A cada domingo falava-se de um projeto e no dia 3 de maio de 1974 foi realizada uma "análise" do desenvolvimento do Espírito Santo:

> De 1960 a 68, o Espírito Santo assistiu ao que talvez pode ser considerado a sua pior crise econômica. Enquanto a falta de planejamento oficial se encarregava de deixar à margem o maciço bloco da população ligada a economia cafeeira, o Estado assistia impotente ao aviltamento dos seus recursos sociais e à evasão constante do seu potencial de mão-de-obra.
>
> (...)
>
> Assim o Espírito Santo iniciou a arrancada desenvolvimentista com a criação do Grupo executivo de Recuperação Econômica do Estado (Geres) – que posteriormente deu origem ao Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes). Em conseqüência, surgiram projetos concretos viabilizados pela Aracruz, os extensos projetos de reflorestamento e de exportações de minério da Vale e da dinamização do Porto de Vitória.
>
> *A Gazeta*, 3 de maio de 1974.

A matéria explicitava as condições naturais do Estado, como o imenso porto natural, as praias, as paisagens e as condições de mão-de-obra barata, afirmando que bastava apenas um esforço sério no sentido de viabilizar o que já estava praticamente pronto.

Constava na matéria que os "grandes projetos" tinham sido os maiores responsáveis pelas taxas de crescimento econômico do final da década de 1960 e do início de 1970. Além disso, explicava o que eram os "corredores de exportação", lançados pelo governo em 1972 e que tornaram o Espírito Santo a porta de saída para as produções agropecuárias de Minas Gerais e Goiás. Com isso, efetivou-se a vocação exportadora do Estado, o que, de fato, despertou o interesse japonês na participação do complexo siderúrgico em Carapina, formado por mais uma empresa italiana e duas empresas brasileiras, a Siderbrás e a CVRD.

Ao expor essa arrancada de exportação, a matéria registrava timidamente "o preço do progresso", citando a importância do cuidado com a expansão demográfica, por causa do êxodo rural: "É óbvio que a concentração nas cidades trará ônus: poluição ambiental, escassez de moradia, aviltamento das condições humanas, especulação imobiliária, encarecimento da mão-de-obra e conseqüentemente retração dos investimentos".

Nem sempre era possível aos jornalistas que trabalhavam nas redações da época expressarem todas suas inquietações e curiosidades. Daí, alguns buscarem outras formas de fazer críticas. Um exemplo é o jornalista Amylton de Almeida, crítico de cinema de *A Gazeta*, que produziu, em 1983, um dos vídeos de maior impacto do cenário nacional, *Lugar de toda pobreza*, que apresentava ao público a região da Grande São Pedro, com os bairros surgidos de um lixão proveniente do descuido social. O vídeo focalizava a rotina de famílias que migraram para a Grande Vitória em busca de melhoria de vida e acabaram catando lixo para sobreviver. As cenas fortes, com moradores revirando e comendo os detritos, fizeram com que o documentário fosse proibido durante a década de 1980 por "denegrir a imagem do Brasil".

O Diário

O jornal *O Diário* foi criado em 7 de julho de 1955, sob orientação de membros do PSD com o intuito de fazer oposição ao governo. Entretanto, no mesmo ano, ele foi comprado por Mario Tamborindeg, um empresário carioca que o fez apoiar o governador da época, Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho.

Entre 1955 e 1958, o jornal esteve focado nas matérias sobre política, sempre com o intuito de enaltecer o governador e atacar Lindenberg. No final dos anos 1950, a publicação passou para a mão de Chiquinho, sob a direção de Plínio Marchini. E em 1962, ano de eleição, o jornal publicaria diversas matérias com duros ataques à oposição.

O ano da virada foi 1966. Quando Chiquinho renunciou, Christiano Dias Lopes assumiu o governo, e o jornal passou a ser dirigido pelo jornalista Edgard dos Anjos. A partir daí, sem uma ideologia bem definida, a publicação passou a ser um espaço de liberdade e experimentação, sujeitando-se, contudo, ao sensacionalismo e à prevalência da editoria de polícia, com o objetivo de aumentar suas vendas.

No final da década de 1960 e início dos anos 70, a equipe do jornal era composta por muitos profissionais novatos; era como uma escola de jornalismo. Havia muita liberdade, mas a questão financeira passava por dificuldades.

A partir de 1971, *O Diário* ficou sob a direção do jornalista Cláudio Bueno Rocha, que teve a idéia de fazer um jornal vespertino, com o objetivo de anteceder a notícia do dia seguinte das publicações concorrentes. No entanto, essa mudança só durou seis meses.

O Diário foi pioneiro no Estado em falar de economia, dentro de um contexto em que o foco estava na editoria de política. Além disso, *O Diário* foi o primeiro a implantar as seções especiais, em 1957, e a montar um departamento fotográfico próprio.

Para a tristeza de muitos jornalistas que puderam experimentar a liberdade do jornal, as dificuldades financeiras fizeram com que, em 1980, *O Diário* deixasse de circular. Para mostrar como *O Diário* reportou o desenvolvimento do Espírito Santo utilizaremos notícias dos anos de 1969 e 1970, único período em que há edições do jornal no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

Em julho de 1969, uma matéria foi publicada mostrando certa inquietação com relação à transformação econômica pela qual o Estado estava passando. Percebia-se grande preocupação com a decadência do café e também com o fato de não se apontar ainda o estabelecimento do novo paradigma marcado por grandes projetos

destinados à exportação.

A reportagem questionava os problemas da falta de energia e de estradas, ao mesmo tempo em que projetava esperanças no potencial turístico do Espírito Santo. A linha fina trazia a seguinte expressão: "Tínhamos uma grande riqueza, o café. Já não temos. Tínhamos um grande futuro. Já não temos. Tínhamos grandes esperanças. Talvez já não a tenhamos" (*ver anexo 1).*

Também nos dias 14 e 15 foram publicadas n*O Diário* matérias que retratavam a importância dos incentivos fiscais para o desenvolvimento do Estado (*ver anexo 2*).

A criação de novos postos de trabalho nas grandes empresas de exportação do Estado era normalmente mostrada como uma esperança de desenvolvimento, crescimento e possibilidades de novos empregos. O enfoque sempre ficava nos números de produção e exportação e na inauguração de portos e usinas.

Não era muito comum a publicação de reportagens com análises, por exemplo, da relação entre a mudança econômica e os efeitos sociais desse novo cenário produtivo. Entretanto, em novembro de 1969, *O Diário* publicou um especial com a seguinte chamada de capa: "A capital estrangulada" (*ver anexo 3*).

A reportagem "Vitória, a capital estrangulada" trazia o seguinte questionamento: "Para onde vão esses municípios [Vitória, Vila Velha e Cariacica] com seus bairros em desenvolvimento desabalado? (*ver anexo 4*).

O especial apontava as demandas sociais em virtude do crescimento demográfico, assinalando a formação de aglomerados populacionais, como em Jardim América, Campo Grande e Itaquari, onde, por exemplo, as construções se proliferavam de maneira desordenada.

> Dentro dos próximos 30 anos, forçosamente, teremos necessidade de construir mais duas pontes para o continente, de urbanizar a zona sul da Ilha de Vitória (contorno), instalar redes de água e de esgoto capazes de suportar a nova densidade populacional, afastar do centro nevrálgico da Ilha o tráfico de transporte coletivo e ainda a médio prazo estabelecer zonas de estacionamento, bem como novas vias de acesso e circulação para abrigar o sempre crescente número de veículos.

Posição

Criado em 29 de outubro de 1976 pelos jornalistas Robson Moreira e Jô Amado, o impresso *Posição* nasceu com o objetivo de ser diferente dos jornais tradicionais da época. Em sua primeira edição, sob o título "O jornal do leitor", o editorial explicava o propósito da nova publicação:

> Afinal, *Posição* saiu. E está em suas mãos. Será *Posição* um jornal diferente? Sim. Porque é um jornal de jornalistas. E não de um industrial, de um empresário. E também, porque queremos que, deste jornal, o leitor faça o seu jornal. Participando como quiser e puder. Escrevendo crônicas, poesias ou reportagens, desenhando ilustrações, criticando o nosso trabalho ou estimulando a nossa posição. Desse diálogo entre leitor e jornalista, nascerá, com certeza, uma notícia mais representativa das aspirações do leitor. Das suas aspirações. E das de seus amigos. E da sua comunidade. O jornal, portanto, será aberto: suas noticias serão noticias do leitor. Este, no momento, nos parece o método mais democrático de fazer jornal.

Como um jornal independente e alternativo, o *Posição* contestava o poder político-econômico apoiado pelos veículos da época. Foi um jornal de enfrentamento à ditadura, em que se discutiam questões que não saíam na grande imprensa ou eram retratadas com outro olhar. Em entrevista às autoras, Namy Chequer, jornalista e colaborador do jornal na época, conta que "encontrar ques-

tionamentos ou críticas ao modelo político e econômico desse período [década de 1970], só mesmo em jornais alternativos como o *Posição*".

O jornal era financiado por sua vendagem e pela veiculação de anúncios. Com periodicidade quinzenal e uma tiragem em torno de três mil exemplares, o impresso tinha um público formado basicamente por estudantes, lideranças políticas e intelectuais da época.

Em seu primeiro ano, o jornal passou por uma fase em que buscou se distanciar de partidos políticos e de outras organizações, adotando uma linha editorial com pretensão de imparcialidade. Posteriormente, agregou novos colaboradores, como intelectuais e participantes de movimentos sociais. Em seu último ano, o jornal passou por uma mudança radical e profunda, assumindo um viés mais partidário a fim de escandalizar o cenário político. Tal mudança provocou divergências entre seus integrantes e, em 4 de maio de 1979, o *Posição* publicou sua última edição.

Foi nessa esfera alternativa da mídia que encontramos publicações sobre temas que não apareciam nos tradicionais jornais da época.

Preocupação com o dinheiro público

Em junho de 1977, foi publicada no jornal *Posição* uma reportagem de Luzimar Nogueira Dias questionando os repasses de dinheiro público do Bandes a terceiros. Com o título "Desenvolvendo quem? Financiando o quê?", a reportagem mostrava que dos 77 empreendimentos implantados ou expandidos com financiamento do banco, 24 já haviam solicitado incentivos fiscais para reduzir encargos e sete paralisaram suas atividades. A matéria ressaltou a importância dos cuidados a que se obriga uma instituição que repassa dinheiro público e investigou a implantação de projetos suspeitos.

Ecologia

Falar em questões ecológicas era raridade na mídia daquela época, mas encontramos na edição de 6 de março de 1977 do *Posição* uma matéria de ecologia sobre o material divulgado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), que pregava "a conscientização florestal", lançando o plantio de 2.500 pés de eucalipto, em São Gabriel da Palha. A matéria questionava o porquê de se limitar ao reflorestamento, uma vez que a questão era a preservação como um todo. "Não seria o caso de lançar uma campanha para tentar mudar a atual mentalidade predatória vigente, que pensa, antes de mais nada, em arrasar a área que se pretende ocupar? De tentar difundir a mentalidade conservacionista demonstrando precisamente a diversidade inerente à conservação de uma floresta?".

Acidentes de trabalho

Muitos acidentes aconteciam nas obras das grandes empresas devido à precariedade ou ausência de equipamentos de segurança. Alguns dos desastres apareciam sucintamente na mídia, outros nem eram relatados. Em 28 de maio de 1977, o jornal *Posição* publicou uma reportagem abordando a questão do encobrimento e das distorções das notícias sobre os acidentes de trabalho.

> No dia 18 de maio, em meio a estrondosa publicidade, realizava-se em Vitória, sob patrocínio da CVRD, uma Convenção de Prevenção de Acidentes de Trabalho. Por uma coincidência trágica, pouco mais de uma hora antes, um operário, vítima de acidente de trabalho, morria em circunstâncias estranhas na Santa Casa. Sua morte não foi noticiada pela mídia.
>
> *Posição*, 28 de maio de 1977.

A matéria ainda denunciava que, "segundo um dos advogados do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, a prevenção de acidentes de trabalho não funciona, 80% dos acidentes são devidos à absoluta falta de segurança".

Ironia

Henriques conta que trabalhar em um jornal alternativo era bom porque o que ele não conseguia publicar na grande imprensa, ele colocava no *Posição*. Para ilustrar a situação do capixaba na época, por meio da charge, Henriques ironizava questões sociais, políticas e econômicas da época, envolvendo também as questões de saúde, de violência, da ditadura, dos serviços públicos e dos impactos ambientais.

PARTE III
AS GRANDES EMPRESAS NA MÍDIA DA ÉPOCA: CVRD, ARACRUZ E CST

Criação e desenvolvimento da Companhia Vale do Rio Doce

O acirramento da Segunda Guerra motivou negociações entre Brasil, Estados Unidos e Grã-Bretanha, que culminariam com a assinatura dos Acordos de Washington, em março de 1942. Essas transações visavam à cooperação mútua nos esforços de guerra e na exploração de recursos naturais no Brasil, envolvendo a encampação e melhoria da Estrada de Ferro Vitória a Minas e a exploração das minas de Itabira por uma companhia brasileira.

Com isso, em 1º de junho de 1942, o presidente Getúlio Vargas expediu um Decreto-Lei criando a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Os primeiros anos da Companhia foram marcados por diversas limitações, como explicam as reflexões de Mascarenhas: "A Vale começou do nada, com minas em que a extração se fazia

com picaretas e o minério era transportado em lombo de burro até uma estrada de ferro precária, com atrasos e paralisações por todos os motivos concebíveis" (SILVA, 2004, p. 206).

Só a partir da década de 1950 é que a Vale inicia sua trajetória de consolidação, expansão e conglomeração. De acordo com Silva, podem se identificar quatro grandes etapas de desenvolvimento da empresa: a) anos 50: construção da estrutura física e empresarial e consolidação no mercado mundial; b) anos 60: expansão, desenvolvimento tecnológico e afirmação de sua posição no mercado transoceânico; c) anos 70: diversificação para outras áreas de atividades e ampliação da tendência à conglomeração iniciada na fase anterior; d) final dos anos 70 e início dos 80: aprofundamento da tendência à diversificação e conglomeração com abertura de novos horizontes no campo da mineração.

Em 1961, a empresa realizou os primeiros contratos de longo prazo com consumidores italianos e argentinos e, no ano seguinte, com japoneses e alemães. No contrato com os japoneses, foram negociados 50 milhões de toneladas de minério para entrega em 15 anos sob a condição da construção, pela CVRD, de um novo porto na Ponta de Tubarão. Assim, em 1º de abril de 1966, foi inaugurado o Porto de Tubarão, em Vitória, tornando a Companhia ainda mais competitiva no cenário mundial.

No ano de 1962, as publicações do jornal *A Gazeta* foram voltadas para a exposição dos resultados nas negociações realizadas pela CVRD, divulgados, normalmente, em pequenas notas que relatavam os números da empresa. No dia 10 de outubro deste ano, foi veiculada uma pequena nota na capa expondo os índices de exportação da Companhia sob o título "Vale do Rio Doce consegue novos índices em exportação de minério".

Na cobertura de *A Gazeta* sobre a inauguração do Porto de Tubarão, percebe-se que o assunto tomou conta de quase toda a capa do jornal, já que quatro chamadas da primeira página foram sobre a efeméride. Mas, em todas elas, a cobertura divulgava, principalmente, as personalidades do governo (ver anexo 5).

1) "Castelo Branco hoje em Vitória para inaugurar Cais de Tubarão": a matéria era puro colunismo social, comentando os passos do presidente que chegara à Vitória.

2) "Eliezer Batista chega hoje para inauguração do Cais de Tubarão": era uma verdadeira exaltação à figura do engenheiro com agradecimentos por seus trabalhos na CVRD. Ele foi funcionário da Vale por 12 anos até chegar a presidência da empresa, em 1961, da qual foi afastado em 1964, retornando ao cargo em 1979, permanecendo nele até 1986.

3) "Governo Rangel inaugurou novo ramal rodo-ferroviário": a matéria também se voltava para as personalidades do Governo sem, sequer, citar o que era o novo ramal rodo-ferroviário.

4) "Deputados da Arena contrários a atitude da CVRD": apesar do título ter um ar de contestação a alguma atitude da Vale, era apenas uma nota oficial da Arena em protesto à lista de convidados para a solenidade da abertura do porto, na qual não constavam seus deputados.

Nos dias seguintes à inauguração, as coberturas e matérias noticiavam o mesmo enfoque.

A partir de meados da década de 1960, diversos investimentos industriais emergiram, destacando-se a instalação de usinas de pelotização, que entrariam em operação nos anos 70. A maioria dos investimentos foi realizada pela associação dos capitais estrangeiro, nacional e estatal, na forma de empresas *joint-ventures*[1] , coligadas e/ou controladas pela CVRD.

Apesar de o jornal *A Gazeta* normalmente dar enfoque aos benefícios trazidos pela Vale, no dia 13 de agosto de 1969 foi noticiado (com direito a uma chamada na capa do jornal) um desastre

[1] Contrato entre duas ou mais partes para desenvolver um projeto em conjunto. A criação de joint-ventures é freqüente quando empresas com tecnologias complementares desejam criar um produto ou serviço que aproveite as potencialidades de cada um dos participantes. Uma joint-venture limita-se, geralmente, a um único projeto e distingue-se de sociedades que constituem as bases para cooperações em diversos projetos.

com um trem de minério da Companhia no Porto de Tubarão. A notícia tratava de alguns prejuízos causados pelo desastre, sem muitos detalhes do acidente, mas apontando a possibilidade de vítimas, fato negado por representantes da Estrada de Ferro Vitória a Minas. A matéria também informava que a Companhia Vale do Rio Doce não divulgara nenhuma nota a respeito do acidente (*ver anexo 6*). O jornal *O Diário* também veiculou a omissão da Companhia diante do acidente *(ver anexo 7)*.

No mesmo mês, foi publicada no jornal *A Gazeta* uma reportagem sobre o Porto de Tubarão, cujo objetivo era exaltar sua importância para o Espírito Santo e o para o País. A matéria apontava claramente Tubarão como a esperança para o Estado, sem considerar qualquer tipo de problema que o terminal pudesse causar ou que já tivesse causado. A segurança do porto, por exemplo, foi qualificada como máxima, o que desconsiderava, por exemplo, o próprio acidente ocorrido e cuja informação fora publicada no jornal 15 dias antes desta reportagem (*ver anexo 8*).

Ele está em constante expansão. Sua expressão econômica é incalculável. É o responsável pela tarefa de amealhar divisas do mais alto grau de importância em nosso programa de exportações. Trata-se de um orgulho nacional. E está situado no Espírito Santo.

(...)

Sua construção foi iniciada com o objetivo de substituir o porto de Vitória na tarefa de exportar minério. O Porto de Vitória estava limitado a um embarque de 10 milhões de toneladas por ano, não dando vazão a tôda produção proveniente do esquema de extração. O nôvo cais possibilitou, ainda, o atrancamento de navios de grande tonelagem, enquanto o Porto de Vitória só abrigava embarcações de 36 a 45 mil toneladas, desestimulando a maioria dos países a transportar tão pouco minério em rotas tão grandes.

(...)

Quem vê o pôrto de Tubarão hoje, depara com uma verdadeira cidade que já se alonga pelo interior da baixada Carapina. Lá se acha um quebra-mar de grande resistência , um cais de atracação, um pátio de estocagem e transporte de minério, o pátio ferroviário que recebe as composições da Estrada de Ferro Vitória-a-Minas é um grande conjunto de prédios administrativos.

(...)

Todo o sistema é dotado da maior flexibilidade operativa, bem como os dispositivos de automatização e de intercomunicações elétricas que garantem um máximo de continuidade e segurança.

(...)

O Pôrto de Tubarão é o orgulho que o capixaba mostra a todo o país. Mostrando que o Espírito Santo não é tão esquecido a ponto do pessimismo vir suplantar a esperança.

A Gazeta, 18 de agosto de 1969.

Todo o progresso e desenvolvimento da Vale era mostrado pela imprensa do período. E um dos pontos que não deixavam de receber análises e comentários era a importância do presidente da Companhia. Em 27 de setembro de 1969, foi publicada uma matéria sobre a "excelente" administração do engenheiro Raimundo Mascarenhas, que assumira a presidência da CVRD, ocupada anteriormente pelo Ministro Dias Leite (*ver anexo 9*).

A partir da década de 1970, a CVRD, que começou a passar por uma política de distribuição de investimentos, tinha dois objetivos básicos: diversificar uma série de alternativas na área mineral e estabelecer vínculos mais fortes com seus consumidores internacionais. Em julho de 1971, a Vale criou a subsidiária Rio Doce Geologia e Mineração S.A. (Docegeo) para ingressar no campo de prospecção e pesquisa mineral de novas jazidas em todo

o território nacional. Todo o conhecimento do subsolo brasileiro adquirido por meio das pesquisas da Docegeo constituiu uma estrutura fundamental para o sucesso da política de diversificação da Companhia. "A Docegeo tornou-se a empresa brasileira com maior experiência acumulada em termos de pesquisa e prospecção mineral, tendo sido responsável pelas descobertas de alguns dos mais importantes depósitos existentes no País" (SILVA, 2004, p. 241).

Das articulações realizadas com seus principais consumidores, foram firmados acordos com empresas italianas, japonesas e espanholas para a constituição de empresas coligadas de pelotização, por meio do modelo joint-venture. Assim, foram criadas as seguintes instituições: Companhia Ítalo-Brasileira de pelotização (Itabrasco), em abril de 1973; Companhia Nipo-Brasileira de pelotização (Nibrasco), em janeiro de 1974; e Companhia Hispano-Brasileira de pelotização (Hispanobrás), em junho de 1974. Todas essas usinas foram instaladas próximas ao complexo portuário de Tubarão e iniciaram a produção, respectivamente, em julho de 1977, maio de 1978 e janeiro de 1979.

Para a Vale conciliar a produtividade com a sua estrutura básica, era fundamental construir uma infra-estrutura logística. Por isso, nas primeiras décadas de sua trajetória, foi iniciado o que hoje é denominado Sistema Sul, que envolve a extração de ferro nas minas de Minas Gerais, a Estrada de Ferro Vitória a Minas e o Terminal de Tubarão.

Em meados dos anos 70 foi construído o Sistema Norte, formado pelas jazidas da Serra dos Carajás (Pará), pela Estrada de Ferro de Carajás, pelo Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (Maranhão), pelo Complexo de Alumínio no Amazonas e pelas indústrias de transformação de bauxita em alumínio primário de Barcarena (Pará).

Em entrevista à revista *Brasil Mineral*, em 1985, o presidente da CVRD durante duas gestões (1961-1964 e 1979-1986), Eliezer

Batista, considerou que "desde sua origem, a Vale foi criada para gerar divisas e, assim, ser um instrumento de desenvolvimento do País. [...] Depois, na década de 1970 – e agora mais enfaticamente – começamos a diversificar para diminuir essa vulnerabilidade de depender de um só produto" (apud SILVA, 2004).

Assim, a empresa organizou-se por meio de quatro tipos de empreendimentos: operações próprias, empresas controladas, empresas coligadas e participações estratégicas. Esses empreendimentos abrangem sete segmentos explorados pela Companhia: minério de ferro, pelotas e manganês; transportes e operações portuárias; siderurgia e metalurgia; bauxita, alumina e alumínio; pesquisa mineral e minerais não-ferrosos; madeira, celulose e papel, e escritórios comerciais.

Os "homens de ferro"

Em seus primeiros 43 anos de existência, era difícil que algum funcionário da CVRD criticasse a empresa. Silva (2004) explica que a estratégia predominante da Vale, em termos administrativos, "materializou-se na manutenção de uma política de pessoal voltada à qualificação e treinamento constante dos quadros, ao lado de uma gestão que se manteve atualizada com as mais modernas técnicas de administração empresarial".

Trabalhar na Vale era um sonho, e sua realização, um orgulho. Jorge Varejão, funcionário da CVRD na década de 1970, conta que "era excelente ser funcionário da Vale. Tínhamos muitos benefícios e éramos até mais respeitados socialmente quando estávamos de uniforme". Porém, ressalta a situação atual: "Hoje não é mais assim, não se tem mais a mordomia de uma estatal, mas o que melhorou muito foi a questão dos equipamentos de segurança, pois naquela época não havia preocupação com isso".

Apesar da satisfação da maioria dos funcionários da CVRD, em meados dos anos 70 já existiam contestações envolvendo os direitos trabalhistas dos funcionários. O jornal *Posição* de 17 de dezembro de 1976 publicou a matéria "CVRD perde e barganha: mil funcionários recusam". A reportagem, cujo tema não foi publicado na mídia de massa, contava que, em 1973, alguns funcionários da Vale entraram com uma ação na Justiça exigindo direitos que até então lhes estavam sendo negados, como a inclusão de horas-extras, adicional noturno, férias e 13º salário. Com a causa ganha, em 1975, centenas de funcionários decidiram seguir o exemplo de seus companheiros:

> Assinaram uma procuração e encarregaram o mesmo advogado, Cleone Heringer de defender seus interesses. O advogado encaminhou à Companhia uma proposta no sentido de que a Vale pagasse tudo o que devia aos funcionários, acrescido de juros e correção monetária. A Vale, porém, além de rejeitar a proposta do advogado, contrapropôs um ado: pagaria os direitos, mas apenas referentes aos anos de 74 e 75, sem juros e correção monetária
>
> *Posição*, 17 de dezembro de 1976.

A matéria relata ainda que muitos não aceitaram o acordo e recorreram na Justiça, ao contrário de outros, que aceitaram por orientação do Sindicato dos Ferroviários, que conduziu os funcionários à assinatura de um acordo desfavorável aos seus interesses. Isso aconteceu porque o sindicato dependia profundamente dos recursos da diretoria da Companhia para funcionar.

Em abril do ano seguinte, também no jornal *Posição*, encontramos mais uma denúncia envolvendo questões salariais na empresa. Dessa vez, era sobre a aula dos maquinistas. A matéria conta que a turma de novos professores, não remunerada pelas suas funções de treinamento, entra com uma ação judicial alegando tratamento discricionário.

> Os professores-maquinistas, porém, ao contrário do que sucedia com seus colegas que davam aulas teóricas e práticas preparatórias, não foram privilegiados pelo mesmo sistema de pagamento de hora-aula.
>
> *Posição*, 26 de abril de 1977.

> Essa turma de professores não remunerados pelas suas funções de treinamento decidiu recorrer à Justiça, alegando tratamento discricionário.
>
> *Posição*, 26 de abril de 1977.

Aracruz Celulose, omissão e denúncia

A Aracruz Celulose S.A. é uma empresa que desenvolve o plantio de eucalipto para a produção de celulose, matéria-prima necessária na fabricação de papel. Responsável por grande parte da demanda mundial, a instalação da empresa no Brasil deu-se, principalmente, devido à resistência de movimentos sociais europeus, que recusavam esse tipo de indústria em seu território, por conta dos diversos prejuízos causados pela produção de celulose.

Os investidores estrangeiros encontraram no Brasil condições adequadas para suas aplicações, em virtude da política nacional de recebimento das indústrias. Sobre o assunto, o jornal *Posição* reportou, em outubro de 1972, que "com a proibição definitiva de instalar fábricas de celulose em vários dos principais países produtores do mundo, os grandes industriais da celulose voltaram suas atenções, evidentemente, para os países do chamado Terceiro Mundo [...]".

Em 1967, já existiam atividades sendo executadas pela então Aracruz Florestal no Espírito Santo. Cinco anos depois, em 1972, é fundada a Aracruz Celulose S.A. Nesse período surgiram as primeiras "florestas" de eucalipto, que se expandem até hoje.

Nas mídias consideradas tradicionais, eram reportados os benefícios econômicos que a chegada dessa empresa traria ao Estado. Em uma reportagem do jornal *A Gazeta* do dia 3 de fevereiro de 1974, sobre o complexo paraquímico, do qual a Aracruz fazia parte, foram divulgados os grandes números de produção previstos: "As exportações de celulose, previstas no planejamento, vão carrear divisas para o Brasil, da ordem de 6 milhões de dólares". O foco da matéria era mostrar a importância dos projetos para o desenvolvimento do Estado e para a geração de empregos. Em nenhum momento, a questão ambiental era questionada, nem as mudanças sociais decorrentes de sua instalação no Espírito Santo eram expostas (*ver anexo 10*).

A omissão da conjuntura na qual se processou a instalação da Aracruz no Brasil, bem como o favorecimento das informações relacionadas à economia em detrimento das questões ambientais e sociais, causou na população um certo deslumbre e uma grande expectativa, fazendo com que as ilusórias apostas de melhorias de vida a partir do empreendimento chegassem com facilidade para todos os segmentos sociais. O assunto foi comentado em uma das edições do jornal *Posição*:

> Passada a euforia da implantação, buscamos no fundo de uma gaveta um alerta do jornalista Cláudio Bueno Rocha – o velho CBR –, falecido no ano passado. Um alerta mais sobre os benefícios (quais?) que a empresa poderia trazer para o Espírito Santo do que com as possíveis dificuldades que enfrentaria com a crise do mercado. A euforia – leia-se censura em *A Tribuna* – não permitiu que alerta fosse publicado.
>
> *Posição*, 29 de outubro de 1978.

A matéria comprovava que os jogos de interesses que influenciaram a manipulação e a omissão de informações nos jornais já existiam na época.

Transtornos foram causados desde o surgimento das primeiras

florestas de eucalipto. Houve expulsão em massa de pessoas do campo para que a monocultura fosse iniciada, e também o desmatamento de extensas áreas de Mata Atlântica. Entre os povos mais prejudicados, estavam os índios Tupiniquim e Guarani; quilombolas e pequenos proprietários de terras que praticavam agricultura de subsistência, além de meeiros, posseiros e lavradores.

São muitos os relatos de expulsões violentas, ameaças e roubos de terras noticiados no jornal *Posição*, como o publicado no dia 29 de outubro de 1977, que revelava o drama de um trabalhador rural: "[...] destruíram o que Leivino e sua família haviam plantado e plantaram 35 mil pés de eucalipto em seu terreno. Entre ameaças de morte e mentiras preparadas pelos 'doutores', ofereceram 4 mil contos pela terra. Ele não podia aceitar: pagara 25 mil dois anos antes...".

A posse dos terrenos também se dava por meio de fraudes e manobras ilegais para a aquisição de escrituras. Com o título de "Aracruz: uma ganância sem limites", o jornal *Posição* denunciava mais um caso de "roubo" a um trabalhador rural:

> [...] suas terras foram invadidas e nelas foram plantados eucaliptos. O roubo foi feito pelo complexo multinacional Aracruz Celulose, através de ação ilegal. Forjaram uma escritura e o enganaram com uma procuração em causa própria, com poderes irrevogáveis e irretratáveis, fazendo com ele uma permuta. O terreno permutado foi também invadido e destruído pelos tratores [...].
>
> *Posição*, 21 de janeiro de 1977.

Com os povos indígenas, donos de fato e de direito das terras, a crueldade não foi em escala reduzida. O jornal *Posição* do dia 23 de outubro de 1978 citou que "as terras dos índios tupiniquim e guarani foram sendo invadidas pelo homem branco, cabendo hoje ao gigante conglomerado multinacional Aracruz Celulose S/A a exploração de praticamente toda essa área".

Empregos?

Juntamente com a chegada da Aracruz Celulose no Estado vieram promessas de empregos bem remunerados e de melhorias nas condições de vida do povo. Isso fez com que a opinião pública fosse favorável à instalação da empresa. Nos primeiros anos, a situação foi de certo "ganho" para a população em geral, que servia de mão-de-obra para a construção dos complexos industriais e nas áreas de cultivo de eucalipto.

Com a finalização das obras e a mecanização da produção, esses trabalhadores foram "descartados", passando-se a oferecer vagas apenas a um restrito setor qualificado. A afirmação feita por um trabalhador rural traduz esse "descarte" de funcionários: "a Aracruz dava muito emprego quando chegou, mas depois que o eucalipto se fez, ela mandou o pessoal todo embora" (DE'NADAI, OVERBEEK e SOARES, 2005, p. 33).

A partir daí, começaram a ficar mais evidentes os prejuízos atribuídos à instalação da Aracruz no Estado. A inauguração da primeira indústria, em outubro de 1978, foi o "divisor de águas" entre esses dois períodos, como é citado no jornal *Posição*:

> Quando o general Ernesto Geisel acionar as máquinas da indústria da Aracruz Celulose S/A, no dia 31 próximo, simbolicamente ele estará assinando a demissão de mais de 10 mil trabalhadores que atuaram na implantação do empreendimento, 'de elevado interesse estadual e nacional, tanto do ponto de vista econômico, como político e social'
>
> *Posição*, 29 de outubro de 1978.

É possível observar um contraponto a tal afirmação em uma publicação do jornal *A Gazeta* do dia 29 de setembro de 1978, que, ao noticiar a futura inauguração da fábrica, afirma que "o empreendimento ocupará permanentemente mais de 3.200 pessoas, para a fabricação de 400 toneladas de celulose por dia".

Talvez seja difícil decidir a qual informação dar credibilidade. Para isso, é necessário pensar em virtude de que tipo de fatores surgiram os chamados "bolsões de pobreza" em áreas como a região de São Pedro. Essas localidades, antes inabitadas, passaram a receber os trabalhadores desempregados que se deslocavam para as cidades em busca de novas oportunidades. Se existia mesmo uma grande oferta de empregos, de onde surgiram esses trabalhadores desempregados? O jornal *Posição* responde, dizendo que esse trabalhador

> é o mesmo pessoal que, resistindo à pecuária, passou a ser tocado pelo eucalipto. Hoje, em pleno ciclo do eucalipto, é o mesmo pessoal que já perdeu trabalho, já perdeu sua terra e já perdeu a esperança. É o pessoal que vem para a cidade grande. Mas não mais em busca do Grande Sonho Industrial da década de 50. É o homem que vem porque não tem mais nada. É o maior abandonado (29 out. 1977, p. 11).

Indústria

A inauguração da primeira indústria da Aracruz Celulose foi noticiada pelo jornal *A Gazeta* enaltecendo a importância dessa "grande novidade". Na publicação, são ressaltados os valores numéricos correspondentes aos investimentos e à produção, em uma tentativa de destacar os futuros lucros que seriam gerados, mas sem deixar claro quem seriam os beneficiados e que classe social mais lucraria com tal investimento.

ARACRUZ É INAUGURADA

O presidente Ernesto Geisel inaugura hoje, às 10 horas, a Aracruz Celulose, cuja produção anual está prevista para 400 mil toneladas de celulose branqueada de eucalipto (fibra curta), tendo recebido investimentos que ultrapassam os Cr$ 8,42 bilhões.

A Gazeta, 31 de outubro de 1978.

Paralelamente, o jornal *Posição* enfatizava o fato de que a inauguração da indústria representava também a demissão de inúmeros trabalhadores. Sob o título "Aracruz Celulose - demissões em massa", o periódico apontava a grande disparidade existente entre o número de trabalhadores que contribuíram para a construção da indústria e o de trabalhadores que realmente permaneceriam contratados:

A ponto de em agosto de 1977 ocorrer o pico de 13996 operários, sendo 2948 empregados da Aracruz Celulose, integrados nas atividades florestais e na área industrial, com a inauguração apenas 808 pessoas estarão operando o complexo, unidade dos 'grandes projetos' programados para a redenção econômica do Espírito Santo, ao lado da usina da CST, etc.

Posição, 29 de outubro de 1978

Meio ambiente

Os impactos ambientais também passaram ao largo da pauta da grande mídia. Até mesmo a certeza de que, em alguns casos, os impactos causados seriam irreversíveis não foi capaz de conter a velocidade do "desenvolvimento". A destruição de uma vasta área de Mata Atlântica foi feita em benefício do chamado "deserto verde"; a falta de preocupação com os recursos hídricos diminuiu a disponibilidade de água em muitos córregos e rios, que foram também poluídos por conta do uso de agrotóxicos.

Nem mesmo os alertas e a enérgica contestação do cientista Augusto Ruschi serviram de freio para a empresa. Ruschi declarou ao jornal *Posição* do dia 16 de dezembro de 1978: "ninguém conseguiu ainda uma fórmula capaz de neutralizar o mau cheiro provocado por uma fábrica de celulose, embora os homens da Aracruz Celulose e os governantes capixabas tenham passado todo o tempo falando o contrário".

Na matéria intitulada "Aracruz bota pra feder", o pesquisador apontava também os prejuízos da plataforma submarina. Além disso, afirmava que "as necessidades de água para a fábrica iriam afetar as terras na sua área de influência, além, naturalmente, de destruir a fauna, pois animal nenhum consegue habitar os lugares onde estão plantados os eucaliptos".

O desagradável odor proveniente das atividades da fábrica também foi alvo de reclamações de moradores de Vila do Riacho. Sobre o assunto, um morador da região disse em entrevista ao jornal *Posição* do dia 29 de outubro de 1978 que "para nós, a fábrica nada vale a não ser devido ao mau cheiro dos gases".

Uma notícia, dois lados

Devido às diferentes abordagens dos meios de comunicação em relação à instalação da empresa no Estado, é possível falar em omissão e denúncia. Omissão por parte da maioria das mídias, que reagiram com passividade diante das situações colocadas, promovendo poucos debates acerca dos possíveis prejuízos que certas empresas poderiam trazer ao Brasil, seja no âmbito ecológico, social ou econômico. Tal fator foi agravado em função de os militares estarem à frente do poder no País. Porém, não se devem descartar as relações de interesse existentes entre os poucos beneficiários do surgimento da empresa e os jornais, que publicizavam boas expectativas em torno do fato.

As notícias e publicações feitas na época em relação ao tema eram colocadas, em grande parte, para favorecer a empresa, ressaltando sempre os "grandes benefícios e desenvolvimento que ela trazia ao Estado" e maquiando os prejuízos e as perversidades que, em contrapartida, ela causava.

Porém, é possível também falar em denúncia. Foram os inquietantes gritos de revolta de alguns poucos jornais que não permitiram que a instalação da empresa se desse de forma totalmente

tranqüila, mostrando o que a Aracruz e a maioria dos jornais trabalhavam para esconder. Atualmente, não vivenciamos um período ditatorial e, por interesses econômicos e políticos, esta situação não mudou.

Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)

A criação da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) foi resultado de uma junção de forças distintas, cada uma com interesses próprios. Conforme Morandi (1997),

> o capital externo, representado pela empresa privada Kawasaki Steel Corporation, sediada no Japão, e pela estatal italiana Finsider International S.A.; o governo federal, acionista majoritário através da Siderbrás que estava disposto a ampliar a base produtiva da siderurgia nacional; os agentes locais, representados, sobretudo, pelo governo estadual, que, mesmo não participando diretamente da constituição do capital da empresa, foram fundamentais para a decisão da sua localização no Espírito Santo (p. 139).

A Kawasaki e a Finsider, futuras sócias no investimento da CST, impulsionadas pela fase promissora que o setor siderúrgico apresentava nas décadas de 1960 e 1970, almejavam conquistar importantes fatias do mercado externo, assim como várias outras grandes empresas do setor. Entretanto, devido aos problemas ambientais gerados nos processos siderúrgicos, seus países não estavam mais dispostos a financiá-las. A forma encontrada para driblar o entrave foi a participação nesse mercado por meio de *joint-ventures*.

Sendo assim, o projeto de Tubarão era visto pelo capital estrangeiro como uma opção estratégica. Suas empresas teriam uma usina produtora de placas, essencial para os planos de expansão, com maior qualidade de seus produtos, e, o que é mais importante,

fora de seus territórios, sem precisarem recorrer à ampliação da produção do aço bruto, extremamente poluidora.

A escolha do Estado certo

Quanto à escolha da localização da futura usina, era consenso que ela deveria estar próxima das fontes de matérias-primas e do mercado consumidor ou localizada no litoral, com a possibilidade de recebimento de navios de grande porte – para o embarque de grandes volumes de produtos acabados e o desembarque de carvão mineral.

O governador Arthur Carlos Gerhardt Santos, ex-assessor da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), que tomou posse em 1971, informado sobre o desenvolvimento do cenário mundial no setor siderúrgico, estabeleceu como objetivo de seu governo a viabilização do projeto de uma siderúrgica no Estado.

Ficou evidente a busca por investimentos compatíveis com os da CVRD e que pudessem utilizar as vantagens do sistema portuário e ferroviário já existentes. A Estrada de Ferro Vitória a Minas, por exemplo, já realizava o transporte de minério de ferro e a Vale poderia se transformar na fornecedora do produto para a nova siderúrgica. Aliás, a Vale teve grande peso na instalação do projeto de Tubarão no Estado, uma vez que sua participação no mercado internacional de minério de ferro abria amplas possibilidades para negociações com parceiros externos.

A construção do Porto de Tubarão, iniciada em 1963 e concluída em abril de 1966, ampliava significativamente a capacidade de movimentação de cargas, deixando o porto com capacidade para receber navios de grande porte, devido a sua profundidade e às instalações de grande escala. O porto seria, então, utilizado em mão-dupla: importava-se carvão mineral do exterior e do sul do País e exportava-se o produto siderúrgico. Também havia a facilidade de novas instalações portuárias ao longo da costa marítima,

já que o Estado possui vasto litoral de águas profundas.

No entanto, não existiam recursos locais suficientes para um empreendimento desse tipo, e o Estado deixava claro sua disposição em buscar parcerias externas. "Nessa linha, o governador apresentou as potencialidades do Estado ao governo federal e, posteriormente, com o apoio da CVRD, aos japoneses e italianos" (PEREIRA, 1988). Junto aos governos estadual e federal, os japoneses e os italianos firmaram, em janeiro de 1974, o Primeiro Acordo de Acionistas.

O trecho de uma reportagem de *A Gazeta*, publicada em um caderno especial "O Futuro do Espírito Santo começa hoje", expõe os motivos de o Espírito Santo ter sido escolhido para receber a nova usina:

> Conforme salientou a própria Siderbrás, a escolha do Espírito Santo, além das razões históricas e das vantagens oferecidas para o estabelecimento da usina destinada à exportação, além de obedecer as suas posições geográficas (o porto, os recursos minerais, disponibilidade de mão-de-obra), leva em conta, principalmente, a correção dos chamados desequilíbrios regionais defendida pelo II PND. A Siderbrás, através de extremos estudos preliminares, com a colaboração dos participantes estrangeiros, concluiu pela localização da usina na área do planalto de Carapina, aproveitando-se da infra-estrutura da região da Grande Vitória. Por vantagens dos terminais de recepção de minério, praticamente "por cima da cerca" de seu fornecedor natural e associado — a Companhia Vale do Rio Doce — foi decisivo também da opção capixaba, bem como a excelência e extensão do terreno disponível e reservado há muitos anos, em virtude da clarividência dos governadores, visando justamente ao desenvolvimento da Siderúrgica no Estado.

No dia 13 de março de 1974, dois meses após ter sido firmado o primeiro acordo oficial, a CST consolida-se como uma companhia-piloto. A cerimônia, presidida pelo governador Carlos Gerhardt Santos, contava com a presença de representantes

da Kawasaki Steel e da Finsider, do Ministro da Indústria e do Comércio, Pratini de Moraes, e dos presidentes da Siderbrás e da CST, generais Américo Silva e Ari Martins. No dia seguinte, o jornal *A Gazeta*, que desde a firmação do Primeiro Acordo de Acionistas já vinha divulgando várias notas e matérias a respeito de fatos relacionados ao assunto, publicou uma matéria de página inteira sobre a solenidade *(ver anexo 11*).

No dia 11 de junho de 1976, a CST foi criada oficialmente. Para presidir a cerimônia de constituição da usina, o então presidente da República, Ernesto Geisel, veio pela primeira vez ao Estado. A visita gerou grande euforia, tanto na população, que o via como aquele que abriria as portas do Estado para o progresso, quanto na imprensa. O jornal *A Gazeta* chegou a publicar um suplemento especial no dia da sua chegada, 10 de junho, com o título "Geisel no Espírito Santo". O jornal não deixava passar em branco nenhuma movimentação a respeito da vinda do presidente e do processo de criação da CST.

A Gazeta veiculou também, no mesmo dia, outro caderno especial: "O futuro do Espírito Santo começa hoje". Em suas páginas, a idéia de que o Estado, finalmente, partia para sua grande meta de ser, em um futuro próximo, um pólo industrial, deixando de lado o estigma de filho rejeitado, que a história havia lhe dado. Em uma de suas matérias, "Constituição da Siderurgia: redenção econômica do Espírito Santo", ficou explícito o caráter apoiador do jornal ao projeto:

> [...] Ao assinar amanhã, a constituição da Usina Siderúrgica de Tubarão, o presidente da República, Ernesto Geisel, indiscutivelmente estará cometendo um gesto histórico. Tal gesto implica na concretização de um sonho do povo capixaba – um sonho em que ele se debateu por longos anos – de assistir, um dia, à redenção econômica do Espírito Santo. Um salto entre o reconhecido esforço para sair do estágio de Estado importador.
>
> *A Gazeta*, 10 de junho de 1974.

Ainda na mesma matéria, houve a preocupação de assegurar ao leitor que a instalação da usina não acarretaria problemas ambientais e que todo o processo ocorreria de forma segura e sem prejuízos:

> No projeto básico foi devidamente considerada a proteção ecológica, segundo informou recentemente a Siderbrás, acrescentando que a adoção de equipamentos para prevenir a poluição do ar e da água como se procede nas modernas usinas em todo o mundo foi condição básica dos estudos. Neste particular, ainda, a Siderbrás recebeu a declaração de intenção da Kawasaki Steel e Finsider de se preservar o aspecto ambiental. O interesse da administração da Companhia Siderúrgica de Tubarão e o trabalho desenvolvido por técnicos brasileiros categorizados, bem como japoneses e italianos, precederam inclusive as recentes determinações do poder executivo no que se refere às medidas necessárias à prevenção dos inconvenientes e prejuízos da poluição e da contaminação do meio ambiente nas redondezas do projeto.
>
> *A Gazeta*, 10 de junho de 1974.

Em 1978, iniciaram-se as obras da usina, no município da Serra, próximo ao Porto de Praia Mole. Em junho de 1980, aconteceu a cerimônia de início oficial das obras civis, que, assim como todas as fases de criação da CST, foi noticiada pela imprensa com grande expectativa, ressaltando o número de empregos criados e as vantagens econômicas que o Estado colheria.

A Companhia foi inaugurada oficialmente em novembro de 1983, com a garantia, dada por Carlos Gerhardt, da venda de seus produtos, as placas semi-acabadas de aço. No mês da inauguração, o jornal *A Gazeta* publicou um especial de 28 páginas sobre a CST. Além de expor o processo de criação da empresa, o material buscava despertar no leitor, por meio de índices de crescimento econômico e números de produtividade, confiança na empresa e a sensação de que o Estado estava entrando em uma nova era, promissora e duradoura (*ver anexos 12, 13 e 14*).

Referências

BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização.** Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

DE'NADAI, Alacir; OVERBEEK, Winfridus; SOARES, Luiz Alberto. **Plantações de eucalipto e produção de celulose. Promessas de emprego e destruição de trabalho: o caso Aracruz Celulose no Brasil.** Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, 2005.

MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo capixaba.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

MORANDI, Ângela Maria. **Na mão da história: a CST na siderurgia mundial.** Vitória: Edufes, 1997.

PEREIRA, Guilherme Henrique. **Política industrial e localização de investimentos e o caso do Espírito Santo.** Vitória: Edufes, 1998.

SILVA, Marta Zorzal e. **A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimento brasileiro.** Vitória: Edufes, 2004.

Entrevistas

Ângelo Passos – Jornalista do jornal *A Gazeta*, em 3 de maio de 2008.

Marta Zorzal e Silva – Cientista Social e professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em 18 de abril de 2008.

Milson Henriques – Cartunista, escritor e locutor, em 6 de maio de 2008.

Namy Chequer – Radialista da Rádio Universitária, em 30 de abril de 2008.

Sebastião Pimentel Franco – Historiador e professor do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em 28 de abril de 2008.

Sites consultados

Aracruz Celulose – www.aracruz.com.br

ArcelorMittal Tubarão – www.arcelor.com/br/cst

Bandes – www.bandesonline.com.br

Ministério da Ciência e Tecnologia – www.mct.gov.br

Vale – www.vale.com

Imagens

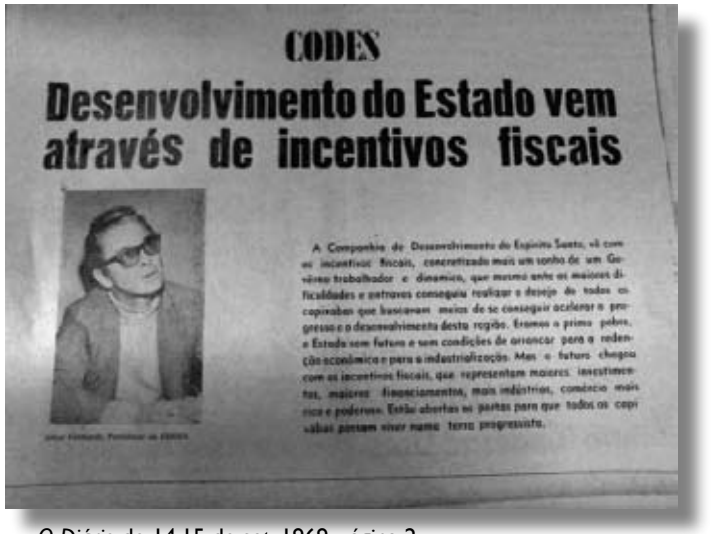
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) e Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Anexos

Anexo 1

O Diário de 3 de jul. 1969, página 3

Anexo 2



O Diário de 14,15 de set. 1969, página 2

Anexo 3

O Diário de 30 de nov. e 1° de dez, capa

Anexo 4

ESPECIAL

VITORIA

A CAPITAL ESTRANGULADA

O Diário de 30 de nov. e 1° de dez, página 4

Anexo 5

Funcionalismo estadual começa a receber a partir de hoje (Em Cima da Hora)

Castelo Branco hoje em Vitória para inaugurar Cais do Tubarão

A GAZETA

Eliezer Batista chega hoje para inauguração do Cais do Tubarão

Assembléia Legislativa Estado do Espírito Santo

NOTA OFICIAL

A Gazeta de 1° de abril de 1966, capa

Anexo 6

Desastre com trem de minério paralisou o Pôrto do Tubarão

Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Portuários no Estado do Espírito Santo

EDITAL

PLANO — Engenharia e Construções

A Gazeta de 3 de agosto de 1969, página 7

Anexo 7

Vale nada informa sôbre acidente na Ponta do Tubarão

O Diário de 9 de agosto de 1969, capa

Anexo 8

Tubarão é o futuro no presente

A Gazeta de 18 de agosto de 1969, página 8

Anexo 9

Um baiano pra frente

Depois do Professor Dias Leite, que por um longo período presidiu a Cia. Vale do Rio Doce, com sua saída, sentimos como que se a poderosa emprêsa não se extremecesse em suas bases, pela alta visão e capacidade administrativa do Presidente, pelo menos um ressentimento de que o ritmo poderia não ser mais aquêle.

Em substituição ao Ministro Dias Leite, o Presidente da República escolheu aquêle que tem seguido a trilha do Ministro com um acêrto tal que a administração do engenheiro Raimundo Mascarenhas está sendo considerada como excepcional.

É um baiano pra frente que sabe o que quer e tem jeito para realizar as empreitadas mais difíceis. Sem qualquer rodeio, entusiasmado com o progresso que o Brasil atravessa e do qual êle dá uma parcela elevada da sua capacidade, o engenheiro Raimundo Mascarenhas, ao firmar convênio pelo qual a CVRD, CODES e Federação das Indústrias se comprometem a financiar os estudos de viabilidade econômica, do Centro Industrial da Grande Vitória, declarou que considera um fatalismo a instalação de uma usina siderúrgica na região da Grande Vitória e que, nos dias atuais, já não se concebe indústria siderúrgica sem uma capacidade mínima de produção da ordem de 2,5 milhões de toneladas.

A Cia. Vale do Rio Doce reuniu-se em Vitória por ter completado anteontem a marca de 12.556.000 de toneladas de minério de ferro nestes primeiros nove meses do ano, contra o mesmo volume exportado no decorrer do ano de 1968, devendo ainda no decorrer dêstes últimos meses, atingir as exportações da emprêsa, pelo Pôrto do Tubarão, 17.000.000 de toneladas.

As perspectivas da CVRD para o ano de 1970 são de 22 milhões de toneladas e, até .... 1975, a emprêsa deverá atingir a astronômica cifra de 40 milhões de toneladas de minério, o que implicará num investimento da ordem de 800 milhões de cruzeiros novos, inclusive instalações portuárias.

Não param aí as atividades do baiano pra frente que acredita no futuro do Brasil. A CVRD deverá plantar de 10 a 12 milhões de árvores, anualmente, o que nos permitirá dizer que, num futuro bem próximo teremos aqui uma moderna indústria de celulose com um sem número de indústrias satélites que gravitarão em sua volta, num impulso fabuloso ao Centro Industrial da Grande Vitória. Dentre outros organismos, a Vale se mostra evidentemente interessada na sua concretização, que será mais uma contribuição do Sr. Christiano Dias Lopes Filho no campo do desenvolvimento.

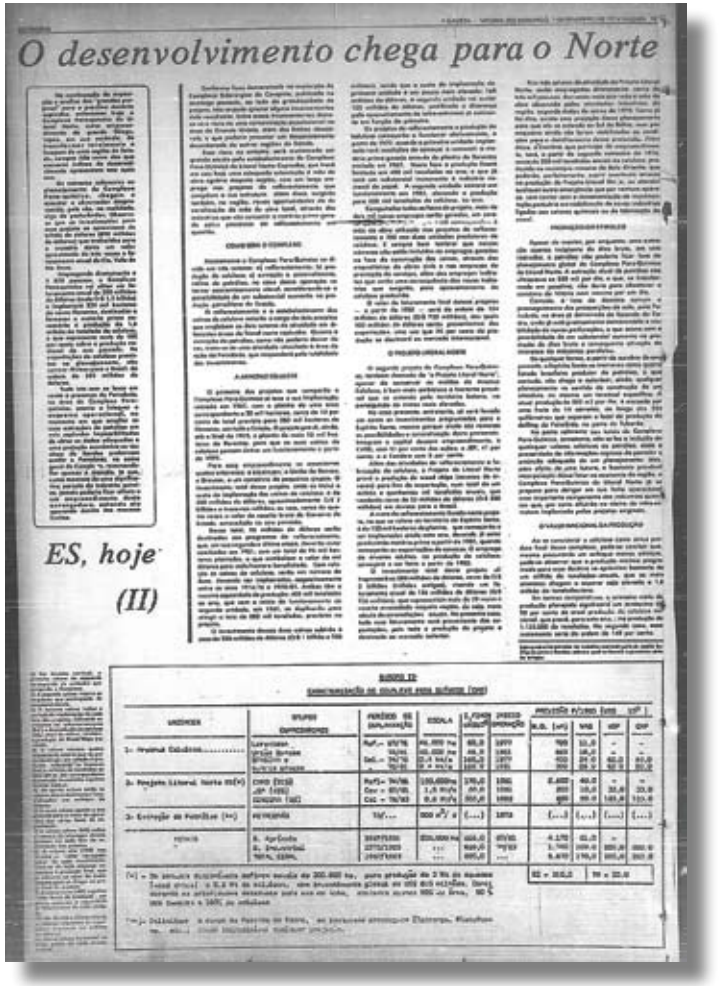
Homem profundamente estudioso dos problemas econômicos brasileiros, o Sr. Raimundo Mascarenhas disse acreditar que o Produto Bruto Nacional deverá crescer em 100%, dentro de 10 anos, sendo que a faixa territorial, no contexto da qual se encontra o Estado, deverá contribuir com um importante pêso nesse crescimento.

Levando-se em consideração os grandes investimentos que a Cia. Vale do Rio Doce irá realizar na sua área de influência, e de onde o Espírito Santo participa com grande parte, é de se medir, com certa dose de entusiasmo, que na próxima década daremos um salto espantoso no campo do desenvolvimento.

Se ontem não pairavam dúvidas quanto à localização de um Centro Industrial no Espírito Santo, tendo como ponto de referência a Grande Vitória, hoje aquela iniciativa, da qual participam o Govêrno do Estado, a CVRD, a CODES e a Federação das Indústrias do Espírito Santo, é mais do que viável, com a adoção dos incentivos fiscais e sôbre os quais o engenheiro Raimundo Mascarenhas, ao terminar sua exposição ao Sr. Christiano Dias Lopes Filho, ressaltou: "E o seu Govêrno, realizando êsse trabalho de base, o Espírito Santo terá um grande futuro".

A Gazeta de 27 de setembro de 1969, página 3

Anexo 10



O desenvolvimento chega para o Norte

ES, hoje (II)

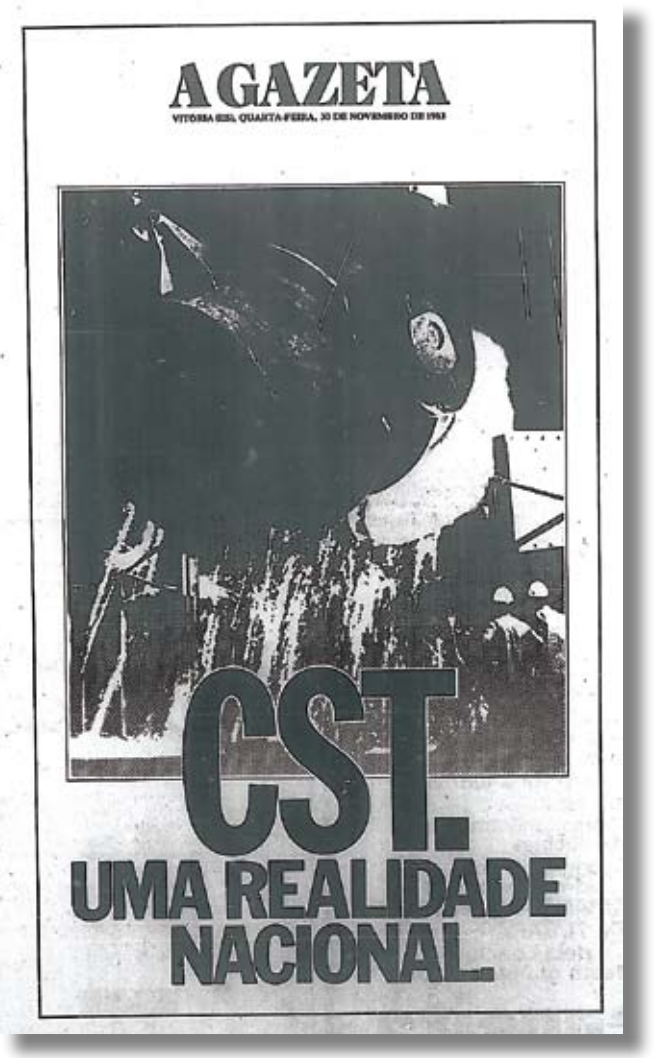
A Gazeta de 3 de fevereiro de 1974, página 18

Anexo 11

SIDERURGICA DE TUBARÃO É CONSTITUÍDA

A Gazeta de 14 de março de 1974, página 10

Anexo 12



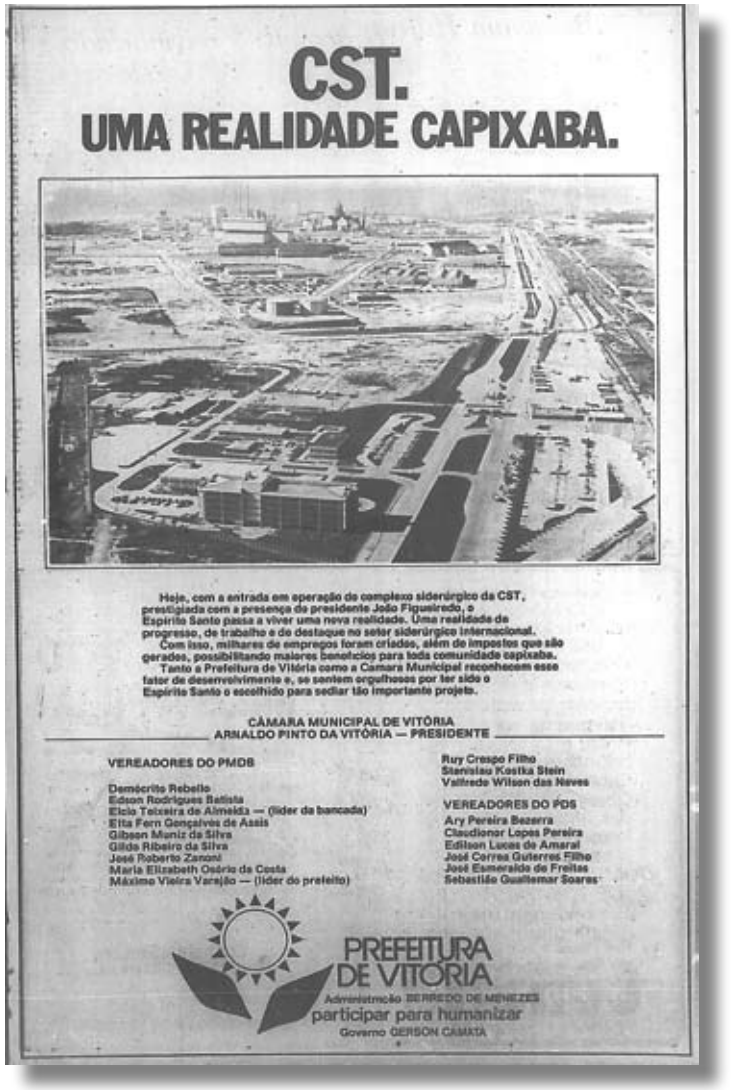
A GAZETA

VITÓRIA (ES), QUARTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 1983

CST. UMA REALIDADE NACIONAL.

A Gazeta de 30 de novembro de 1983, página 1

Anexo 13



CST.
UMA REALIDADE CAPIXABA.

Hoje, com a entrada em operação do complexo siderúrgico da CST, prestigiada com a presença do presidente João Figueiredo, o Espírito Santo passa a viver uma nova realidade. Uma realidade de progresso, de trabalho e de destaque no setor siderúrgico internacional.

Com isso, milhares de empregos foram criados, além de impostos que são gerados, possibilitando maiores benefícios para toda comunidade capixaba.

Tanto a Prefeitura de Vitória como a Câmara Municipal reconhecem esse fator de desenvolvimento e, se sentem orgulhosos por ter sido o Espírito Santo o escolhido para sediar tão importante projeto.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ARNALDO PINTO DA VITÓRIA — PRESIDENTE

VEREADORES DO PMDB

Demócrito Rebello
Edson Rodrigues Batista
Elcio Teixeira de Almeida — (líder da bancada)
Elta Fern Gonçalves de Assis
Gibson Muniz da Silva
Gilda Ribeiro da Silva
José Roberto Zanoni
Maria Elizabeth Osório da Costa
Máximo Vieira Varejão — (líder do prefeito)
Rury Crespo Filho
Stanislau Kostka Stein
Valfredo Wilson das Neves

VEREADORES DO PDS

Ary Pereira Bezerra
Claudionor Lopes Pereira
Edilson Lucas do Amaral
José Correa Gutierres Filho
José Esmeraldo de Freitas
Sebastião Gualtemar Soares

PREFEITURA DE VITÓRIA
Administração BERREDO DE MENEZES
participar para humanizar
Governo GERSON CAMATA

A Gazeta de 30 de novembro de 1983, página 3

Anexo 14

Capital social cresce acima da média

EVOLUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

**No anseio do olhar e da longa espera,
mais um monumento, fruto da força e da amizade Brasil-Japão.
Um próspero futuro para a CST, mais um orgulho do capixaba.**

KAWASAKI STEEL CORPORATION

Kawasaki Steel
Comércio e Siderurgia Ltda.

A Gazeta de 30 de novembro de 1983 página 5

XI

Uma década de crise: de Albuíno a José Ignácio

Anna Beatriz Britto
Giselle Pereira
Joyce Meriguetti
Katilaine Chagas
Simone Resende

A década de 1990 apresentou uma nova configuração política e econômica para os governantes. Era uma realidade política diferente, devido, principalmente, ao recente fim da ditadura militar e à abertura econômica, a partir da gestão do presidente Fernando Collor de Mello.

O Brasil desde a década de 1970 já sofria com um processo inflacionário que parecia não ter controle. O governo Collor promoveu medidas econômicas inéditas no País, como a abertura do mercado brasileiro para as importações, o incentivo à privatização de empresas estatais e reformas econômicas que visavam ao controle inflacionário. Tanto a crise inflacionária quanto a posterior

política tipicamente neoliberal refletiram no Espírito Santo, como será explicado ao longo deste capítulo.

Albuíno Azeredo (1991-1994) assumiu o Governo do Estado em um contexto nacional de crise econômica, com atrasos nas folhas de pagamento e várias polêmicas, como a privatização da Terceira Ponte. Foi em sua gestão que se consolidou o aumento da dívida interna e cresceu o número de greves dos servidores públicos, insatisfeitos com os atrasos no pagamento dos salários.

De forma extremamente amplificada, todas essas situações foram identificadas durante a gestão de Vitor Buaiz (1994-1998). Os atrasos na folha de pagamento dos servidores resultaram em greves de diversas categorias, que afetaram drasticamente a prestação de serviços públicos, principalmente, na área de saúde, educação e segurança. Mas foi sob a batuta do governador José Ignácio Ferreira (1998-2002) que a famigerada crise atingiu seu ápice.

Investigações do Ministério Público indicaram que havia uma rede criminosa muito bem articulada, formada por personalidades dos mais diversos setores da sociedade, que mantinha células infiltradas nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e trabalhava em prol de interesses particulares, fazendo questão de mostrar a força que exercia, sem temer represália.

Após ser acusado de corrupção e crimes contra a administração pública, José Ignácio teve seu *impeachment* articulado. Porém, a Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, comandada, na época, por José Carlos Gratz, não só arquivou o pedido de cassação do político como trabalhou para que os esquemas ilícitos pudessem se perpetuar ao longo dos anos.

Nesse contexto de total instabilidade política no qual o Espírito Santo estava inserido, observava-se a ascensão do jornalismo investigativo. Ao apurar de forma minuciosa os acontecimentos, cercando-se de provas e denunciando as ilegalidades e abusos de poder, a imprensa conseguiu mobilizar a opinião pública e contribuiu para desarticular a trama antiética que comandava a política do Estado.

As averiguações dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, as denúncias da mídia e os protestos da sociedade civil organizada formaram os pilares da construção de uma nova página da história capixaba, que se iniciava em 2002, com a eleição de Paulo Hartung para o Governo do Estado.

Neste capítulo, estão destacados os principais acontecimentos que marcaram a vida política do Espírito Santo na transição do século XX para o XXI, baseados na cobertura midiática da época.

As controvérsias do governo Albuíno Azeredo (1990-1994)

Albuíno Azeredo (PDT) assumiu o governo em 15 de março de 1991 em um contexto nacional de transformações econômicas, tendo encontrado o Estado com atrasos nas folhas de pagamento dos servidores públicos.

Em sua gestão, começaram surgir as primeiras polêmicas sobre o projeto de despoluição dos ecossistemas litorâneos do Espírito Santo, conforme texto veiculado na página 14 do jornal *A Gazeta* do dia 8 de setembro de 1992: "a Prefeitura de Vitória acusa os técnicos da instituição financeira internacional [BIRD] de ignorá-la [a Prefeitura de Vitória], e também às organizações ambientais não oficiais, na discussão do projeto milionário".

Segundo a matéria, o projeto de despoluição, que contemplava 21 cidades, foi idealizado pela Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan) com orçamento de US$ 285 milhões (o que correspondia na época a dois trilhões de cruzeiros). Mais tarde, no governo de Vitor Buaiz, este projeto ganharia grandes proporções, já com o nome de Programa de Despoluição dos Sistemas Litorâneos (Prodespol).

Albuíno também "refinanciou as dívidas públicas, alienou parte das ações da Escelsa e ultrapassou o limite dos gastos, chegando a comprometer 96% do orçamento, apenas com a folha de pagamento [do funcionalismo público]" (MOREIRA, 2003, p. 124).

Chegou-se a cogitar a venda da Escelsa ainda no governo Albuíno, mas, devido à suspeita de subvalorização, a privatização foi adiada. "Escelsa poderá ser privatizada ainda este ano" era o título de uma matéria de *A Gazeta* do dia 11 de setembro de 1994.

O leilão da Escelsa ficou suspenso por muito tempo, enquanto o governo federal investigava irregularidades em seu edital de privatização. Entre as inadequações, encontravam-se a subestimação do valor de equipamentos e da própria empresa, além de uma série de licitações vencidas ou por vencer, que impossibilitavam a venda.

CPI das eleições

O Governo do Estado sob a gestão de Albuíno Azeredo foi alvo de uma Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI), que investigou o uso de recursos estaduais em campanhas nas eleições municipais de 1992. A polêmica envolvia convênios firmados, a partir de abril daquele ano, por órgãos e secretarias do governo.

> CPI APURA GASTOS DO GOVERNO NA ELEIÇÃO
>
> A mesa da Assembléia acatou ontem requerimento formando Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os gastos do governo do Estado... nas últimas eleições municipais.
>
> *A Gazeta*, 12 de novembro de 1992.

No dia seguinte (13 de novembro), *A Gazeta* publicou a resposta do governo sobre a instauração da CPI: "o Governo nada tem a esconder e está aberto para prestar esclarecimentos que venham a ser requeridos pelos deputados" (*ver anexo 1*).

Greves

A gestão Albuíno foi marcada pela "realização de constantes

greves – foram aproximadamente cem movimentos em quatro anos" (MOREIRA, 2003, p. 124). Entre as principais, estão a greve da Polícia Civil e a dos funcionários públicos da saúde e da educação.

A Polícia Civil entrou em greve em 1° de outubro de 1992. O sindicato da categoria (Sindipol) reivindicava aumento de salários. O movimento foi muito pautado pela mídia, com ênfase, principalmente, nas conseqüências para a população. "'Socorro!'. É o que a população capixaba, em pânico, está pedindo", publicava *A Gazeta* do dia 1° de novembro de 1992, em reportagem que visava a retratar a sensação de insegurança da população diante da greve dos policiais civis. Uma charge com um delegado dormindo em horário de serviço também ilustrava a reportagem.

Essa matéria deu respaldo para que Albuíno Azeredo tomasse medidas repressivas contra a greve. No dia seguinte (2 de novembro), *A Gazeta* publicou que o governador teria reagido a essa reportagem pedindo ao procurador-geral do Estado, Antonio Fragoso, que adotasse medidas legais de modo que os setores essenciais da Polícia Civil voltassem a trabalhar e a "garantir a segurança da população".

Vitor Buaiz (1994-1998)

Processo eleitoral sempre é notícia, mas as eleições para governador, em 1994, foram um caso à parte. A disputa do segundo turno ficou entre os candidatos Vitor Buaiz e Cabo Camata. A campanha "Abre o olho, Espírito Santo", que apoiava a candidatura de Vitor, liderada por intelectuais de outros estados e pela imprensa nacional, alertava a população sobre quais as forças políticas chegariam ao poder, caso Cabo Camata fosse eleito (MOREIRA, 2007, p.160).

Mas antes do segundo turno, outra situação esquentou as eleições para o Governo do Estado: a acusação de um dos candidatos

de que dois de seus adversários estariam recebendo dinheiro de sonegadores para financiar a campanha. "Durante um debate promovido pela Findes e transmitido pela TV Vitória, Cabo Camata disse que os candidatos Max Mauro (PMN) e Vitor Buaiz (PT) estavam recebendo dinheiro de empréstimos para fazerem campanha" (*A Gazeta*, 6 de setembro de 1994). Essa acusação rendeu a Camata processos por parte dos dois outros candidatos citados.

Enfim, eleito!

Após o conturbado processo eleitoral, Vitor Buaiz assumiu o governo no dia 1º de janeiro de 1995, cercado de um clima positivo e de esperança de que a crise financeira, iniciada no governo anterior, fosse solucionada em sua administração. "Vitor Buaiz fez uma excelente gestão na Prefeitura de Vitória (1988-1992) e foi um bom presidente do Sindicato dos Médicos", relata, em entrevista, Egito, sobre a imagem de Buaiz à época das eleições.

Por possuir todo um histórico de militância sindical e fazer parte do maior partido de esquerda do País, o Partido dos Trabalhadores (PT), a expectativa por uma renovação na política também era grande na área sindical, como ressalta Lenk, em entrevista.

Porém, apesar de ser membro de um partido de esquerda, Buaiz tomou medidas caracteristicamente neoliberais, como a criação da Lei de Desestatização (Lei 5.276, de 1996). Essa lei deu brecha, por exemplo, à privatização da Escelsa em 21 de dezembro de 1998. Há ainda a Lei de Concessões (Lei 5.720, de 18 de agosto de 1998), que abriu o caminho para a concessão do Sistema Rodovia do Sol, em 21 de dezembro do mesmo ano.

Ao ser eleito, o governador "herdou uma grave crise econômica, motivada pelo inchaço nos órgãos públicos e pelos salários desproporcionais. Uma das medidas adotadas foi uma reforma administrativa, que cortou privilégios estaduais e criou um fundo de

pensão com o objetivo de tirar os funcionários inativos da folha de pagamento. Porém, suas medidas causaram grande insatisfação, provocando forte oposição ao seu governo, inclusive dentro do seu partido [PT]" (MOREIRA, 2007, p. 160).

O governo de Vitor Buaiz ficou marcado por medidas econômicas que desestabilizaram as finanças de um Estado já em crise. Entraram para a História os atrasos no pagamento dos salários do funcionalismo público, as privatizações e/ou concessões polêmicas e as sucessivas tentativas de empréstimos para o pagamento dos servidores.

Outras situações evidentes em seu governo foram a falta de apoio de seu próprio partido (o Partido dos Trabalhadores) e seu isolamento político. Buaiz não possuía maioria na Assembléia e, segundo o jornalista Sergio Egito, em entrevista às autoras, o ex-governador "já era brigado com o PMDB, com o PSDB e tinha problemas com o próprio partido e, por isso, ele ficou ilhado".

A seguir, há um trecho da entrevista concedida pelo então presidente da Assembléia Legislativa, José Carlos Gratz (PFL), ao jornal *A Gazeta*, publicada no dia 22 de dezembro de 1998, sob o título "Assembléia garantiu governabilidade":

> Como se sabe, o governador Vitor Buaiz ganhou o governo praticamente sem aliados, fez um governo isolado até por uma certa inexperiência administrativa. Por isto mesmo ele não promoveu as mudanças que se faziam necessárias no Estado no início do seu governo, ele foi fazendo em doses homeopáticas e isso culminou com uma administração até um certo modo lamentável, que trouxe para ele um desgaste muito grande.
>
> *A Gazeta,* 22 de dezembro de 1998.

A escolha de Gratz para presidente da Assembléia Legislativa, aliás, foi um dos motivos do descontentamento do PT com Buaiz.

Aumento salarial

Logo no início de seu mandato, Buaiz concedeu um aumento salarial de 25,32% aos funcionários públicos. Segundo o economista Orlando Caliman, em entrevista às autoras, esse aumento foi pensado com base em uma realidade inflacionária anterior à criação do Plano Real, que entrara em vigor em julho de 1994. Com o novo plano, a inflação ficaria próxima a zero e, conseqüentemente, a arrecadação passaria a ser menor.

Na matéria de *A Gazeta* de 1° de abril de 1995, com o título "Governo pagará reposição de 25,34% ao servidor", há uma justificativa para o aumento: "O superintendente de Comunicação Social, Otaviano de Carvalho, informou ontem à noite [31 de março de 1995] que o Governo decidiu conceder o índice de 25,34% a título de antecipação salarial aos servidores da administração indireta porque várias categorias estão há muito tempo sem qualquer aumento".

Anos mais tarde, Buaiz comentou o fato em uma entrevista concedida a André Hees, jornalista de *A Gazeta*. Na matéria, publicada no dia 5 de setembro de 1999, o governador falou sobre o reajuste salarial de 25%, mas tirou desse aumento a responsabilidade pela crise econômica, empurrando-a para os precatórios. Buaiz disse ao jornalista: "Pode ser que tenhamos cometido um equívoco, mas reconhecemos que era devido ao trabalhador. Pode ser que a forma tenha sido equivocada. Agora, uma coisa que tem contribuído para aumentar a dívida do Estado são os precatórios. Seis anos antes [1999], o governo Max havia suspendido os reajustes da trimestralidade, e agora chegamos a R$ 1 bilhão de precatórios. Não se pode dizer que é aquilo que causou a crise do Estado. O problema é a dívida".

Fundap

Uma das formas utilizadas pelo governo Buaiz para capitalizar recursos financeiros foi a instituição, em 31 de setembro de 1996, da Lei 5.245, que permitia a realização dos leilões do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap)[11] . Empresas fundapeanas deveriam importar mercadorias pelos portos do Espírito Santo e, assim, pagar Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Em contrapartida, receberiam uma série de benefícios, como financiamentos, de acordo com o volume das importações, com prazo de até 25 anos para o pagamento. Os leilões foram instituídos, então, para que o pagamento desses financiamentos pudesse ser antecipado, com desconto de 90%.

> LEILÃO DO FUNDAP RENDE R$ 16,32 MILHÕES
>
> Para arrematar o lote e quitar o financiamento antecipadamente, o interessado precisa fazer um lance equivalente a 10% do valor total. Como estes leilões geralmente não têm [tinham] disputa, os financiamentos quase sempre são [eram] quitados pelo lance mínimo.
>
> *A Gazeta*, 20 de dezembro de 1998.

De acordo com Galveas e Rodrigues (2005),

> ao mesmo tempo em que alguns atestam uma perda de receita, outros alegam que, em decorrência de o prazo para a quitação da dívida das empresas ser muito extenso e os juros quase irrelevantes, os valores ficariam defasados e não teriam mais o mesmo peso quando retornassem para o Estado (p. 133).

Mesmo com essa possível renúncia fiscal por causa dos leilões, a importância econômica do Fundap era reconhecida em matérias

[11] O Fundap foi criado na década de 1970 para incentivar a atividade portuária no Estado.

da imprensa capixaba.

> ACORDO COM O FUNDAP FEZ REDUZIR O DÉFICIT
>
> Apesar de toda a dificuldade, a situação financeira do Estado poderia ser ainda pior, mas o déficit foi reduzido a partir de julho do ano passado [1996], quando graças a um acordo firmado com as empresas que operam sob incentivo do Fundo para Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), o Estado passou a ter um adicional de receita de ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços].
>
> *A Tribuna*, 4 de maio de 1997.

O Fundap ainda hoje tem importância para a economia capixaba, mas as acusações de corrupção mancharam seu histórico. De acordo com Galveas e Rodrigues,

> um relatório apresentado ao Ministério Público Estadual, em agosto de 2000, pelo Grupo de Repressão ao Crime Organizado (GRCO), formado por promotores de Justiça do Estado, denunciou um esquema de licitações fraudulentas, obras públicas superfaturadas, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, corrupção e tráfico de influência, envolvendo os recursos do Fundap e o Governo do Estado. Uma das acusações, por exemplo, era o uso de dinheiro de empresas fundapeanas para cobrir o empréstimo ilegal que o sucessor de Buaiz no Governo, José Ignácio, utilizou para cobrir gastos de campanha (p. 203).

Essa situação será mais bem explicitada quando abordarmos o governo de José Ignácio.

Escelsa

A Espírito Santo Centrais Elétricas (Escelsa), incluída no Plano Nacional de Desestatização (PDN) em 1992, passou por um processo de privatização conturbado. O leilão da Escelsa chegou a ser suspenso no dia 22 de agosto de 1994 pelo presidente Itamar Franco, após a denúncia do Sindicato dos Eletricitários, que apontava irregularidades no processo, com especial atenção para a sub-avaliação do valor da empresa (*A Gazeta*, 1° de setembro de 1994).

De acordo com matéria do jornal *A Gazeta* de 2 de setembro de 1994, a comissão diretora do PDN chegou a elevar o valor da venda da Escelsa para R$ 455 milhões, no dia 29 de agosto de 1994, mas, ainda assim, Itamar Franco manteve o cancelamento do leilão. O então presidente do Sindicato dos Eletricitários, Marco Antonio Magalhães, considerou esse aumento insignificante, já que o valor patrimonial da empresa, apontado no balanço patrimonial de 1993, era de US$ 658 milhões (*A Gazeta*, 1° de setembro de 1994).

Mesmo com as tentativas para impedir a privatização, a Escelsa foi a leilão em 11 de julho de 1995, com a participação de duas corretoras. "Uma delas é [foi] a Bonzano [...] e a outra interessada é [foi] a corretora Graphus" (*A Tribuna*, 11 de julho de 1995). A Bonzano, que representava a empresa Ivem, venceu o leilão.

> Representado pela Corretora Bonzano, Simonsen, o consórcio pagou R$357.923.251,00 por 50% mais uma ação do capital ordinário da empresa [Escelsa], o equivalente a R$157,30 por ação, com ágio de 11,78%.
>
> *A Tribuna*, 12 de julho de 1995.

Rodovia do Sol e Terceira Ponte

A idéia de promover a privatização da ES 060 (Rodovia do Sol) e da Ponte Darcy Castello Mendonça (Terceira Ponte) sur-

giu em 1996, e, até a data da assinatura de sua concessão (21 de dezembro de 1998), houve muitas "contestações judiciais e manifestações públicas de protesto envolvendo lideranças políticas e comunitárias" (*A Gazeta*, 22 dez. 1998).

Nessa mesma edição do jornal, aliás, foi veiculado que "a concessão da Rodovia do Sol à iniciativa privada chegou, em junho desse ano [1998], a ser alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), movida pela própria mesa diretora da Assembléia" (*A Gazeta*, 22 dez. 1998).

VITOR: "PROJETO FOI UM PARTO DIFÍCIL"

O Governo lançou dois editais de concessão e ambos foram alvos de ações judiciais. O primeiro cancelado. O atual está sendo contestado numa Ação Civil Pública, e pelo deputado federal eleito e ex-governador do Espírito Santo, Max Freitas Mauro, que impetraram uma Ação Popular e uma Ação Cautelar Inominada, todas com pedido de liminar.

A Gazeta, 22 de dezembro de 1998.

A população capixaba já pagava pedágio na Terceira Ponte desde 1989, quando, para arcar com o pagamento da construção do empreendimento, o governo estadual autorizou a empreiteira responsável, Norberto Odebrecht, a cobrar pedágio até 2001. Só que com a concessão da RodoSol/Terceira Ponte em 1998, foi instituído um novo período para a cobrança de pedágio: 25 anos, podendo ser prorrogáveis por mais 25 anos. Esse foi só um dos muitos motivos da polêmica que envolveu a concessão.

A Terceira Ponte é cercada de controvérsias desde sua conclusão, em 1989. De acordo com a matéria "Auditoria da Terceira Ponte começa dia 28 [de março de 1995]", publicada no jornal *A Gazeta* de 24 de março de 1995, até aquela data haviam sido criadas duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) para apurar os contratos que envolveram a construção da ponte.

De acordo com Galveas e Rodrigues, o relatório final da CPI da RodoSol de 2003 apontou diversos problemas envolvendo a concessão: prejuízos ao meio ambiente, devido às obras na Rodovia; exagero nos possíveis lucros da empresa ganhadora da licitação; tráfico de informações (membros ligados ao governo teriam tido informações privilegiadas e com antecedência sobre o processo de licitação); população que, por meio do pagamento de pedágios, arcou com gastos que deveriam ser investimentos da empresa ganhadora, entre outros.

Prodespol

No final do governo de Albuíno Azeredo, foi assinado o projeto que viabilizava o Programa de Despoluição dos Ecossistemas Litorâneos do Estado do Espírito Santo (Prodespol). Mas foi somente no governo de Vitor Buaiz que surgiram as primeiras polêmicas sobre o programa.

O Prodespol foi orçado em US$ 308 milhões, dos quais US$ 154 milhões seriam financiados pelo Banco Mundial (BIRD) e o restante seria divido entre a Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan) e o Governo do Estado, segundo a matéria "Banco pode cancelar parte do Prodespol", publicada em *A Gazeta*, de 10 de maio de 1997.

O Banco Mundial chegou a ameaçar cancelar o empréstimo após o relatório da própria instituição, caso fosse constatada a "dificuldade do Estado em cumprir com a contrapartida do programa" (*A Gazeta*, 10 de maio de 1997: "Banco pode cancelar parte do Prodespol").

No terceiro ano da gestão Buaiz, o governo estadual "não teve como arcar com sua parte, e a Cesan teve que bancar sozinha a contrapartida do Prodespol, se não quisesse perder todo projeto" (*A Gazeta*, 10 de maio de 1997: "Banco pode cancelar parte do Prodespol"). No mesmo relatório, também foi observado o atraso na conclusão das obras.

Como registram Galveas e Rodrigues, o projeto foi marcado por "críticas e alegações de improbidade. Tanto no processo de licitação quanto na execução das obras em si, alegavam-se trocas de favores e superfaturamentos" (2005, p. 136). Em outro trecho, as autoras relatam artigo do jornalista André Hees, publicado em *A Gazeta*, de 18 de agosto de 1999:

> Hoje o Prodespol está parado por falta de recursos para a contrapartida. Enquanto havia dinheiro, o Governo Vitor investiu 112 milhões de dólares em tubos e hidrômetros, mas esqueceu-se das Estações de Tratamento de Esgoto, as ETEs, peças fundamentais. Resultado: há hoje na região da Grande Vitória, 350 quilômetros de tubos enterrados, ligando nada a coisa alguma (p. 207).

A previsão era de que as obras estivessem concluídas até 1999, mas como isso não aconteceu, o projeto entrou em uma nova fase e com um nome diferente: Programa de Despoluição dos Ecossistemas Litorâneas do Estado do Espírito Santo (Prodesan). As obras de despoluição só seriam concluídas na gestão de Paulo Hartung, em 2003.

A saída de Buaiz do PT

Durante sua gestão, Buaiz promoveu medidas que lhe causaram desgastes junto a seu partido: privatizou estatais, liberou concessões e fez alianças com outros partidos, como as que permitiram a eleição de José Carlos Gratz (PFL) para presidente da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, em 1997. Além disso, ele fazia parte de uma corrente dentro do PT considerada "a direita do partido". Segundo Lenk, em entrevista, "o grupo majoritário do PT aqui no Estado era a esquerda do partido; o Vitor era do grupo que era a chamada direita do partido. Essas correntes [as da direita do partido] eram as que mais criticavam o governo Vitor Buaiz".

Em maio de 1995, ocorreu a primeira manifestação de descontentamento com o governo de Buaiz por parte da bancada de seu partido. O choque se deu devido a um decreto de Buaiz que estabelecia, entre outras medidas, a dispensa dos vistos prévios do Fisco de todos os Documentos de Arrecadação (DAEs) para recolhimento de tributos e de todas as mercadorias importadas e exportadas. A bancada quis sustar o decreto, pois achava que, por meio dele, Buaiz estaria incentivando a sonegação.

BANCADA DO PT TENTA SUSTAR DECRETO

A primeira manifestação pública de descontentamento com o governo de Vítor Buaiz foi registrada ontem [11 de maio de 1995] pela bancada do PT na Assembléia Legislativa ... O decreto governamental dispensa dos vistos prévios do Fisco, todos os documentos de arrecadação para recolhimento de tributos. Na avaliação da bancada petista, o decreto de Vítor é "altamente lesivo aos cofres estaduais e incentiva a prática de sonegação fiscal.

A Gazeta, 12 de maio de 1995

No dia 13 de dezembro de 1996, o Diretório Nacional do PT chegou a decidir "enviar um representante ao Espírito Santo para acompanhar a administração do governador Vitor Buaiz." (*A Tribuna*, 14 de dezembro de 1996: "Vitor sob vigilância do PT"). O partido estaria preocupado com uma suposta aproximação do governo estadual com o federal.

VITOR SOB VIGILÂNCIA DO PT

A decisão foi aprovada como uma alternativa para abrir o diálogo entre o governador e a direção do partido, que acusa Vitor de adotar propostas do presidente Fernando Henrique Cardoso na administração do Estado, como o Plano de Demissão Voluntária e a privatização de estatais.

A Tribuna, 14 de dezembro de 1996.

Em maio de 1997, em uma reunião do Diretório Nacional do PT, em São Paulo, chegou-se a votar a retirada de Buaiz do partido, mas por 41 votos a 20, a expulsão foi rejeitada. Mesmo assim, ficou decidido que uma Comissão de Coordenação de Governo seria criada para acompanhar as ações do governador no Estado.

PT EXIGE QUE VITOR MUDE RUMO DO GOVERNO

Pela resolução do diretório Nacional do PT aprovada ontem [4 de maio de 1997], num encontro em São Paulo, o governador Vitor Buaiz terá de compor uma coordenação de Governo e todas as medidas que tomar deverão ser debatidas com a Executiva Regional, a bancada estadual e a própria Executiva Nacional.

A Gazeta, 5 de maio de 1997.

Em entrevista ao telejornal Bom Dia ES no dia 5 de maio de 1997, Buaiz declarou que a Comissão de Acompanhamento foi sugerida por ele e que "a executiva regional teve dificuldade de servir de interlocutora no discurso entre Governo e Bancada, e a Comissão a ser criada serviria como meio de campo nesse processo".

Cansado de enfrentar a oposição da bancada petista e dos movimentos sindicais ligados à área mais radical do partido, que considerava seu governo muito "neoliberal", Vitor Buaiz, em 11 de agosto de 1997, "oficializou seu desligamento do PT, depois de quatro horas de reunião com a cúpula do partido. 'Saio por causa da posição sectária dos deputados do meu estado'" (*O Estado de São Paulo*, 12 de agosto de 1997). Após sua saída, Buaiz filiou-se ao Partido Verde.

Greves

A crise econômica característica do governo Albuíno Azeredo teve continuidade na gestão de Vitor Buaiz e com ela vieram também as greves. Sem receita suficiente para manter o pagamento do funcionalismo em dia, o governo de Buaiz foi bombardeado com greves ao longo de seus quatro anos.

As manchetes da época da gestão Vitor Buaiz comprovam que as greves de diversas categorias foram constantes e atingiram diretamente a população capixaba, já que prejudicavam o funcionamento de serviços básicos, como saúde, educação e segurança. "Greve na rede estadual deixa mais de 400 mil sem aula" é o que mostrava o jornal *A Gazeta* no dia 10 de maio de 1995. Na mesma semana, "Greve tumultua atendimento no Hospital Infantil" era o que dizia *A Gazeta* de 13 de maio de 1995.

Apesar das várias promessas de colocar o salário do funcionalismo em dia, isso nunca se cumpriu, e a indignação dos trabalhadores culminou, em outubro de 1996, na invasão do Palácio Anchieta por mais de 300 servidores públicos da saúde, educação, segurança, agricultura e fisco. Eles protestavam por conta do atraso de três meses nos salários e pediram o fim do governo Buaiz, como mostra *A Gazeta* de 9 de outubro de 1996 (*ver anexo 2*).

As finanças do governo não eram suficientes, e atender as reivindicações dos grevistas se mostrava cada vez mais difícil.

VITOR DIZ QUE SÓ NEGOCIA COM GREVISTAS NO FÓRUM

O secretário da Fazenda, Ricardo Santos (PSDB), diz que a situação do caixa do Estado é muito difícil. Ele lembrou que em abril [de 1995] 93% da receita disponível foi destinada ao pagamento de pessoal. Ele informou que a Secretaria da Fazenda está tentando encontrar mecanismos para combater ainda mais a sonegação de impostos e conseqüentemente aumentar a receita. Ricardo disse também que o Estado terá de buscar outras modalidades de financiamento já que as taxas de empréstimos, que estão sendo realizados para os pagamentos de servidores, são elevadas. Ricardo Santos salientou que o Governo dificilmente conseguirá solucionar a situação a curto prazo.

A Gazeta, 10 de maio de 1995.

Nos últimos dias de seu governo, Buaiz estava frente a números alarmantes e, dos 72 mil servidores do Poder Executivo, 40 mil se encontravam em greve.

SERVIDORES DECIDEM MANTER A GREVE

Os cálculos dos sindicalistas são de que, dos 72 mil servidores do Poder Executivo, 40 mil aderiram à greve.

A Gazeta, 4 de dezembro de 1994.

O fim do mandato

Vitor Buaiz pode até não ter terminado o mandato com fama de corrupto, como viria a acontecer com seu sucessor José Ignácio, mas saiu marcado pelos atrasos salariais e com a imagem seriamente abalada, o que fica bem explícito nas charges publicadas em *A Gazeta* e *A Tribuna* (*ver anexos 3, 4 e 5*).

Governo José Ignácio Ferreira (1999-2002)

Após se lançar candidato a governador do Espírito Santo pelo PSDB, José Ignácio foi eleito com a maioria dos votos em 76 dos 78 municípios capixabas (MOREIRA, 2007). No dia 1º de janeiro de 1999, José Ignácio tomava posse no Palácio Anchieta, com um déficit acumulado de R$ 832 milhões do governo anterior.

Conforme publicado no jornal *A Gazeta*, no dia 2 de janeiro de 1999, José Ignácio apresentou o seguinte discurso em sua posse: "No próprio dia das eleições alertei aos eleitores do Espírito Santo, pelos jornais, para a gravidade da situação. Nunca quis ganhar a eleição a qualquer custo". E prometeu: "No Espírito Santo vai ter quem manda e quem obedece! Com todos submissos à Lei, que a todos obriga!".

Sobre a mesma ocasião, a manchete de capa do jornal *A Tribuna* do dia 2 de janeiro de 1999 enfatizou uma frase do discurso do governador: "É proibido gastar". De acordo com a matéria, "Ignácio deixou claro que acertar o salário do funcionalismo público e pagar em dia estão entre as suas principais metas" (*ver anexo 6*).

No início do mandato, José Ignácio recebeu incentivo de grandes empresas dos mais diversos segmentos. Era comum abrir os jornais e se deparar com grandes anúncios, ocupando uma página inteira, nos quais instituições privadas homenageavam o político.

Em matéria publicada no jornal *A Tribuna* do dia 31 de janeiro de 1999, o presidente da Assembléia Legislativa do Estado, o deputado José Carlos Gratz, também deixou explícita a simpatia do Legislativo para com a nova administração. Gratz declarou acreditar que o governador teria uma das maiores bancadas de apoio ao governo já registradas na história do Espírito Santo.

Até mesmo o ex-governador Vitor Buaiz declarou seu apoio a José Ignácio. No dia 2 de janeiro de 1999, o jornal *A Gazeta* publicou uma declaração de Buaiz dada no dia da posse: "Acho que 1999 vai ser um ano muito difícil para o país, mas o Espírito Santo vai dar a volta por cima. Tenho a certeza de que José Ignácio vai saber conduzir este barco que nós conseguimos trazer, em bons termos, a porto seguro".

Devo, não nego, pago quando puder

A dívida dos servidores estaduais, herdada da administração anterior, foi parcelada em 36 vezes, assim como o valor dos salários atrasados pelo Estado. O exemplar do dia 15 de janeiro de 1999 do jornal *A Gazeta* noticiou que a retenção dos salários dos servidores havia sido aprovada pela Assembléia Legislativa. A medida, impopular, gerou grande mobilização por parte dos sindicatos, e as manchetes que abordavam o tema ocuparam a editoria de política de *A Gazeta* durante um bom tempo (*ver anexo 7*).

Em 26 de janeiro do mesmo ano, o governador decretou que os servidores receberiam seus salários com um corte de 20%. De acordo com a manchete de capa do jornal *A Gazeta* do dia 27 de janeiro de 1999, o contingenciamento reduziria o salário de 36 mil servidores. "Hoje o cronograma de pagamento do servidor público não é nenhuma novidade, mas, naquela na época, era um acontecimento tão inusitado que virava manchete de capa do jornal", relembra Fernandes, em entrevista às autoras.

Acusações

Já nos primeiros anos da gestão José Ignácio, foram surgindo vários problemas que revelavam a fragilidade do governo e a sua ineficiência em administrar a máquina pública com seriedade. Um dos escândalos de maior repercussão do governo José Ignácio envolveu o Banestes, uma instituição financeira do Estado.

O caso veio à tona em 17 de setembro de 1999, quando o jornal *A Gazeta* estampou a manchete: "Ignácio usou Banestes para pagar campanha". Segundo Hees, em entrevista, "quem deu a notícia primeiro foi o jornal *Folha de São Paulo* e, um dia depois, *A Gazeta*. Nós demoramos porque estávamos em um lento processo de apuração, tentando nos cercar de todas as informações para não dar um passo em falso. Precisávamos de documentos protegidos por sigilo bancário", lembra (*ver anexo 8*).

Em nota paga, publicada no jornal *A Gazeta* de 26 de setembro de 1999, o então governador se defendia: "Nesse episódio, objeto de vã tentativa de linchamento moral a que fui submetido, houve empresas que se dispuseram a contribuir para o fundo de campanha, mas não tinham ainda concretizado tais doações. Para cumprir meus compromissos, fiz um empréstimo em meu próprio nome, no Banestes, que foi integralmente resgatado".

Porém, na matéria do jornal *A Gazeta* do dia 21 de agosto de 2002, ficou registrado que "o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, denunciou Ignácio por ter usado um empréstimo do Banestes para cobrir gastos da campanha eleitoral de 1998". Consta na publicação, ainda, que o governador fez saques a descoberto que chegaram a R$ 2,6 milhões.

As festas eram só um pretexto

Muitos políticos costumavam discutir as parcerias e apoios partidários e cogitar nomes que seriam lançados nas eleições durante festas. Algumas tiveram bastante repercussão, como as famosas "Feijoadas do José Tasso" e a "Galinha ao molho pardo dos oposicionistas ao governo José Ignácio", além dos festejos comandados pela Assembléia Legislativa do Estado.

Oba-oba na Assembléia

Em um evento dessa natureza, citado pelo jornalista André Hees, na coluna Praça Oito, publicada no jornal *A Gazeta* do dia 20 de janeiro de 1999, "na casa do deputado Gilson Gomes, em Jacaraípe, entre nacos de paca e goles de uísque, dezoito parlamentares garantiram seus votos para manter como está a atual Mesa Diretora da Casa, presidida pelo político José Carlos Gratz".

Na mesma coluna, Hees relembra que o processo que resultou na eleição de Gratz à presidência da Assembléia começou com uma festa celebrada na casa do então presidente do Legislativo.

Pouco tempo depois da comemoração, organizada pelo deputado estadual Gilson Gomes, o presidente da Assembléia reuniu em sua casa de praia, em Guarapari, os deputados estaduais da nova Legislatura para discutir sua reeleição. Resultado: dos 30 parlamentares que integram o legislativo estadual, 23 pronunciaram-se a favor da proposta de reeleição.

A feijoada do Tasso

No final de 2000, o secretário da Casa Civil, José Tasso, organizou, em Nova Guarapari, uma feijoada com convidados minuciosamente escolhidos. "O objetivo do encontro foi consolidar a segunda candidatura de José Ignácio, tida até o momento como certa", relembra Lopes, em entrevista às autoras.

Para a oposição, galinha ao molho pardo

De acordo com Ferreira, na segunda metade do mandato de José Ignácio, grande parte dos esquemas de corrupção começaram a ser desvendados e ganharam visibilidade na mídia. Em contrapartida à "Feijoada do José Tasso", a oposição ao governo realizou um almoço, que tinha no cardápio galinha ao molho pardo. "Na ocasião, muitos correligionários, prefeitos e políticos que compareceram demonstraram a insatisfação com a política governamental da época. Em seguida, foram protocolados junto ao Ministério Público Estadual documentos que apontaram irregularidades administrativas no governo vigente", conta Ferreira.

Escândalos e investigações

Por meio das investigações do Ministério Público Estadual e da ampla divulgação da imprensa local, a população capixaba tomou ciência dos escândalos que envolviam não só o nome do governador José Ignácio, mas também os da primeira-dama, Maria Helena Ferreira; do ex-tesoureiro de campanha, Raimundo Benedito de Souza Filho, o Bené; e do cunhado de José Ignácio, o até então secretário de governo, Gentil Rui Ferreira.

Lopes relata que, após a pressão da sociedade civil organizada, foram instauradas diversas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Na matéria do jornal *A Gazeta* do dia 14 de agosto de

2002, foram citados os inquéritos que tramitavam no Ministério Público Federal sobre o caso José Ignácio. "No inquérito 306, o governador é acusado de crimes contra a administração pública, malversação de dinheiro público, enriquecimento ilícito, liberação de verbas públicas, entre outros crimes. Já no inquérito 310, Ignácio é denunciado por ter lesado cooperativas", conta a jornalista Andréia Lopes.

A jornalista Vilmara Fernandes afirma que, durante a administração de José Ignácio, fatos inusitados surgiam a todo instante. "Tinha coisas que descobríamos sem querer. Certa vez, fui ao gabinete do governador para uma entrevista e vi em cima da mesa uma lata de sopa. Ao indagá-lo sobre o que o objeto estava fazendo lá, ele me respondeu: 'É que agora vamos fazer sopão para os pobres'. Foi assim que ficamos sabendo sobre a Fábrica de Sopas".

De acordo com Moreira (2007), em troca de incentivos fiscais concedidos pelo Estado, as empresas contribuíam para uma caixinha, doando dinheiro que seria destinado a obras sociais administradas por Maria Helena, que ocupava o cargo de secretária do Trabalho e da Ação Social. Porém, a CPI da Propina, criada na Assembléia Legislativa capixaba, revelou que os R$ 50 mil da caixinha desapareceram.

Entre os esquemas de fraude política denunciados no governo José Ignácio também teria vigorado a utilização do famoso "caixa dois" de campanha, operado pelo ex-tesoureiro, Raimundo Benedito de Souza Filho, o Bené. De acordo com investigações da CPI da Propina e do Ministério Público Estadual,

> depois da eleição de 1998, o governador depositou R$ 5 milhões na Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores da Escola Técnica Federal do Espírito Santo (Coopetfes). O dinheiro foi movimentado por Bené, que emitiu cheques para pagar prestações e impostos de oito apartamentos, e terrenos comprados pelo Governador e sua esposa. O ex-secretário de Governo, Gentil Ruy Ferreira, irmão da primeira-dama do

> Estado, admitiu a culpa pelo rombo na Coopetfes e foi preso (MOREIRA, 2007, p. 164).

A capa do jornal *A Tribuna* do dia 1º de agosto de 2001 estampava a manchete sobre a prisão de Gentil Antonio Ruy. O ex-secretário de governo havia sido detido no dia anterior, acusado de desviar verba da Fundação Augusto Ruschi e dinheiro da Secretária de Educação (Sedu).

Em 10 de agosto de 2001, foi a vez do empresário, amigo de Gentil Ruy e colaborador da campanha eleitoral do governador José Ignácio, Bené, se entregar à polícia. Segundo informa a matéria do dia 5 de janeiro de 2002 do jornal *A Gazeta*, Bené foi acusado na Justiça Estadual de participar do desvio de dinheiro da Fundação Augusto Ruschi.

Outro fato que marcou a crise dessa gestão foi o episódio envolvendo Edgard dos Anjos, acusado de envolvimento num esquema de superfaturamento de obras. Edgard teve seu sigilo bancário quebrado, revelando que, em 1998, ele havia contribuído com R$ 800 mil para a campanha de José Ignácio, apesar de o governador ter alegado que devolveu a doação (MOREIRA, 2007, p. 164).

A Intersindical, resultado da união de vários sindicatos, pediu o *impeachment* do governador e ressaltou o descontentamento dos trabalhadores públicos com a gestão. "Os sindicatos tinham muita mobilização e faziam freqüentes manifestações em frente ao Palácio", relata Vilmara Fernandes.

Entretanto, como afirma Lenk, os pedidos da Intersindical foram em vão. "As denúncias vieram à tona e não havia nenhum setor público em que o descontentamento do funcionalismo não fosse geral. O pedido de *impeachment* foi elaborado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo Fórum do Espírito Santo, mas a solicitação foi arquivada pela Assembléia Legislativa, então presidida por José Carlos Gratz".

No dia 28 de agosto de 2001, o jornal *A Tribuna* estampou em sua capa a repressão de policiais contra os manifestantes que protestavam sobre a decisão de José Carlos Gratz de engavetar o

pedido de *impeachment* do José Ignácio (*ver anexo 9*).

Já no dia 27 de setembro de 2001, a coluna de política do jornal *A Gazeta*, Praça Oito, assinada pelo jornalista André Hees, fez uma retrospectiva dos últimos acontecimentos e questionou o poder e a influência do presidente da Assembléia, José Carlos Gratz.

Em sua coluna, Hees frisa:

> Sua influência [de Gratz] é fruto do apoio dos parlamentares, que lhe conduziram três vezes consecutivas ao posto. Longe dos holofotes, ele revela-se um articulador sedutor e habilidoso.(...) No governo José Ignácio, suas relações com o Palácio têm sido marcadas por altos e baixos. (...) Hoje o deputado diz atuar não em defesa do governador mas sim da governabilidade.

As ações do Poder Legislativo também foram questionadas. A capa do jornal *A Gazeta* do dia 23 de agosto de 2002 trazia a seguinte manchete: "Missão faz primeira denúncia contra Gratz". Segundo a matéria, assinada pela jornalista Andréia Lopes, a primeira denúncia do grupo de elite do Ministério Público Federal, que atuava na missão especial de combate ao crime organizado no Espírito Santo, tinha como alvo o presidente da Assembléia Legislativa, o deputado José Carlos Gratz, acusado de crime contra a instituição financeira.

> Segundo a denúncia apresentada, Gratz divulgou informações falsas e prejudicialmente incompletas sobre a situação patrimonial e contábil do Banestes, quando o processo de privatização foi iniciado. Ferreira [Roberto dos Santos Ferreira – Procurador Regional da República] diz que, em 14 de janeiro deste ano, Gratz convocou a imprensa e afirmou que a venda do Banestes era um bom negócio para o Estado que se livraria de uma dívida de R$ 500 milhões.
>
> *A Gazeta*, 23 de agosto de 2002.

Em resposta, na mesma matéria, o presidente da Assembléia disse que os procuradores estavam "inventando historinhas" e que a denúncia feita pelo Ministério Público Federal "tratava-se de uma piada".

O assunto também ganhou destaque na página de polícia do jornal *A Tribuna* do dia 23 de agosto de 2002, na qual o então procurador-regional da República, Ronaldo Albo, relacionou o nome de José Carlos Gratz, acusado de fraude contra o sistema financeiro, ao crime organizado.

Para o professor Estilaque Ferreira, pairava uma sensação de impotência em toda a sociedade. "Olhos e ouvidos recebiam da mídia a todo instante informações sobre o que estava acontecendo, porém o medo imperava e a impressão era a de que os cidadãos estavam de mãos e pés atados", afirma.

Em matéria do dia 24 de janeiro de 2001, o jornal *A Tribuna* abre espaço para o governador rebater o conteúdo de uma reportagem publicada no dia anterior no jornal *O Globo*, que taxava o Espírito Santo como "uma terra de impunidade". José Ignácio afirmou que os crimes estavam sendo apurados e lamentou que o "movimento para denegrir o Estado" tenha começado no momento em que o Espírito Santo estava ganhando destaque econômico.

A situação do Espírito Santo ganhou repercussão internacional, como mostra uma matéria de *A Gazeta*:

> A observadora da Federação Internacional da Liga de Direitos Humanos, Sandra Carvalho, desembarcou ontem no Espírito Santo para elaborar um relatório sobre os casos de violação de direitos humanos. O documento será enviado à Organização das Nações Unidas (ONU) e para Organização dos Estados Americanos (OEA). Sandra já adiantou que um dos aspectos que mais chamam sua atenção no Estado é a "impunidade".
>
> *A Gazeta*, 2 de agosto de 2002.

Sandra Carvalho fazia referência às diversas investigações que foram instauradas para esclarecer assassinatos, denúncias de corrupção e a ação do crime organizado.

No final do mandato de Ignácio, surgiu uma notícia que chamou a atenção da opinião pública por seu caráter cômico. Segundo a jornalista Vilmara Fernandes, "um guru chegou ao Estado divulgando para todos que tinha sido contratado pelo governador e a primeira-dama para cuidar de suas vidas no plano espiritual e para impedir que Ignácio tivesse seu mandato cassado pela Assembléia Legislativa, mas, após terminar o serviço, não havia recebido a quantia combinada, de mais de R$ 4 milhões" (*ver anexo 10*).

Em 22 de dezembro de 2002, o jornal *A Tribuna* noticiava: "Ignácio é eleito o pior governador". De acordo com um levantamento publicado na revista *IstoÉ*, José Ignácio recebeu o título de pior governador brasileiro.

> O governador do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira, viveu um verdadeiro inferno astral durante seu mandato. No ano passado, as acusações de corrupção o levaram a sofrer um processo de impeachment. Foi obrigado a abandonar o PSDB, partido que ajudou a fundar no Estado, para não ser expulso. Além disso, neste ano, o Espírito Santo esteve a beira de uma intervenção federal, depois de radiografada a influência do crime organizado nos três poderes locais.
>
> *A Tribuna,* 22 de dezembro de 2002.

Relatos da imprensa

O período turbulento da história política do Espírito Santo representou também o amadurecimento do jornalismo investigativo capixaba, que trabalhou incessantemente para tornar públicos os jogos de interesses que estavam por trás das medidas dos líderes do poder. Os jornalistas de *A Gazeta* e da *TV Gazeta* foram os protagonistas nessa trincheira.

Para o jornalista Rubens Câmara Gomes, a mídia teve um papel decisivo ao desnudar os esquemas de corrupção que vigoraram

no governo Jose Ignácio, no momento em que passou a divulgar o que estava acontecendo no cenário político do Estado. Gomes destaca a importância dos Ministérios Públicos Federal e Estadual. "Os relatórios pedindo a prisão dos acusados possuíam todas as denúncias. Esse era o esboço das matérias que no outro dia seriam capa do jornal", contou.

De acordo com o professor Estilaque Ferreira, enquanto os promotores investigavam os casos, a imprensa denunciava e a opinião pública protestava. Esse tripé formou a base necessária para gerar uma transformação no período de crise política, que seguia desde o governo Albuíno, sem interrupção.

Vilmara Fernandes relata que "os jornalistas apuravam muito até saber o que era ou não informação de escândalo para ser notícia". Em entrevista às autoras, a jornalista também afirmou que abria mão de dar furos (notícia em primeira mão) para certificar se todos os dados estavam corretos. "Nesse período, houve o crescimento do jornalismo investigativo. Os jornalistas buscavam dados importantes com as fontes, sempre atentos a todas as minúcias das declarações e faziam vazar documentos que pudessem legitimar as denúncias", relembra.

Andréia Lopes afirma que, após os escândalos deflagrados, José Ignácio se apropriou de um discurso que atribuía a destruição de sua imagem a um complô liderado pela mídia, em especial pela Rede Gazeta. O ex-governador se colocava como vítima de todas as injustiças de que ele estava sendo acusado. "Isso ficou bem claro no episódio em que ele invadiu o *Bom Dia ES* dizendo que o que estava sendo veiculado na mídia não era verdade", recorda.

Governo Paulo Hartung - 1º mandato (2002-2006)

Paralelamente aos acontecimentos que envolviam as investigações da administração de José Ignácio, o candidato à sucessão do posto de governador do Espírito Santo Paulo Hartung subia nas pesquisas de intenção de voto, sendo eleito nas eleições de 2002. No dia 1º de janeiro de 2003, Hartung subiu ao palanque propondo um projeto de recuperação moral, ética e financeira do Estado.

Divisor de águas

Para colocar em prática seu plano político de campanha de reconstrução do governo, Hartung construiu uma rede de apoio que garantia a ele governar com unanimidade política. "Paulo Hartung assumiu o Governo Estadual num momento de muitas denúncias de corrupção e atrasos no pagamento do funcionalismo. Compondo as alianças, implantou um governo de coalizão" (MOREIRA, 2007, p. 166).

Andréia Lopes destaca que, para Paulo Hartung garantir a governabilidade, foi fundamental que o governo equilibrasse as contas do Estado, aumentando a capacidade de arrecadação e de investimento.

O economista Orlando Caliman, em entrevista às autoras, analisa que "a crise era tamanha que não se conseguia planejar o futuro com segurança. Por isso, os dois primeiros anos de governo foram para ajuste da máquina pública". O economista afirma que, de um lado, ocorreu o corte da desorganização fiscal no Estado e, de outro, existiu um enxugamento das despesas. "A questão é que a mudança aconteceu até antes do esperado, e isso possibilitou começar a pensar o rumo a se tomar, com uma visão de desenvolvimento a longo prazo", relembra.

Para André Hees, "Paulo Hartung assumiu com a promessa de defender o setor produtivo, de aproximar o setor público do particular e de recuperar a máquina pública nas áreas sociais, de saúde e educação".

Em 9 de abril de 2008, uma reportagem da revista *Veja* apontou Paulo Hartung como um dos seis melhores governadores do País.

> À frente do governo estadual, [Paulo Hartung] enfrentou uma herança dificílima. Os três antecessores (Albuíno Azeredo, Vitor Buaiz e José Ignácio Ferreira) haviam destroçado a máquina pública estadual. Foi reeleito em 2006 com 77,27% dos votos, a maior votação proporcional do país. No início de março, uma pesquisa do Ibope apontou-o como o governador com maior índice de aprovação em todo o Brasil.
>
> *Veja*, 9 de abril de 2008.

Dois séculos de imprensa capixaba: uma breve retrospectiva

Em meados do século XIX, nascia a imprensa capixaba que, desde então, passou a registrar os principais acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais ocorridos ao longo da história espírito-santense.

Dotado de certas peculiaridades, o jornalismo produzido no Estado acompanhou o processo de construção do Espírito Santo. Mesmo atrasado 32 anos em relação ao surgimento da imprensa no Brasil, a trajetória da imprensa confunde-se com a própria história capixaba.

Ao desatar os laços coloniais da época do Império, saímos da categoria de Província para nos tornarmos um Estado no contexto de uma República dominada por políticas desiguais e hierarquizadas. Já na década de 1960, lutamos contra as mordaças da ditadura militar, que não poupava esforços para impedir que as informações chegassem ao conhecimento da população. Redescobrimo-nos com a abertura econômica, nos anos 80, e essa nova realidade repercutiu nas publicações locais. Mas, foi sob o manto da democracia, na transição do século XX para o XXI, que a cobertura jornalística do Estado assumiu uma nova postura.

Durante um período político turbulento, de 1990 a 2002, o jornalismo investigativo capixaba amadureceu, e o jornalista tornou-se peça-chave no processo de conscientização e mobilização social, ao revelar os bastidores da política local, cercada de episódios nebulosos envolvendo poderes institucionalmente legitimados pela sociedade civil.

Medidas governamentais desastrosas, bem como denúncias de fraudes contra a máquina pública e o crime organizado, estampavam em grande volume as capas de jornais e alertavam a população sobre os rumos tortuosos que o governo estadual estava seguindo.

Essas publicações repercutiam nacional e internacionalmente. O Espírito Santo passou a ser noticiado de forma negativa e medidas intervencionistas, como o envio de comissões especiais para avaliar as condições sociais e o crime organizado no Estado, por exemplo, chegavam ao conhecimento do povo por meio da imprensa. Foi um período de grande movimentação para driblar os obstáculos e permitir que os cidadãos pudessem participar do processo de reconstrução capixaba, quando uma nova frente política assumiu o poder.

Enquanto no cenário estadual o jornalismo capixaba tomava uma postura importante em meio ao caos, a nível global, várias transformações ocorriam na configuração da sociedade pós-moderna. O fluxo comunicacional tornou-se mais dinâmico graças aos avanços tecnológicos, as produções midiáticas ganharam notoriedade e foram legitimadas por uma sociedade ávida por informação, ao mesmo tempo em que o caráter mercadológico da notícia passou a ser evidenciado. Entrava em cena o jornalismo on-line pautando mudanças na produção, difusão e consumo de notícias. O futuro estava recomeçando em novas bases – bases digitais.

Se muitas perguntas restam do período que acabamos de relatar, quantas não serão as interrogações acerca do nosso horizonte em tempos de tantas mudanças tecnológicas e comportamentais. O que esperar dos próximos 200 anos (ou quase 200) de imprensa capixaba? Pergunta que é tema para próximos livros...

Referências

MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Diário Capixaba: 115 anos da Imprensa Oficial do Espírito Santo.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

MORAES, C. Parlamentares brigam pela paternidade dos royalties. In: Século Diário. Disponível em: <http://www.seculodiario.com/arquivo/2003/mes_02/20/index.htm>. Acesso em: 23 abr. 2008.

MOREIRA, Thais Helena; PERRONE, Adriano. **História e Geografia do Espírito Santo.** Vitória, 2007.

RADIOBRÁS. Agência Brasil: Resumo de Jornais. Disponível em: <http://www.radiobras.gov.br/anteriores/1997/sinopses_1209.htm>. Acesso em: 27 abr. de 2008

Entrevistas

André Hees – Editor executivo do jornal *A Gazeta*, em 23 de abril de 2008.

Andréia Lopes – Jornalista responsável pela coluna Praça Oito de *A Gazeta*, em 17 de abril de 2008.

Edilson Lenk – Assessor de comunicação da Centra Única dos Trabalhadores do Espírito Santo (CUT-ES), em 7 de abril de 2008.

Estilaque Ferreira – Historiador e professor de História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em 11 de abril de 2008.

Orlando Caliman – Economista, em 3 de abril de 2008.

Rubens Câmara Gomes – Editor de Últimas Notícias de *A Gazeta*, em 7 de abril de 2008.

Sérgio Egito – Jornalista, em 4 de abril de 2008.

Vilmara Fernandes – Repórter do jornal *A Gazeta*, em 23 de abril de 2008.

Anexos

Anexo 1

Governo diz que não teme CPI sobre as eleições

Vitor quer metropolização já

Anexo 2

Manifestantes invadem o Palácio Anchieta

Anexo 3

A Gazeta de 24 de dezembro de 1998

Anexo 4

A Tribuna de 30 de dezembro de 1998

Anexo 5

A Gazeta, dezembro de 1998

Anexo 6

Show para receber 1999 ▶ 8

Manimal lança CD na Europa ▶ AT2

O pipoqueiro bebê do ano ▶ 5

a TRIBUNA

R$ 0,50

Tiragem: 31.000 60 páginas

VITÓRIA-ES • SÁBADO • 02/01/99 • ANO LX • Nº 19.282 • FUNDADO EM 22/09/1938

JOSÉ IGNÁCIO ANUNCIA MEDIDAS CONTRA A CRISE

"É proibido gastar"

Para começar, não serão renovados 18 mil contratos de designação temporária. Também poderão ser reduzidos o número de cargos comissionados e a carga horária. Ligações telefônicas serão limitadas. A Telest está autorizada a bloquear linhas que ultrapassarem o limite pré-estabelecido. Ignácio deixou claro que acertar o salário do funcionalismo e pagar em dia estão entre suas principais metas ▶ 2 a 4

José Ignácio Ferreira, já com a faixa de governador do Estado, discursa ao lado da primeira-dama Maria Helena

Casal amarrado e morto em Vila Velha ▶ 16

Acidente mata três de uma mesma família

Morreram 10 pessoas em diversos acidentes no Estado no último dia de 1998. Em Venda Nova, um casal de irmãos de quatro e nove anos morreu na batida de um Fusca dirigido pelo pai ▶ 14

Polícia multa carro sem kit na segunda ▶ 6

Anexo 7

A GAZETA

Aprovada a retenção dos salários

Crise leva bancos a suspender novos financiamentos

Anexo 8

Ignácio usou Banestes para pagar campanha

O governador obteve crédito do banco, que foi quitado por empreiteiras de São Paulo

Anexo 9

Chefe da Swat dá curso em Vitória ▶ 17

Anita ou Tiazinha? ▶ AT2

Trave cai e mata menina em quadra de esportes ▶ 18 e 19

R$ 0,70

a TRIBUNA

PRÊMIO Todo Brasil

VITÓRIA-ES • TERÇA-FEIRA • 28/08/2001 • ANO LXII • Nº 20.221 • FUNDADO EM 22/08/1938 • EDIÇÃO DE 64 PÁGINAS

"NÃO GOSTO QUE ME FAÇAM DE BESTA", DISSE O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA

Gratz engaveta pedido de impeachment de Ignácio

Depois de muita confusão, dentro e fora da Assembléia, o deputado José Carlos Gratz invocou as prerrogativas de presidente do Legislativo e tirou da pauta de votação o pedido de abertura de processo de afastamento do governador José Ignácio Ferreira. A decisão foi tomada após a oposição impedir que houvesse quorum para votar o relatório da comissão especial que apreciou o assunto. ▶ 2 a 4

Manifestantes tentaram entrar no prédio da Assembléia e foram impedidos pelos policiais militares

Trânsito vai mudar em Cariacica mês que vem ▶ 8

Caixa não é obrigada a pagar correção do FGTS

O Tribunal Regional Federal (TRF) concedeu liminar suspendendo a sentença que conjuntaria em 274,16% o saldo das contas de 900 mil trabalhadores no Estado. ▶ 25

Cadela capixaba vira estrela de cinema ▶ 7

Anexo 10

GASTOS POLÊMICOS

Governo confirma contatos com o guru

A Gazeta, 24 de agosto de 2001